

PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROTOCOLO DE ATENDIMENTO
EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE- PROFESSORA
ETELVINA VIEIRA FERREIRA

BALSA NOVA
2023

REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

Prefeito do Município de Balsa Nova

MARCOS ANTONIO ZANETTI

Vice-Prefeito do Município de Balsa Nova

ANDERSON BÜLOW

Secretário de Administração

ITABORAÍ SILON CORDEIRO

Secretário da Agricultura e do Meio Ambiente

EDUARDO HENRIQUE SOARES DE SOUZA

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

INDIANARA MELLO LEAL SCHMIDT

Secretário de Saúde

JULIANO JEAN SILVA

Diretora do Departamento de Ensino

ERONI TEREZINHA DE ANDRADE GARRETT

Professora da Rede Municipal de Ensino

LUCIANA MARA SCHMIDT LEON BORDES

Promotoria de Justiça

DR. RODRIGO BRAZILIANO BAPTISTA

Vara da Infância e Adolescência

DRA. CAROLINA ARANTES DA CONCEIÇÃO NUNES

Secretário Municipal de Saúde

Secretário Municipal de Assistência Social

MAYARA KAROLINE BÜLOW

Conselheiro Tutelar

VILMAR RODRIGUES

Presidente do Conselho Municipal de Educação

PAULO RICARDO FERREIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança

JOSIANE DAS GRAÇAS PORTELA

ELABORAÇÃO

Assessoria Técnica Aspecto Jurídico

ANGELA CHRISTIANNE LUNEDO MENDONÇA

GRUPO DE REDAÇÃO e equipe técnica no aspecto pedagógico

Pedagogo da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

ÉLDER DA SILVA RAIMUNDO

Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

KHETULLY MURIEL LEITE

Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

RAFAELA MORAES

Pedagoga da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

ROSIMERI APARECIDA KELLNER

Professora da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

ERONI TEREZINHA DE ANDRADE GARRETT

Psicóloga da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

JOSIMARI STANSKI

Representantes da equipe diretiva das unidades educacionais

EVELIZE DO ROCIO ZANETTI

COLABORADORES

Documentador Escolar

MARCOS ALVES DE LIMA

Nutricionistas

VIVIANE MILIORIN

MONICA KEM GENARI

Primeira Dama

Rita de Cássia Zanetti

Profissionais que participaram das reuniões para organização da construção do protocolo

Assistente Social- Elisete Dantas de Souza Nascimento

Assessor da Promotoria- Guilherme A. Felipe

Coordenadora CAMS- Eliane do Rocio Cochenski

Conselheiro Tutelar- Vilmar Rodrigues

Diretora de CMEI- Mayara da Silva Rocha Durau

Pedagoga- Crislaine Joslar

Professora- Denise Mara Poletto.

Professora- Daniele Maria Buleniar

Professora- Fabiana Chibior Barth

Professora- Luciana M. S. L. Bordes

Professora- Simone A. Vidal

Psicólogo- Paulo Ricardo Ferreira

Técnica do NRE- AM SUL- Miriam Nelize de Souza

Técnica pedagógica do NRE- Cristiane Crefta Garcia

PRINCIPAIS SIGLAS UTILIZADAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado

ATMP - Atendimento Técnico Multiprofissional
CEE - Conselho Estadual de Educação
CF - Constituição Federal
LDB- Lei Brasileira de Inclusão
NRE AMSUL - Núcleo Regional de Educação da Área Metropolitana Sul
PAE - Profissional de Apoio Escolar
PAEE - Profissional de Apoio Escolar Especializado
PEI - Plano Educacional Individualizado
SEED - Secretaria de Estado da Educação
SMECE- Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
SUED - Superintendência de Educação
SERE - Sistema Estadual de registro escolar
UBS - Unidade Básica de Saúde

Histórico das reuniões internas para a construção do Protocolo de Atendimento Educacional Especializado

06/12/2022- Reunião de idealização do Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

21/03/2023- Formação sobre Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

31/03/2023- Discussão Protocolo da Equipe Técnica;

11/05/2023- Formação para o Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

19/05/2023- Formação para o Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

05/06/2023- Início da construção do Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

20/06/2023- Continuidade Protocolo de Atendimento Educacional Especializado;

Diversas reuniões extraordinárias com a equipe da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte para construção do Protocolo de Atendimento Educacional;

12/09/2023- Reunião para estruturação do Protocolo de Atendimento Educacional Especializado.

Redação realizada entre os meses de setembro e outubro de 2023.

SUMÁRIO

GUIA DE PERCURSO PELO PROTOCOLO:	13
I-ASPECTOS SITUACIONAIS	14
1- APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA.....	14
2- INTRODUÇÃO	15
2.1- Objetivo Geral.....	16
2.2- Objetivos Específicos	16
3- O MUNICÍPIO E SEUS ASPECTOS REGIONAIS	18
4- A ORGANIZAÇÃO DO AEE EM Balsa Nova	21
5- MAPA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE Balsa Nova	25
6- HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	33
6.1- Histórico da Educação Especial no Brasil	33
6.2- Fundamentos da educação inclusiva no sistema estadual de ensino	34
7- MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	35
8- HISTÓRICO DO AEE MUNICIPAL	40
8.1- Público Atendido na Educação Especial Municipal	41
8.2- Resgate Histórico - Escola Municipal Dra. Zilda Arns Neumann	42
8.3- Formas de acesso para matrícula na Escola Especial Dra. Zilda Arns Neumann.....	44
8.4- Público atendido	44
8.5- Classificação de alunos para o Ensino Regular	44
8.6- Organização Pedagógica	45

8.7- <i>Terminalidade</i> específica dos atendimentos da Escola na Modalidade Especial.....	45
9- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE	47
9.1- Missão	47
9.2- Atribuições.....	47
9.3- Compromissos.....	48
10- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- CEE.....	49
11- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	50
12- PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DAS CLASSES ESPECIAIS, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL	51
II-ASPECTOS CONCEITUAIS	53
1- LEGISLAÇÃO VIGENTE: ESFERA FEDERAL E ESTADUAL	53
2- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME.....	67
3- NORMATIVAS/DOCUMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (SMECE) DE Balsa Nova	68
4- HORÁRIO FLEXIBILIZADO	69
5- ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR	70
6- COMO AVALIAR O ALUNO?.....	71
6.1- Atividades e avaliações adaptadas	71
6.2- Adaptação e modificação de técnicas e instrumentos.....	72
6.3- Temporalidade.....	72
6.4- Adaptações de acesso ao currículo.....	73
6.5- Relatórios do processo de avaliação do aluno especial	73

6.6- Educação Infantil e 1º ano - Trimestral.....	74
7- PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI	74
7.1- Do Percurso Escolar - Importância do PEI	74
7.2- Cuidados e manejos com o aluno em momentos de crises	76
7.3- Distrações nas crises.	76
8- FUNDAMENTOS TEÓRICOS NORMATIVOS DO AEE	78
8.1- Classe Especial	78
8.2- Sala de Recursos Multifuncional	78
9- TRANSPORTE ESCOLAR ESPECIAL - DINÂMICA DE TRANSPORTE REGULAR E ESPECIAL	79
9.1- Transporte escolar.....	79
10- FORMAÇÃO CONTINUADA	80
10.1- Equipe do AEE/Equipes Educacionais	80
10.2- Demais Profissionais da escola/CMEI	81
11- REFERENCIAL TEÓRICO A AVALIAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE):	81
11.1- Realização da anamnese	84
11.2- Entrevista inicial com o aluno	85
11.3- Avaliação pedagógica	85
11.4- Escala Optométrica Decimal De Snellen.....	86
11.5- Avaliação de Transtornos Globais do Desenvolvimento	87
11.6- Avaliação psicológica	87
11.7- Relatórios das avaliações.....	88
12- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)	90
III-ASPECTOS OPERACIONAIS	91

1- COMO FAZER A AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR.....	91
2- COMO ATENDER O ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR	93
3- POSSÍVEL ALUNO DE INCLUSÃO: PASSO A PASSO A SER FEITO PELA ESCOLA- ENSINO FUNDAMENTAL I.....	99
4- POSSÍVEL ALUNO DE INCLUSÃO: PASSO A PASSO A SER FEITO PELO CMEI.....	102
5- COMO CONSTRUIR O PEI (EXPLICAÇÃO GERAL)	103
6- COMO FAZER RELATÓRIOS DO AEE NAA EDUCAÇÃO INFANTIL... 	105
7- MODELO DE PEI PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	107
8- MODELO DO PEI DO ENSINO REGULAR	120
9-MODELO DO PEI CLASSE ESPECIAL/ ESCOLA ESPECIAL/ ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOMICILIAR	131
10- MODELO DO PEI SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL.....	154
11- MODELO DE PEI DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO.....	171
12- TRABALHO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL- SRM	180
12.1- Ações do Professor da SRM	181
12.2- Casos em que são matriculados na Sala de Recursos Multifuncional	182
12.3- Casos em que são matriculados na Classe Especial	182
12.4- Casos em que são matriculados na Escola na modalidade de Educação Especial.....	182
12.5- Grupos de atendimento multiprofissional	183
12.6- Sala de Apoio escolar/Reforço escolar.....	183
12.7- Encaminhamentos para a rede de atendimento multisetorial	184

12.8- Casos para o Conselho Tutelar	184
13- TRABALHO EM REDE: COMO ARTICULAR E COMO ATENDER	185
13.1- Secretaria Municipal de Saúde.....	185
13.2- Secretaria de Assistência Social	185
13.3- Atendimento Multiprofissional.....	186
14- ACIONAMENTO DO SERVIÇO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PELOS DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE	186
14.1- Acionamento por profissionais de saúde.....	186
14.2- Acionamento por profissionais da Política de Assistência Social	187
14.3- Acionamento por profissionais da ATMP/Protocolo Pilar	187
15- MEDICALIZAÇÃO NA ESCOLA/CMEI	189
15.1- Administração de medicamentos.....	189
15.2- Troca de sonda.....	191
15.3- Direito ao Diagnóstico de intervenção/providências.....	192
16- Estudos de Caso Profissional de Apoio Escolar - PAE ou Profissional de Apoio Educacional Especializado - PAEE	192
16.1- Com a equipe AEE	192
16.2- Diretor.....	193
16.3- Professor Regente.....	194
16.3.1- Questionário a ser aplicado	194
16.4- Como fazer o Planejamento do Estudo de Caso:.....	197
17- SITUAÇÕES ATENDIDAS PELA AEE	200
17.1- Atendimento em grupo (de Psicomotricidade).....	200
17.2- Reuniões com Professores e Diretoras das Instituições	200
17.3- Reuniões com as unidades educacionais pais e responsáveis	201

17.4- Reunião interna com a equipe da AEE.....	201
17.5- Reuniões com a gestão da SMECE	201
17.6- Encaminhamentos.....	202
17.7- Instrumentais da equipe	202
17.7.1- Relatórios	202
17.7.2- Relatório Psicológico	202
18- REFERÊNCIAS.....	203
19-ANEXOS	208
19.2- ANEXO II- Modelo de parecer descritivo CMEI	210
19.3- ANEXO III- Formulário de solicitação para serviços/especialidades de saúde	213

GUIA DE PERCURSO PELO PROTOCOLO:

I- Aspectos Situacionais: neste item estão dispostas a situação do Atendimento Educacional Especializado, partindo do nível macro (país) até o nível micro (município e escola). Todas as informações presentes neste tópico servirão para compreender onde estamos em cada aspecto do AEE.

II- Aspectos Conceituais: como o nome indica, se refere a conceitos, ou seja, em que leis o protocolo está embasado, que autores e demais aspectos que justificam cada um dos procedimentos descritos no presente documento.

III- Aspectos Operacionais: nos itens anteriores apresentamos “onde estamos” (Aspectos Situacionais); “o que precisamos fazer de acordo com a lei e com autores que balizam nosso trabalho” (Aspectos Conceituais), por fim, teremos a questão operacional, ou seja, responderemos à pergunta: “como faremos? ”. Nos Aspectos Operacionais encontraremos os modelos de documentos, os procedimentos a serem adotados, tudo com foco na prática pedagógica do AEE nas instituições de ensino. **Quando o profissional quiser fazer uma consulta sobre algum procedimento, é nos aspectos operacionais que ele deve procurar tal orientação.**

I-ASPECTOS SITUACIONAIS

1- APRESENTAÇÃO DA SECRETARIA

A Secretaria da Educação do Município de Balsa Nova apresenta o Protocolo de Atendimento Educacional Especializado- AEE do Município, construído coletivamente, de maneira interinstitucional e multidisciplinar, com objetivo de orientar e sistematizar o atendimento ao público alvo da Educação Especial na Rede Municipal de Ensino.

Acreditamos que a inclusão é um princípio fundamental que combate qualquer forma de discriminação, e é sob essa perspectiva que o Grupo de Trabalho (GT), responsável pela elaboração do Protocolo AEE, promoveu discussões abrangentes para reavaliar todos os conceitos que norteiam os atendimentos.

O Protocolo AEE busca reorganizar ações de inclusão que certamente influenciarão no fluxo dos serviços oferecidos pela rede municipal de atendimento na educação e demais áreas abrangentes. A reorganização das ações de inclusão na escola, influencia nos resultados para uma educação de qualidade.

Segundo Souza, para promover uma inclusão escolar com equidade, é fundamental conhecer o aluno em sua totalidade, investir na formação dos profissionais, garantir uma integração efetiva entre o professor da sala de recurso multifuncional e os docentes do ensino regular, utilizar a tecnologia de forma apropriada dentro da escola e fortalecer a parceria entre a escola e a família (SOUZA, 2017, p. 2-3).

Essas medidas visam criar um ambiente inclusivo, respeitoso e acolhedor, onde cada aluno seja valorizado em suas singularidades e tenha igualdade de oportunidades para desenvolver todo o seu potencial educacional. Proporcionando a integração de todos os profissionais envolvidos na educação inclusiva e fortalecendo os vínculos de trabalhos educacionais.

2- INTRODUÇÃO

A Secretaria da Educação, Cultura e Esporte do Município de Balsa Nova, acompanhada por diversos representantes de instituições e serviços afetos a pauta da infância e adolescência, incluindo o Ministério Público do Paraná (representado pela 3ª Promotoria da Infância e Juventude da Comarca de Campo Largo, por meio do processo administrativo Nº 8454/2022), instaurou procedimento administrativo a fim de verificar a correta implementação da inclusão escolar dos estudantes na Rede Municipal de Ensino.

Uma das providências adotadas deu-se por meio da verificação *in loco* de todas as unidades escolares pela equipe do Centro de Apoio de Execuções - CAEX e por um representante pedagógico do Ministério Público, que procedeu a visita técnica e relatórios individuais de cada unidade. Após as inspeções, foram devidamente identificados os pontos a serem abordados, respondidos e solucionados de acordo com os ofícios encaminhados ao representante do Ministério Público. Em decorrência desse processo, é com satisfação que apresentamos o Protocolo de Atendimento da Educação Especial, resultado de um conjunto de medidas e diretrizes destinadas a consolidar a Política de Educação Especial no município.

Nesse sentido, a educação como direito humano fundamental que perpassa o acesso, a permanência e o sucesso dos estudantes, deve ser garantida a todos, contemplando o respeito à singularidade dos estudantes com deficiência.

Ao longo do processo de construção do presente protocolo, promovemos um diálogo aberto e colaborativo, envolvendo representantes das famílias, especialistas, comunidade escolar, órgãos públicos voltados à proteção dos direitos e a sociedade civil organizada. Acreditamos que trabalhando juntos, poderemos efetivar as ações necessárias para garantir a inclusão de todos.

Foram realizadas uma série de encontros (até a data de 12/09/23) com a participação do Conselho Tutelar, Ministério Público, Núcleo Regional de Educação, Professores e Educadores da Rede Municipal de Ensino, Professores da Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, Secretaria de Assistência

Social, Secretaria de Saúde, Equipe de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo e a Primeira Dama Sra. Rita de Cassia Zanetti.

O município caminha com preponderância para o processo de inclusão escolar de todos os alunos nas classes comuns do Ensino Regular, conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96. Processo esse, que deverá ser conduzido com cautela, zelo e respeito ao indivíduo, suas famílias e histórias.

Dentre os objetivos do presente protocolo, estão o de subsidiar a equipe gestora e os profissionais de educação das Instituições de Ensino, acerca das normativas e procedimentos gerais da educação especial na Rede Municipal de Ensino, bem como, publicizar junto às famílias, a dinâmica do atendimento junto ao AEE. No mesmo sentido, pretende-se qualificar o processo de formação dos profissionais da rede de ensino e fortalecer a Interface do atendimento das equipes escolares com as demais secretarias.

2.1- Objetivo Geral

Proporcionar às instituições de ensino da Rede Municipal de Educação, o suporte e as orientações necessárias para viabilizar o atendimento integral aos educandos com deficiência e necessidades especiais, com vistas a promover o desenvolvimento de suas potencialidades no âmbito de sua escolarização.

2.2- Objetivos Específicos

- a) Orientar os profissionais da instituição de ensino acerca dos procedimentos aplicáveis aos casos identificados no âmbito escolar;
- b) Fomentar a formação de professores e as políticas públicas para área de Educação Especial na perspectiva da inclusão;

- c) Organizar o Atendimento Educacional Especializado e reordenar o sistema educacional a fim de assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para todas as pessoas, sem preconceitos e de forma a valorizar as diferenças;
- d) Criar ambiente de igualdade com possibilidades e oportunidades, para que todos possam ter acesso a uma educação de qualidade e que considere as particularidades de cada indivíduo;
- e) Disseminar junto à Rede Municipal de Ensino, práticas pedagógicas democráticas, através da elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas;
- f) Reorganizar e diversificar os atendimentos aos alunos da Escola Municipal de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial;
- g) Realizar a Avaliação Psicoeducacional com o intuito de avaliar os educandos que apresentem particularidades no desenvolvimento acadêmico, neurológico, psicológico, psicomotor e fonoaudiológico, propondo medidas de intervenção e ações preventivas, visando a melhoria no seu processo de aprendizagem e nas suas relações interpessoais;
- h) Encaminhar os educandos avaliados para os atendimentos multidisciplinares de habilitação e reabilitação;
- i) Reordenar os atendimentos dos alunos das Sala de Recursos Multifuncionais e Classes Especiais do Município;
- j) Organizar e oportunizar o processo de *Terminalidade* dos estudantes público alvo do EJA Especial nos termos da legislação;
- k) Organizar o Atendimento Educacional Especializado e adequar o sistema educacional a fim de assegurar o acesso, permanência e condições de aprendizagem para os estudantes.

3- O MUNICÍPIO E SEUS ASPECTOS REGIONAIS

Os aspectos históricos sócio culturais do município retratam que embora tenha sido criado pela Lei Estadual nº 4.338 de 25 de janeiro de 1961, o município de Balsa Nova iniciou sua história em aproximadamente 1700, com a fundação dos primeiros povoados perto da Serra de São Luiz do Purunã, especificamente na região do Tamanduá.

Com o crescimento do povoado e a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Tamanduá, nasceram outros povoados no Vale do Iguaçu, tais como Rodeio Grande, Bugre, São Luiz, Santo Antônio e São Caetano.

Em 1823, o povoado de Tamanduá começou a perder notoriedade para os demais povoados que passaram a formar uma base econômica local, em especial para o Rodeio Grande, que não conseguia expandir mais suas atividades em razão da travessia do Rio Iguaçu.

Até 1891 a travessia era realizada por uma antiga balsa puxada por quatro canoas, que acabou sendo arrastada rio abaixo pelos fortes correntes de água do Iguaçu. Foi neste ano de 1891 que Galdino Chaves construiu uma nova balsa que permitia a travessia e transporte pelo rio que banhava o povoado de Rodeio.

A balsa, que agora era tracionada por correntes, se sobrepunha sobre as demais até então existentes, fazendo com que o povoado se referisse ao local não mais como Rodeio, mas sim, como Balsa Nova.

O povoado passou a ser reconhecido como Distrito Judiciário pertencente a Campo Largo pela Lei Estadual nº 1.757 de 22 de março de 1938, e no dia 31 do mesmo mês e ano passou a ser denominado João Eugênio, em homenagem a um importante madeireiro local. Após pressão popular, o ato político de nomeação foi revogado em 12 de maio de 1954 por força da Lei Estadual 125, voltando à antiga denominação, Balsa Nova.

Apenas em 1961, no dia 25 de janeiro, que o Governador Moysés Lupion sancionou a Lei Estadual nº 4.338, que criou o Município de Balsa Nova como território

desmembrado de Campo Largo. A cidade tem como municípios vizinhos Palmeira, Porto Amazonas, Lapa, Contenda, Araucária e Campo Largo, sendo este último de grande acesso aos municípes de Balsa Nova.

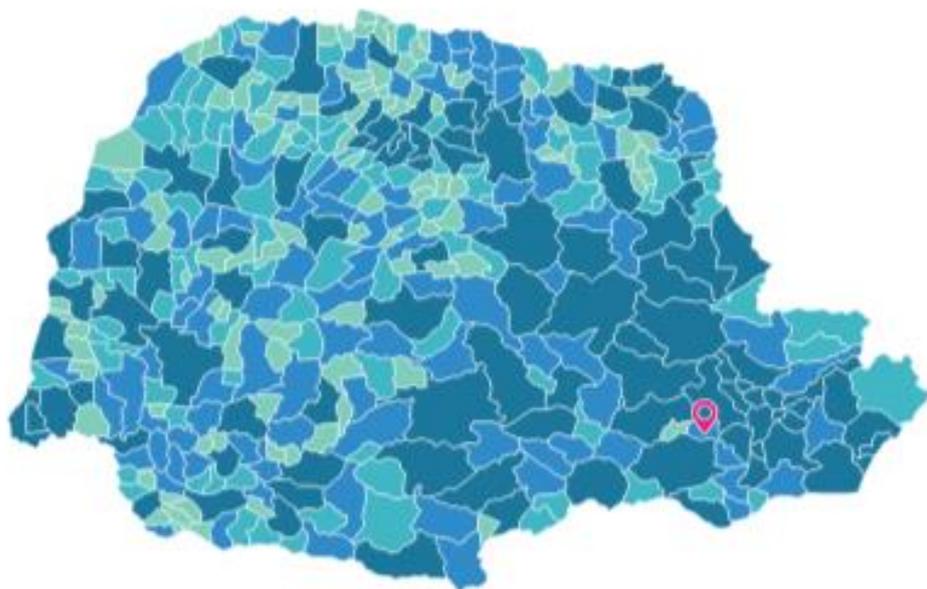
LIMITES DO MUNICÍPIO



FONTE: IPARDES

NOTA: Base Cartográfica ITCG (2010).

Atualmente, a população estimada de Balsa Nova é de 13.238 habitantes, distribuídos em 347.618 km², segundo dados do IPARDES e, embora esteja dentro da Região Metropolitana de Curitiba, o município conta com maior parte de seu território caracterizado como área rural e população quase equivalente residindo entre zonas rurais e urbanas.



Fonte: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=83650> acesso em 03/05/2023.

Tal constatação na elaboração do presente protocolo é de extrema importância ao passo que observamos a expansão territorial do município, o qual conta com três distritos: São Luiz do Purunã, Bugre e Balsa Nova.

Estima-se que a densidade demográfica da cidade seja de aproximadamente 32 hab./km², caracterizando o município, na prática, como um combinado de baixa densidade demográfica somada à grande extensão territorial, cuja consequência é a ocorrência de aglomerados isolados em zonas de difícil acesso ou com pouca estrutura, especialmente em áreas de divisas com outros municípios.

Segundo apontamentos do IPARDES¹, aproximadamente 40% da população reside em território rural, o que torna mais difícil o acesso destes residentes aos equipamentos públicos em geral, muito em decorrência da dificuldade de transporte público local.

Observa-se que esta dificuldade começou a ser superada com a implementação da primeira linha municipal de transporte público que atende a todas as localidades do município, pois a dificuldade de locomoção afeta diretamente os

serviços ofertados. Pensando nisso, o atendimento se dará também de forma volante e descentralizada.

[1http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio= 83650 &btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio= 83650 &btOk=ok).

4- A ORGANIZAÇÃO DO AEE EM Balsa Nova

A Rede Municipal de Educação de Balsa Nova está vinculada ao Núcleo Regional de Educação - NRE AREA METROPOLITANA SUL ². Este Núcleo Regional de Educação atende 14 (quatorze) municípios da área sul de Curitiba, sendo estes: Agudos do Sul, Araucária, Balsa Nova, Campo do Tenente, Campo Largo, Contenda, Fazenda Rio Grande, Lapa, Mandirituba, Piên, Quitandinha, Rio Negro, São José dos Pinhais e Tijucas do Sul.

O NRE AREA METROPOLITANA SUL está localizado na Rua Salvador Ferrante, nº 1.651 - CEP 81.670-390, em Curitiba - PR. O telefone de contato é o (41) 3277-7353.

Conforme dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2021, havia 19 estabelecimentos de educação no município. Desses, 14 ofertavam Educação Infantil e Educação Especial, 13 o Ensino Fundamental, 04 o Ensino Médio e 01 a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Importante ressaltar que um único estabelecimento de educação pode ofertar mais de uma etapa de ensino.

Etapa de ensino	Matrículas
Educação Infantil	14
Creche	6
Pré-Escola	9
Ensino Fundamental	13
Anos Iniciais	9
Anos Finais	5
Ensino Médio	4
Ensino Médio Propedêutico	4
Educação de Jovens e Adultos	1
Ensino Fundamental	1
Educação Especial	14
Classes Comuns	13
Classes Exclusivas	3
Total	19

Fonte: Censo da Educação Básica 2021/INEP.

² <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>

Em 2022, o total de matrículas no Ensino Fundamental do município foi de 1800, sendo 671 na Educação Infantil, 1500 no Ensino Fundamental, 43 na Escola na Modalidade de Educação Especial. (Dados coletados até a data dez/2022).

Em 2023 (maio) o total de matrículas na Rede Municipal de Ensino do município é de 1862, sendo 650 na Educação Infantil, 1535 no Ensino Fundamental, 41 na Escola Básica de Educação na Modalidade de Educação Especial.

Importante ressaltar que os índices do IDEB observado em 2019 os índices eram de 5,8 nos anos iniciais e de 5,0 nos anos finais, ao passo que o Ensino Médio apresentou 4,4. Em 2021 o município não obteve nova média, devido a uma Instituição não atingir a porcentagem mínima para a participação no dia da prova e outras duas escolas não apresentarem matrículas suficientes para formação de turmas do 5º ano, sendo estes alunos direcionados para as escolas mais próximas e estas foram utilizadas como base de cálculo.

CMEIS

O município de Balsa Nova conta com 5 CMEI's (Centro Municipal de Educação Infantil). Segue abaixo os endereços e os contatos destas unidades:

Instituição: CMEI Brincando e Criando

Endereço: Avenida Getúlio Vargas, nº 601 – Centro

Telefone: 41-3636-1920

E-mail: brincandoecriando@balsanova.pr.gov.br

Instituição: CMEI Tia Niva

Endereço: Rua Jorge Ramos, sem número – Bugre

Telefone: 41-3637-1133

E-mail: tianiva@balsanova.pr.gov.br

Instituição: CMEI Jardim da Alegria

Endereço: Rua Dom Pedro I, nº 570 – Jardim Serrinha

Telefone: 41-3636-6321

E-mail: jardimdaalegria@balsanova.pr.gov.br

Instituição: CMEI Professora Margarida Flórida Chiló

Endereço: Rua Augusto Perussolo, nº 430 – São Caetano

Telefone: 41-3392-6994

E-mail: margarida@balsanova.pr.gov.br

Instituição: CMEI Cantinho da Serra

Endereço: Rua Sabina Serra Reicetto, sem número – São Luiz do Purunã

Telefone: 41- 3651-1082

E-mail: cantinhodaserra@balsanova.pr.gov.br

ESCOLAS MUNICIPAIS

O município de Balsa Nova conta com 9 escolas municipais. Segue abaixo os endereços e contatos das unidades escolares:

Instituição: Escola Rural Municipal Itambé

Endereço: Rua São David Fay, sem número – Jardim Serrinha

Telefone: 41-3636-6061

E-mail: escolaitambe@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Municipal Dr. Mário Faraco

Endereço: Rua Marcos Poletto, sem número – Bugre

Telefone: 41-3637-1136

E-mail: mariofaraco@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Municipal Padre Boleslau Liana

Endereço: Rua 07 de setembro, nº 783 – Centro

Telefone: 41-3636-1725

Email: boleslau@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Joaquim Ribas de Andrade

Endereço: Rua Francisco Manoel da Cruz, nº 889

Telefone: 41-3636-1185

E-mail: joaquimribas@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Municipal Irmã Rosalina

Endereço: Rua Augusto Perussolo, nº 514 – São Caetano

Telefone: 41-3636-9299

E-mail: irmarosalina@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Municipal Dra. Zilda Arns Neumann - Educação Infantil, Ensino Fundamental - Modalidade Educação Especial

Endereço: Rua Alexandre Romão Wagner, 150 – Loteamento Bonassoli

Telefone: 41-3636-1814

E-mail: zildaarns@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Rural Municipal João Andreassa

Endereço: Rua São Caetano, 392 – São Caetano

Telefone: 41-3636-9139

E-mail: joaoandreassa@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Rural Municipal Prefeito Herculano Schimaleski

Endereço: Rua Sabina Serra Reicetto, nº 530 – São Luiz do Purunã

Telefone: 41-3651-1011

E-mail: herculano@balsanova.pr.gov.br

Instituição: Escola Rural Municipal Professor Joaquim da Rocha Soares

Endereço: Rua Feltrin, nº 77 – Rodeio Santo Antonio

Telefone: 41-3636-5005

E-mail: joaquimdarocha@balsanova.pr.gov.br

5- MAPA DA INCLUSÃO ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE BALSANOVA

O Município de Balsa Nova segue as orientações do Núcleo Regional de Educação AM - SUL da SEED/PR no que se refere a forma de avaliação, procedimentos e métodos para inclusão de alunos, Classe Especial e Avaliação Psicoeducacional, conforme anexo (Instrução Nº 03/04 de 07 de maio de 2014 e Roteiro de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar).

O “Mapa da inclusão”, indicado de maneira objetiva, apresenta o levantamento e monitoramento de informações acerca da condição de todas as crianças e adolescentes identificadas como “pessoa com deficiência, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão”, matriculadas na Rede Municipal de Ensino do Município de Balsa Nova. Apresenta detalhadamente a Escola onde o aluno está matriculado, período, turma e turno, indicação do laudo com as deficiências e aproximadamente 18 (dezoito) profissionais habilitados e qualificados que atuam diretamente no atendimento da demanda.

A educação municipal atende (dados de setembro de 2023), 82 alunos caracterizados como público da Educação Especial, 62 encontram-se matriculados na Rede Regular de Ensino, representando 22.38% do total de alunos com deficiência, sendo 41 da Escola Municipal de Educação Básica na Modalidade Especial, com idade entre 07 a 62 anos e os demais alunos na Escola Regular, com idades entre 06 e 15 anos.

Tabela de alunos de inclusão da Rede Regular de Ensino

TOTAL DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ENSINO - 1862	
TOTAL DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL - 99	
CMEIS E ESCOLAS	TOTAL
ENSINO REGULAR	40
CMEIS	9
CLASSE ESPECIAL	11
SALA DE RECURSOS	44
ESCOLA ESPECIAL	40
TOTAL GERAL	143

*Tabela atualizada em 20/06/2023

ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA REDE REGULAR MUNICIPAL DE ENSINO			
ESCOLA	LAUDO - CID	TOTAL LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
JOAQUIM RIBAS DE ANDRADE	Distúrbios de aprendizagem	6	13
	Distúrbios de aprendizagem	1	

	Deficiência intelectual	1	
	Atraso no Desenvolvimento Neuropsicomotor	1	
	Transtorno do Espectro Autista	3	
	Deficiência visual	1	
BOLESLAU LIANA	Transtorno do Espectro Autista, TEA (F84.0)	5	6
	Retardo do desenvolvimento fisiológico normal R62.0	1	
	Outras doenças degenerativas especificadas do sistema nervoso - G31.8	1	
	Transtorno Opositor Desafiado - F91.3	1	
	Transtorno de Déficit de Atenção, TDAH	1	
	Esquizofrenia não especificada F20.9	1	
MÁRIO FARACO	Transtorno do Espectro Autista	4	6
	Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH CID F 90.9	1	
	Atrofia Muscular Espinhal	1	
IRMÃ ROSALINA	Transtorno Déficit de Atenção e Hiperatividade - TDAH	4	7
	Transtorno do Espectro Autista	2	
	Distúrbios de Aprendizagem	1	
ITAMBÉ	Transtorno do Espectro Autista CID F84.0	2	5
	Déficit de atenção e hiperatividade TDHA F90.0	2	
	Dislexia R48.0	1	
	Transtorno do processo auditivo CID F80	1	
	Atraso intelectual CID F70.1	1	
	Perda Auditiva Neurosensorial Severa de Configuração Descendente em OD e Perda Audiitiva profunda em OE.	1	
HERCULANO SCHIMALESKI	Transtornos específicos Misto do desenvolvimento - CID 10 F83	1	3
	Transtorno do Espectro Autista F84.0	1	
	Retardo mental moderado - CID-10 F71.1	2	

	Déficit de atenção e hiperatividade CID: F90.0	1	
	Transtornos específicos do desenvolvimento da fala e da linguagem - CID: F80	1	
	Déficit de atenção e hiperatividade CID 10: F90	1	
JOAQUIM DA ROCHA	Déficit de atenção e hiperatividade TDAH F 90 + sinais de TOD	1	2
	Deficiência intelectual não qualificada F7 1.0	1	
	Microcefalia após 2 meses + melanose bulbar regressão de fala RM crânio sinais sugestivos de microcefalia	1	
CMEI BRINCANDO E CRIANDO	Transtorno do Espectro Autista – TEA F.84	2	2
MARGARIDA FLORIDA CHILÓ	Transtorno do Espectro Autista – TEA F.84 TEA	3	5
	Transtorno Opositor Desafiado - F91.3	1	
	Déficit de atenção e hiperatividade CID 10: F90	1	
	Surdez Bilateral	1	
CMEI TIA NIVA	Transtorno do Espectro Autista - TEA F84 – Nível 1	1	2
	Transtorno do Espectro Autista – TEA CID F 84.0 Nível 2	1	
TOTAL DE LAUDOS		64	49

Tabela de alunos de Inclusão por Instituição de Ensino

*Tabela atualizada em 20/06/2023

Tabela de alunos Sala de Recursos Multifuncional

ALUNOS SALA DE RECURSOS ESCOLA RURAL MUNICIPAL PREFEITO HERCULANO SCHIMALESKI			
TURNO	LAUDO - CID	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
Manhã	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	5	11
Tarde	DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	3	
Manhã	CID 10 F71.1	2	
Manhã	CID F90.0	1	
Manhã	CID F80	1	
TOTAL		12	

ALUNOS SALA DE RECURSOS ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM RIBAS DE ANDRADE E ESCOLA MUNICIPAL PADRE BOLES LAU LIANA			
TURNO	LAUDO - CID	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
MANHÃ	DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM	8	15
MANHÃ	DISTÚRBIO DE APRENDIZAGEM - TDAH - TRANSTORNO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE	4	
MANHÃ	TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA - AUTISMO	2	
MANHÃ	DISTÚRBIOS DE APRENDIZAGEM – DISLEXIA	1	
TOTAL		15	

SALA DE RECURSOS ESCOLA MUNICIPAL JOAQUIM RIBAS DE ANDRADE			
TURNO	LAUDO - CID	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
Manhã	Deficiência visual	1	1

ALUNOS SALA DE RECURSOS DA ESCOLA MUNICIPAL DR. MÁRIO FARACO E ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ROSALINA				
TURN O	LAUD O - CID	MATRÍCULA NO SERE	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
Tarde	F84.0	Transtorno do espectro autista	2	9
Tarde		Deficiência intelectual	1	
Tarde	F90	Distúrbios de Aprendizagem - TDAH	2	
Tarde	R48.0	Distúrbios de aprendizagem	1	
Tarde		Distúrbios de aprendizagem	1	
Tarde		Atraso no desenvolvimento neuropsicomotor	2	
TOTAL			9	

ALUNOS DA SALA DE RECURSOS DA ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ROSALINA E ESCOLA RURAL MUNICIPAL ITAMBÉ				
TURNO	LAUDO - CID	MATRÍCULA NO SERE	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
TARDE	F840	Transtorno do Espectro Autista	2	8
TARDE	CID 10 F80	Transtornos específicos do desenvolvimento da fala e da linguagem	1	
TARDE	F90.0	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade-TDAH	4	
TARDE	R48.0	Baixa visão Distúrbios de aprendizagem, dislexia	1	
TARDE	-	Distúrbios de aprendizagem	1	
TARDE	CID F41.1	Ansiedade generalizada	1	
TOTAL			10	

Tabela de Alunos da Escola Especial Dra. Zilda Arns Neumann

ALUNOS ESCOLA MUNICIPAL DRA. ZILDA ARNS NEUMANN - EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL - MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL			
ETAPA	DEFICIÊNCIA	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
FUNDAMENTAL – 1º CICLO IDADE: 6 À 9 ANOS	Paralisia das Pregas Vocais	1	5
	Paralisia cerebral	1	
	Transtorno do Sistema Nervoso Autônomo	1	
	Síndrome de Dandy Walker	1	
	Transtorno do Espectro Autista	1	
	Deficiência Intelectual Grave	1	
ENSINO FUNDAMENTAL – 2º CICLO IDADE: 10 A 15 ANOS	Deficiência Intelectual CID 10- F70	1	1
EJA A IDADE: ACIMA DE 15 ANOS	Deficiência Intelectual	2	4
	Retardo mental leve	1	
	Transtorno misto específico do desenvolvimento	1	
EJA B IDADE: ACIMA DE 15 ANOS	Transtorno mental derivado de sequelas	1	8
	Retardo mental moderado	5	
	Síndrome de Down	1	
	Deficiência visual	1	
	Deficiência intelectual	1	
EJA C IDADE: ACIMA DE 15 ANOS	Retardo Mental leve	5	12
	Retardo mental grave	1	
	Retardo mental /distúrbio	1	
	Trissomia parcial minor	1	
	Síndrome de Down	2	
	Transtorno do Desenvolvimento	1	
	Retardo Mental	1	
	Síndrome epiléticas	1	
EJA D IDADE: ACIMA DE 15 ANOS	Deficiência intelectual	1	10
	Deficiência mental grave	1	
	Retardo mental grave	2	
	Transtorno do Espectro Autista	1	
	Paralisia cerebral	2	
	Deficiência intelectual	2	
	Retardo mental moderado	2	
TOTAL		44	40

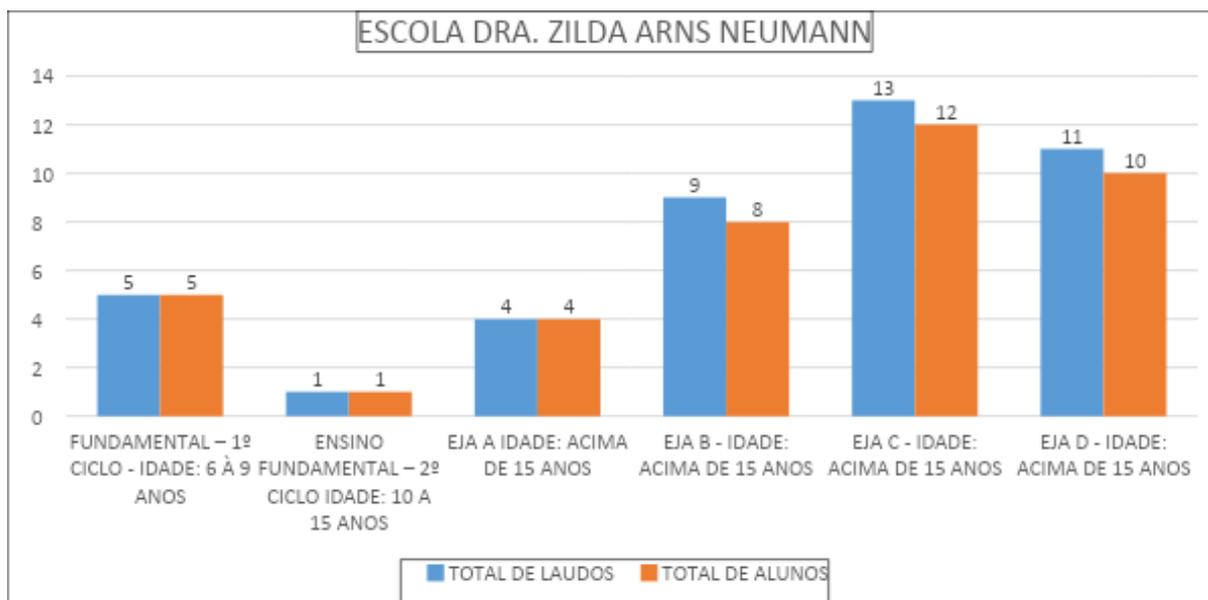


Tabela de alunos Classe Especial

ALUNOS DA CLASSE ESPECIAL DA ESCOLA MUNICIPAL DR. MÁRIO FARACO				
TURNO	MATRÍCULA NO SERE	LAUDO - CID	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS
Manhã	Deficiência intelectual/ Atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor/ Baixa visão	CID 10 G40.2	1	10
Manhã	Deficiência intelectual/ Atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor/ Baixa visão	CID 10 G80.0	1	
Manhã	Deficiência intelectual/ Atraso no desenvolvimento Neuropsicomotor/ Baixa visão	CID 10 F80.1	1	
Manhã	Avaliação Psicopedagógica - Deficiência intelectual	-	9	
TOTAL			12	

ALUNOS DA CLASSE ESPECIAL DA ESCOLA MUNICIPAL PE. BOLES LAU LIANA				
TURNO	MATRÍCULA NO SERE	LAUDO - CID	TOTAL DE LAUDOS	TOTAL DE ALUNOS

Manhã	Transtorno do Espectro Autista, Retardo do desenvolvimento fisiológico normal. Outras doenças degenerativas especificadas do sistema nervoso Transtorno Opositor Desafiador Transtorno de Déficit de Atenção, TDAH	F84.0,R62.0, - G31.8, F91.3, F 90.0	1	1
-------	--	---	---	---

6- HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

6.1- Histórico da Educação Especial no Brasil

No Brasil, até a década de 1950, praticamente não se falava em Educação Especial. Foi a partir de 1970, que a educação especial passou a ser discutida, tornando-se preocupação dos governos com a criação de instituições públicas e privadas, órgãos normativos federais e estaduais e de classes especiais.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais, a criação do Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), em 1854, e do Instituto dos Surdos-Mudos (atualmente, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES) em 1857, na cidade do Rio de Janeiro.

Assim, a Educação Especial no Brasil é marcada por diversas fases segundo afirma Sassaki (1997), sendo elas: exclusão, segregação institucional, integração e inclusão. Para garantir o direito à aprendizagem e de acesso ao currículo, o AEE foi criado em 2008 pela Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva.

6.2- Fundamentos da educação inclusiva no sistema estadual de ensino

A Rede Municipal de ensino de Balsa Nova está vinculada ao Sistema Estadual de Educação, adotando, portanto, as orientações normativas técnicas oriundas da Secretaria de Estado da Educação e do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná.

Em razão desta vinculação apresentamos as diretrizes pedagógicas da Educação Especial na educação básica, adotada pelo sistema estadual como parâmetro para as intervenções no âmbito municipal.

O parecer nº 17/01 CNE e Resolução CNE nº 02/01 apresentados como subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica com a mudança de concepção sinalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, reflexo dos movimentos internacionais pela inclusão social, aponta-se uma ressignificação da Educação Especial, ampliando-se não apenas a sua abrangência - desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, bem como o público alvo a que se destina: alunos com necessidades educacionais especiais.

A partir dos documentos entende-se Educação Especial como uma modalidade da educação escolar, definida em uma proposta pedagógica, que estabelece apoio e serviços educacionais especiais, organizados para complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

No Paraná, a Educação Especial (dever constitucional do Estado e da família), é oferecida tanto na rede regular de ensino quanto nas instituições especializadas conveniadas ou não, com início na faixa etária de zero a seis anos, prolongando-se durante toda a educação básica até o Ensino Superior. A adoção da terminologia “necessidades educacionais especiais” para referir-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas

dificuldades para aprender, tem o propósito de deslocar o foco das condições pessoais do aluno, que possam interferir em sua aprendizagem, para direcioná-lo às respostas educativas que ele requer.

7- MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram à criação de instituições especializadas: escolas especiais, classes especiais, dentre outras.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I,

estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que "os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino". Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas de educação inclusiva. Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “[...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a *Terminalidade* específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37). Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre

a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular. Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001). As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu artigo 2º. O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado. A Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional. Em 2003, o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal divulga o documento “O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de alunos com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular. Impulsionando a inclusão educacional e social, o Decreto nº 5.296/04 regulamentou as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Nesse contexto, o Programa “Brasil Acessível” é implementado com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento de ações que garantam a acessibilidade. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular. Em 2005, com a implantação dos Núcleos de Atividade das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados e no Distrito Federal, são formados centros de referência para o atendimento educacional especializado aos alunos com altas habilidades/superdotação, a orientação às famílias e a formação continuada aos professores.

Nacionalmente, são disseminados referenciais e orientações para organização da política de educação inclusiva nesta área, de forma a garantir esse atendimento

aos alunos da rede pública de ensino. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que:

- a).** As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral sob alegação de deficiência e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório, sob alegação de deficiência;
- b).** As pessoas com deficiência possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24). Em 2006, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos que objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior. Em 2007, no contexto com o “Plano de Aceleração do Crescimento - PAC”, é lançado o “Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE”, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento educacional especializado.

No documento Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas, publicado pelo Ministério da Educação, é reafirmada a visão sistêmica da educação que busca superar a oposição entre educação regular e educação especial. Contrariando a concepção sistêmica da transversalidade da educação especial nos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, a educação não se estruturou na perspectiva da inclusão e do atendimento às necessidades educacionais especiais, limitando, o cumprimento do princípio constitucional que prevê a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a continuidade nos níveis mais

elevados de ensino (2007, p. 09). O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas.

8- HISTÓRICO DO AEE MUNICIPAL

Iniciou-se em 26 de junho de 1991 com a autorização de funcionamento da primeira Classe Especial destinada a atender alunos com deficiência mental no município de Balsa Nova por meio do Parecer 0223/91 - DEE. Essa classe foi implantada na Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade e permaneceu em funcionamento até 24 de dezembro de 1997, conforme o Parecer 383/98 - CEF.

Na data de 21 de janeiro de 1994, houve a necessidade de abertura de mais uma Classe Especial, para atender alunos com deficiência mental, na Escola Municipal Dr. Mário Faraco, na localidade do Bugre (Res. Aut. 0163/94) a partir do Parecer 2261/96 - CEF, a qual permanece em funcionamento até os dias atuais, atendendo alunos não só da comunidade escolar como também de outras regiões próximas.

Em 30 de março de 2007, foi autorizado o funcionamento de mais uma Classe Especial na Escola Padre Boleslau Liana, na localidade Moradias Purunã, devido a demanda das localidades da região central, a qual permanece em funcionamento.

Em 07 de dezembro de 2011, foi autorizado o funcionamento da Escola na Modalidade Especial, através do Parecer 1316/11 - DEEIN em novo local de estabelecimento e com mudança do nome da escola, onde a mesma passou a se chamar Escola Municipal Dra. Zilda Arns Neumann - Educação Infantil, Ensino Fundamental - Modalidade Educação Especial.

Atualmente as Salas de Recursos Multifuncionais - SRM iniciam o funcionamento à medida que surgem demandas das instituições de ensino, posteriormente é solicitado a abertura do processo ao NRE via e-protocolo e à medida que são autorizadas ao funcionamento são emitidas suas devidas portarias.

O município de Balsa Nova, já contava com a participação de uma psicóloga avaliadora e uma pedagoga com especialização em psicopedagogia na rede de ensino.

Em novembro de 2022, foi realizada a inclusão de uma fonoaudióloga, para atuar na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, sendo assim, organizado uma equipe de Apoio Educacional Especializado (AEE). A equipe tem o caráter multidisciplinar, mas as ações desenvolvidas apresentam configuração interdisciplinar, que considera a associação entre disciplinas, prezando pela cooperação entre elas e provocando intercâmbios, ou seja, reciprocidade e enriquecimento mútuo, visando a investigação e resolução das demandas apresentadas (OLIVEIRA; NUNES, 2020). Embora alguns integrantes do corpo técnico dessa equipe possuam formação primária na área da saúde (Psicologia e Fonoaudiologia), o trabalho é realizado de forma conjunta visando o atendimento educacional, diferente do âmbito clínico e de reabilitação. Com um só objetivo, mas com diferentes olhares, os profissionais concentram seus saberes no sentido de compreender o que acontece com a criança que apresenta alterações no seu processo escolar e/ou acadêmico. A partir disso os educandos são direcionados para programas de intervenção e são propostas sugestões de encaminhamentos necessários.

Importante mencionar que a fonoaudióloga não permaneceu no município e atualmente a administração está tentando contratar uma nova profissional, para que os educandos sejam atendidos.

8.1- Público Atendido na Educação Especial Municipal

O público atendido pela equipe do AEE, são as crianças e adolescentes inseridos na Rede Regular de Ensino Municipal, na Educação Infantil e Ensino Fundamental I, ainda, os inseridos nas Salas de Recursos Multifuncionais, Classes Especiais e Escola da Educação Básica na Modalidade de Educação Especial. Os

profissionais poderão ser orientados na construção do trabalho com o auxílio técnico da equipe da AEE. Por fim, os responsáveis pelos educandos também receberão orientações com relação aos procedimentos e condutas relativas ao processo de ensino aprendizagem e de avaliação.

Com relação ao atendimento ao educando, é importante frisar que devem existir critérios e indicadores objetivos. É no interior das unidades educacionais que aparecem as necessidades que precisam ser identificadas, avaliadas e adequadas. A partir deste cenário que a equipe técnica é acionada para que sejam supridas lacunas do atendimento, além do pedagógico, em situações que culminam negativamente no desempenho escolar e na aprendizagem do educando, para que o trajeto educacional seja garantido na totalidade.

Já no que se refere ao atendimento com professores, educadores e equipe pedagógica, o fazer é no sentido do apoio e orientação para adaptação do ensino. Com os responsáveis, o trabalho parte principalmente do reconhecimento das necessidades educacionais da criança, do contexto e da dinâmica familiar. Nesse sentido, são realizadas orientações sobre a importância das avaliações psicoeducacionais, psicológicas e da frequência escolar. Importante destacar que embora a família tenha um papel estruturante no processo de proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, não é raro identificarmos condutas caracterizadas como omissão ou abuso do poder familiar. Quando identificadas tais condutas, são acionados mecanismos de proteção que envolvem o sistema de garantia de direitos, dentre outros, Conselho Tutelar, CREAS, Unidades de Saúde, MPPR.

8.2- Resgate Histórico - Escola Municipal Dra. Zilda Arns Neumann

Inicialmente os alunos da Rede Municipal que tinham a necessidade do Atendimento Educacional Especializado em Escola Especial, eram atendidos no município de Campo Largo - PR - ERCE (Associação Erceana Campolarguense), que

é uma ONG que oferece atendimento educacional e multiprofissional especializado para pessoas com deficiência intelectual.

A escola se deu inicialmente devido a solicitação dos familiares dos alunos que frequentavam a ERCE. A equipe da Secretaria de Educação, na época realizou várias reuniões com a Federação das APAES do Paraná e no dia 08 de dezembro de 2007 aconteceu uma reunião para eleição efetiva de membros para a diretoria e criação da APAE, porém a APAE não foi efetivada no município por motivos administrativos.

De acordo com a resolução 616/08 a Escola Municipal de Educação Especial Professora Etelvina Vieira Ferreira, iniciou seu funcionamento no dia 18 de fevereiro de 2008, conforme calendário escolar do referido ano. Com atendimento nas áreas das Deficiências Mental e Múltipla, com Parecer número 537/08, mantida pela Prefeitura Municipal de Balsa Nova e NRE da Área Metropolitana Sul. A escola funcionava nos períodos de manhã e tarde e era estabelecida na rua XV de novembro, s/nº, Centro.

Atualmente a Escola de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, amparada pelo Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14 é uma instituição que oferta escolarização, nas etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental anos iniciais e Educação de Jovens e Adultos - Fase I, com professores especializados, metodologias específicas, adaptações curriculares significativas e ampliação do tempo escolar.

A Escola Especial é uma instituição destinada a prestar serviço especializado de natureza educacional a alunos com necessidades educacionais especiais, deficiência intelectual e múltiplas deficiências, que requerem atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social. Oferece recursos, assistência e suporte substanciais e contínuos, bem como adaptações curriculares. Os alunos necessitam também de atendimentos complementares/terapêuticos dos serviços da área da saúde, trabalho e assistência social. O ingresso dos estudantes nesta instituição escolar deve ocorrer após a conclusão do processo de avaliação, realizado por equipe multiprofissional, com o objetivo de investigar as áreas do desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo-emocional e motor. Neste âmbito, a Escola de Educação Básica na

Modalidade de Educação Especial estabelece a organização curricular, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – para oferta da Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais) e Educação de Jovens e Adultos.

8.3- Formas de acesso para matrícula na Escola Especial Dra. Zilda Arns Neumann

Para ingressar na Escola Especial, o aluno precisa passar por algumas avaliações, além de ter posse de um laudo onde conste seu CID com informações que sejam relevantes para o atendimento na Escola Especial. Cabe salientar que em alguns casos, o aluno que não tem laudo, terá acesso a matrícula mediante a Avaliação psicoeducacional.

8.4- Público atendido

Terão direito à matrícula os estudantes que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, intelectual, mental ou sensorial, com deficiência intelectual, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, associados à deficiência intelectual, conforme Parecer 07/2014 do Conselho Estadual de Educação.

8.5- Classificação de alunos para o Ensino Regular

A inclusão dos educandos no ensino regular está entre os principais objetivos, pois é de extrema importância para a vida social do aluno, tanto quanto para sua autonomia e vivência, planejado para que os mesmos não sejam prejudicados em relação a sua aprendizagem, assim sendo, são realizadas avaliações

psicopedagógicas e avaliações internas da instituição, viabilizando e redirecionando para qual etapa do ensino regular que irá receber o aluno.

8.6- Organização Pedagógica

A organização se dá através da implementação do processo democrático e de forma diversificada, desenvolvendo estratégias variadas a partir da realidade vivida na comunidade escolar, já que trabalhamos com várias faixas etárias e alunos com laudos diversificados, o propósito é estabelecer confiança e segurança para com eles, abrangendo as dimensões, intelectual, física, emocional, social, cultural. Esse direcionamento resulta, além dos aspectos acadêmicos, na expansão da capacidade dos alunos em lidar com seu bem-estar físico, suas emoções, relações interpessoais e culturais.

A instituição valoriza o acolhimento, recebendo individualmente os alunos nos dois períodos.

8.7- *Terminalidade* específica dos atendimentos da Escola na Modalidade Especial

Segundo a lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, inciso II do Artigo 59, resolução CNE/CEB 02/01, Artigo 16 e parecer do Conselho Nacional de Educação 17/01, é previsto a *Terminalidade* específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências. A *Terminalidade* específica prevê viabilizar ao aluno com grave deficiência intelectual ou múltipla, que não apresenta resultados de escolarização previstos no inciso I do Artigo 32 da LDB. Tendo em vista também que conforme o Art.3º a idade mínima para que o aluno receba a declaração de *Terminalidade*

específica deverá ser de 18 (dezoito) anos completos e máxima de 21 (vinte e um) anos, independentemente da fase/ano/ciclo cursado. A *Terminalidade* específica do ensino fundamental e/ou Educação de Jovens e Adultos, deverá haver por meio de avaliações pedagógicas da conclusão de escolaridade com histórico escolar que apresente e de forma descritiva com as competências desenvolvidas pelo educando.

Assim transformando a vida social e inclusiva do sujeito (aluno), tornando-se um aspecto muito importante para sua autonomia, o mesmo poderá ser ingressado na educação profissional, em centros de convivência onde possam abranger seus conhecimentos, suas vivências e possibilidades como pessoa, também colocamos como grande importância esta *Terminalidade* no aspecto de indivíduo que tem como direito conquistar seu espaço no mercado de trabalho. Portanto, ao dar *Terminalidade* específica a um aluno, é de extrema importância ter em vista um norte a ser dado ao mesmo, pois o papel de uma instituição de ensino é instruir o aluno para vida em sociedade e o acesso a demais direitos fundamentais.

No Estado do Paraná, a entidade responsável por disciplinar os procedimentos administrativos/ pedagógicos acerca da *Terminalidade*, é a Secretaria do Estado da Educação (SEED), que até a presente data não regulamentou normativas ou orientações sobre como a *Terminalidade* será implementada na rede municipal de ensino. Seguimos, desse modo, o disposto no PARECER CEE/BICAMERAL N° 128/18, que estipula que o aluno após completar dezesseis anos, deverá ir para o EJA (Educação de Jovens e Adultos) na modalidade Especial, sendo que só sairá da escola se for para progredir para o Ensino Fundamental II em suas respectivas modalidades.

Aos alunos que necessitam de atendimento contínuo (até que a SEED regulamente a *Terminalidade* prevista na LDB 9394/1996), a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte de Balsa Nova (SMECE), protocolou um ofício em outubro de 2023, sob número 31/2023, a proposta para a aplicação de *Terminalidade* específica (prevista no art. 59, inciso II da LDB 9394/1996), a ser implementada junto escola na Modalidade de Educação Especial. Até a conclusão da manifestação acerca do referido protocolo e os possíveis ajustes, a SMECE pode organizar o atendimento

de escolarização, intercalando com oficinas e cursos profissionalizantes, além de envolver outras secretarias, nos termos da Lei Brasileira de Inclusão, na promoção do acesso dos alunos às demais políticas públicas.

As diretrizes da reestruturação da Escola na Modalidade Especial estarão dispostas no respectivo documento orientador da Instituição de Ensino.

9- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CNE

9.1- Missão

O Conselho Nacional de Educação (CNE) tem por missão a busca democrática de alternativas e mecanismos institucionais que possibilitem, no âmbito de sua esfera de competência, assegurar a participação da sociedade no desenvolvimento, aprimoramento e consolidação da educação nacional de qualidade.

9.2- Atribuições

As atribuições do Conselho são normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Compete ao Conselho e às Câmaras exercerem as atribuições conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente sobre os

assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno.

9.3- Compromissos

1 - Consolidar a identidade do Conselho Nacional de Educação como Órgão de Estado, identidade esta afirmada e construída na prática cotidiana, nas ações, intervenções e interações com os demais sistemas de ensino.

2 - Participar do esforço nacional comprometido com a qualidade social da educação brasileira, cujo foco incide na escola da diversidade, na e para a diversidade, tendo o PNE e o PDE como instrumentos de conquista dessa prioridade.

3 - Articular e Integrar num diálogo permanente, as Câmaras de educação básica e de educação superior, correspondendo às exigências de um Sistema Nacional de Educação que, ultrapasse barreiras burocráticas, mediante prática orgânica e unitária. As câmaras devem intensificar o diálogo entre si. Não há subordinação entre elas, pois representam níveis de ensino de um único sistema nacional de educação. Estrategicamente, a articulação e integração CES e CEB possibilita aperfeiçoar as leituras das diferentes etapas do processo de escolarização, aproximando as câmaras, constituindo um todo orgânico, que se exerce no Conselho Pleno e, conseqüentemente, um verdadeiro Conselho Nacional de Educação.

4 - Consolidar a estrutura e diversificar o funcionamento do CNE. Não queremos que ele responda apenas às demandas, mas que se constitua em espaço de fortalecimento de suas relações com os demais sistemas de ensino e com os segmentos sociais, espaço de estudos para as comissões bicamerais, audiências

públicas, fóruns de debates, sempre cuidando da dotação de infraestrutura material necessária e do quadro de pessoal próprio.

5 - Instaurar um diálogo efetivo, articulado e solidário, com todos os sistemas de ensino (em nível federal, estadual e municipal), em compromisso com a Política Nacional de Educação, em regime de colaboração e de cooperação. Talvez este se constitua no maior desafio para o CNE.

10- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO- CEE

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 4.024 de 1961- que criou os Conselhos Estaduais de Educação, aos quais delegou competência quanto ao ensino primário, médio e superior (estadual), visão que foi mantida com a promulgação de uma nova LDB em 1996.

O Conselho Estadual de Educação - CEE, órgão de deliberação coletiva do sistema estadual de ensino, de natureza participativa e representativa, exerce funções de caráter normativo, consultivo, deliberativo e de assessoramento ao Secretário de Estado da Educação nas questões que lhe são pertinentes.

Competências do CEE - Estado do PR

Na Esfera Administrativa:

- I. Elaborar seu Regimento;
- II. Manter intercâmbio com os Conselhos de Educação do País;
- III. Exercer as funções que lhe são atribuídas pela Lei do Sistema Estadual de Ensino e por Regimento;
- IV. Regular as atribuições do seu pessoal;
- V. Zelar pelo funcionamento do órgão, segundo as normas gerais do Estado;
- VI. Deliberar sobre matéria de caráter administrativo.

Na Esfera Técnica:

I. Deliberar sobre medidas que visem o aperfeiçoamento do Sistema de Ensino do Estado do Paraná nos diferentes níveis e modalidades e que estejam no âmbito de sua competência;

II. Subsidiar e acompanhar a execução do Plano Estadual de Educação;

III. Emitir pareceres sobre assuntos da área educacional por iniciativa dos seus conselheiros ou quando solicitado por Autoridades Governamentais do Estado;

IV. Manter políticas de colaboração com os demais sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V. Emitir pareceres sobre questões relativas à aplicação da legislação educacional, no que diz respeito à integração entre os diferentes níveis e modalidades de ensino;

VI. Analisar as estatísticas da educação, anualmente, apresentando aos demais órgãos do sistema de ensino subsídios para elaboração de políticas educacionais no âmbito do Estado do Paraná;

VII. Promover seminários, debates e audiências públicas sobre temas educacionais.

11- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O Conselho Municipal de Educação de Balsa Nova, foi instituído no ano de 2022 por meio da Lei n 1.276/2022, e nomeia os membros do Conselho Municipal de Educação através do Decreto Municipal nº 402/2022, em atendimento ao artigo 4º da Lei 1.276/2022 e ainda conforme Decreto 039/2023 nomeia Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Balsa Nova.

Aprovado o regimento do Conselho Municipal de Educação e publicado conforme Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 01/06/2023. Edição 2783 e neste constam os subsídios para os devidos acompanhamentos, deliberações e demais assuntos pertinentes à Educação

Municipal geral, incluindo o público alvo da Educação Especial. Conforme o artigo 1º a seguir.

Art.1º. O Conselho Municipal de Educação de Balsa Nova (CME), criado pela Lei nº 1.276 de 13 de setembro de 2022, é órgão colegiado, com as funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador, mobilizador, propositivo e de controle social sobre o financiamento, a formulação e o planejamento das políticas de educação, de forma a assegurar a participação da sociedade civil na fiscalização da aplicação legal e efetiva dos recursos públicos, na construção de diretrizes educacionais e na discussão para definição de políticas educacionais do Município de Balsa Nova. https://www.balsanova.pr.gov.br/pagina/257_Conselho-Municipal-de-Educacao.html

12- PORTARIA DE IMPLANTAÇÃO DAS CLASSES ESPECIAIS, ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

O Município conta atualmente (30/06/2023) com 3 Classes Especiais, 1 Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, e 6 Salas de Recursos Multifuncionais nos quais estão autorizadas a funcionar de acordo com as portarias especificadas:

Escola Municipal Dr. Mário Faraco

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Período Manhã - estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Código do Curso 6415 - Resolução 2504 de 14/06/2011 DOE 16/08/2011.

CLASSE ESPECIAL

Período manhã, Código do Curso 6402 - Resolução 163 de 11/01/1994 DOE 21/01/1994.

Escola Municipal Padre Boleslau Liana

CLASSE ESPECIAL

Período manhã, Código do Curso 6402 - Resolução 993 de 23/02/2007 de 30/03/2007.

Escola Municipal Itambé**CLASSE ESPECIAL**

Período da tarde, Código do Curso 6402 - Resolução nº 2750/2023.

Escola Municipal Joaquim Ribas de Andrade**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

Período: Manhã - Deficiência Visual, Código do DV Curso 6416 - Resolução 1000 de 14/03/2022 DOE 24/03/2022

Período: Tarde - Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Código do Curso 6415 - Resolução 783 de 13/02/2007 DOE 30/03/2007.

CLASSE ESPECIAL

Código do Curso 6402 - Resolução 2092 de 26/06/1991 DOE de 11/07/1991.

Escola Rural Municipal Prefeito Herculano Schimaleski**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

Período: Manhã - estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Código do Curso 6415 - Resolução 96 de 09/01/2012 DOE 09/02/2012.

Período: Tarde - estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Código do Curso 6417.

Escola Municipal Irmã Rosalina**SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

Período: Tarde - estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Código do Curso 6415 - Resolução 310 de 01/02/2007 DOE 14/03/2007.

II-ASPECTOS CONCEITUAIS

1- LEGISLAÇÃO VIGENTE: ESFERA FEDERAL E ESTADUAL

Abaixo você encontrará as legislações contemporâneas nacionais que garantem o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. Cada legislação indicada permite o breve conhecimento acerca de sua natureza, e destaque dos principais artigos vinculados à inclusão e o acesso integral ao texto completo da lei, o que permitirá o aprofundamento de sua pesquisa e debates.

Link: [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#)

A Constituição Federal, destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

Lei Federal Nº 7.853/1989: dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde); institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas; disciplina a atuação do Ministério Público; define crimes, e dá outras providências.

Destaque em cada legislação os artigos recomendados para estudo e consulta

Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social,

ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

I - Na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;

III - na área da formação profissional e do trabalho:

a) a formação de professores de nível médio para a Educação Especial, de técnicos de nível médio especializados na habilitação e reabilitação, e de instrutores para formação profissional;

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm)

Declaração de Salamanca/1994: dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

Reforçar sua colaboração com as entidades oficiais nacionais e intensificar o envolvimento crescente delas no planejamento, implementação e avaliação de provisão em educação especial que seja inclusiva;

Educação Especial incorpora os mais do que comprovados princípios de uma forte pedagogia da qual todas as crianças possam se beneficiar. Ela assume que as diferenças humanas são normais e que, em consonância com a aprendizagem de ser adaptada às necessidades da criança, ao invés de se adaptar a criança às assunções pré-concebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem.

Capacitação deveria ser originada e pesquisa deveria ser levada a cabo em níveis nacional e regional no sentido de desenvolver sistemas tecnológicos de apoio apropriados à educação especial.

(<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>)

Decreto Federal Nº 3.956/2001: promulga a Convenção Interamericana da Guatemala para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

Para os efeitos desta Convenção, entende-se por:

Artigo I - O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social.

Artigo II - Esta Convenção tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm)

Lei Federal Nº 10.436/2002: reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial no país juntamente com o português.

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Art. 2º Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)

Decreto Federal Nº 5.296/2004: regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação;

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)

Decreto Federal Legislativo Nº 186/2008: aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.

Artigo 1 - O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Artigo 3 - Princípios gerais a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/congresso/dlg/dlg-186-2008.htm)

Resolução CNE/CEB Nº 04/2009: institui as diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade Educação Especial.

Art. 2º O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem.

Art. 9º A elaboração e a execução do plano de AEE são de competência dos professores que atuam na sala de recursos multifuncionais ou centros de AEE, em articulação com os demais professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais serviços setoriais da saúde, da assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização: I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II – matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola.

(http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf)

Decreto Federal Nº 6.949/2009: promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque em 30 de março de 2007.

Artigo 3 - Princípios gerais

- a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas;
 - b) A não-discriminação;
 - c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade;
 - d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade;
 - e) A igualdade de oportunidades;
 - f) A acessibilidade;
 - g) A igualdade entre o homem e a mulher;
 - h) O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.
- (<https://legis.senado.leg.br/norma/579385/publicacao/15748546>)

Parecer CNE/CEB Nº 13/2009: diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade Educação Especial.

Haverá a distribuição de recursos do FUNDEB com base nos dados obtidos pelo INEP, no Censo Escolar, em março do ano de 2009. O Ofício vem acompanhado de subsídios com vistas à elaboração de diretrizes operacionais regulamentando o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

(http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf)

Decreto Federal Nº 7612/2011: institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite.

Art. 1º Fica instituído o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite, com a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, aprovados por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, com **status** de emenda constitucional, e promulgados pelo [Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009](#).

Parágrafo único. O Plano Viver sem Limite será executado pela União em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios, e com a sociedade.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm)

Decreto Federal Nº 7611/2011: dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Incorporou os dispositivos

contidos no Decreto nº 6.571/2008 e acrescentou as diretrizes constantes do artigo 24 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o **caput** serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA (Lei Federal Nº 8069/90)

A Lei dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências sobre a proteção integral à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, que demanda proteção integral e prioritária por parte da família, sociedade e do Estado. Dentre os artigos cita-se alguns de extrema importância relacionados à Educação:

Art. 2º. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - direito de ser respeitado por seus educadores; V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - Progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI- oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º. O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º. Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – LDB Lei Federal Nº 9394/96

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é uma legislação fundamental que estabelece as diretrizes e bases para a organização e o funcionamento do sistema educacional brasileiro. Promulgada em 20 de dezembro de 1996, a LDB (Lei nº 9.394/96) revogou a anterior, 5.692 de 1971, e trouxe uma série de mudanças significativas para o campo da educação no Brasil.

Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º. Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º. A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 4º. III. Atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público. Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)

Lei Brasileira de Inclusão – LBI Lei Federal Nº 13.146/2015

A **Lei Brasileira de Inclusão (LBI)**, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, foi criada em 2015 com o objetivo de “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

I - Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Desenho universal: concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de tecnologia assistiva;

III - tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social;

IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: (<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13146&ano=2015&ato=c4aUTW65UNVpWT495>)

Lei Estadual Nº 18.419 DE 07/01/2015 Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná, destinado a estabelecer orientações normativas que objetivam assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de equidade de todos os direitos humanos e fundamentais das pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania plena, efetiva e participativa.

(Redação do artigo dada pela Lei Nº 20059 DE 18/12/2019).
(<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=279996>)

Lei Estadual Nº 10.162/2014: proíbe a cobrança de valores adicionais para matrícula ou mensalidade de estudantes com deficiência e dá outras providências.

Art. 1º Fica proibida a cobrança de taxas ou de quaisquer valores adicionais para matrícula, renovação de matrícula ou mensalidade de estudantes portadores de Síndrome de Down, autismo, transtorno invasivo do desenvolvimento ou outras necessidades especiais, com vistas a garantir o ingresso e a permanência do estudante em instituição de ensino.

Art. 3º O descumprimento do preceituado nesta Lei sujeitará a instituição infratora ao pagamento de multa no valor equivalente a 1.000 (mil) Valores de Referência do Tesouro Estadual – VRTEs, por aluno portador de qualquer síndrome.

(<https://www3.al.es.gov.br/Arquivo/Documents/legislacao/html/LO10162.html>)

Deliberação Nº 02/2016 Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

Art. 1º Esta Deliberação fixa normas para a Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino no Estado do Paraná, para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos funcionais específicos e altas habilidades ou superdotação

Art. 6º A Educação Especial tem por objetivo possibilitar a aprendizagem ao longo de toda a vida do estudante, a partir de princípios éticos, políticos e estéticos que assegurem: I - a dignidade da pessoa humana e a observância do direito de cada um para realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada estudante, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais específicas de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de seus valores; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e usufruto de seus direitos.

(https://www.cee.pr.gov.br/sites/cee/arquivos_restritos/files/migrados/File/pdf/Deliberacoes/2016/Del_02_16.pdf)

LEI Nº 12.764, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012 - Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o §3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I - Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm)

Lei Estadual

LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

(https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm)

INSTRUÇÕES NORMATIVAS SEED/SUED

INSTRUÇÃO Nº 06/2016 – SEED/SUED - Critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental – anos finais e Ensino Médio - Deficiência Visual.

A Sala de Recursos Multifuncionais para o Ensino Fundamental (anos finais) e Ensino Médio - deficiência visual, é um Atendimento Educacional Especializado – AEE, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de estudantes que apresentam deficiência visual (cegos e de baixa visão) ou outros acometimentos visuais (ambliopia funcional, distúrbios de alta refração e doenças progressivas), matriculados na rede pública estadual de ensino.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao062016sued.pdf)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2018 – SUED/SEED

Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, dos Centros de Atendimento Educacional Especializado e das Escolas para Surdos e/ou Cegos.

Dispõe sobre os procedimentos para efetivação de parcerias entre a Secretaria de Estado da Educação do Paraná – SEED e as entidades privadas sem fins lucrativos, Mantenedoras das Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, dos Centros de Atendimento Educacional Especializado e das Escolas para Surdos e/ou Cegos.

As entidades privadas sem fins lucrativos poderão apresentar à Secretaria de Estado da Educação as manifestações de interesse social,

relativas à oferta de escolarização e atendimento educacional especializado para estudantes com deficiência, múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, que deverão ser protocoladas nos respectivos Núcleos Regionais da Educação – NRE, instruídas com, no mínimo, os documentos de sua competência, listados no Anexo I, correspondentes a cada instrumento de parceria.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_082018.pdf)

INSTRUÇÃO Nº 020/2010 – SUED/SEED - Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual.

As Salas de Recursos Multifuncionais Tipo II e/ou Centro de Atendimento Educacional Especializado na Área da Deficiência Visual, independentemente de seu funcionamento ser em escola da rede pública, instituições comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação, tem como principal finalidade em turno contrário ao da escolarização, a garantia de oferta do AEE, a organização, disponibilização de recursos, serviços pedagógicos e de acesso para o atendimento às necessidades educacionais específicas, do aluno com deficiência visual, desde a educação infantil, conforme prevê a legislação.

A oferta de orientações do professor itinerante, às escolas do ensino regular em turno contrário à matrícula dos alunos cegos, de baixa visão ou outros acometimentos visuais matriculados nas diferentes etapas da Educação Básica, orientando no desenvolvimento de atividades para a participação e acesso ao conhecimento formal e à aprendizagem.

A oferta do atendimento pedagógico especializado, de forma não substitutiva à escolarização dos alunos com deficiência visual matriculados na Educação Básica do município, independente da rede de sua matrícula (municipal e estadual), considerando o direito do aluno

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao202010.pdf)

INSTRUÇÃO Nº 08/2016 – SEED/SUED

Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais – Surdez, Ensino Fundamental, anos finais, e Ensino Médio, nas instituições da rede pública estadual de ensino.

[...]O objetivo é assegurar aos estudantes surdos matriculados nas instituições da rede pública estadual de ensino, o Atendimento Educacional Especializado, em contra turno, em complementação à escolarização, possibilitando aos estudantes surdos o acesso ao currículo, como uma construção e reconstrução de experiências e vivências conceituais, no ensino da Libras como primeira língua, e da Língua Portuguesa, na modalidade escrita, como segunda língua, sendo a prática pedagógica do Atendimento Educacional Especializado parte dos contextos de aprendizagem explícitos no Projeto Político-Pedagógico e em parceria com os professores das disciplinas curriculares.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao082016sued.pdf)

INSTRUÇÃO Nº 09/2018 – SUED/SEED

Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais, nas áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e para os estudantes com transtornos funcionais específicos nas instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino.

[...]O objetivo é complementar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos, matriculados nas instituições do Sistema Estadual de Ensino.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_092018.pdf)

INSTRUÇÃO Nº 15/2018 – SEED/SUED

Estabelece critérios para a oferta do Atendimento Educacional Especializado por meio da Sala de Recursos Multifuncionais e Centro de Atendimento Educacional Especializado para estudantes da Educação Especial e/ou com Atraso Global do Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil das instituições de ensino vinculadas ao Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

[...]. Promover e ampliar a participação dos estudantes público-alvo da Educação Especial e/ou com Atraso Global do Desenvolvimento, matriculados na Educação Infantil em todos os espaços e atividades propostas no cotidiano escolar de forma complementar e/ou suplementar com vistas ao desenvolvimento da sua autonomia.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-12/instrucao_152018_suedseed.pdf)

INSTRUÇÃO Nº 03/04 – SEED

Estabelece critérios para o funcionamento da CLASSE ESPECIAL de 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, na área da Deficiência Mental.

O Departamento de Educação Especial, no uso de suas atribuições, e considerando os preceitos legais que regem a Educação Especial: - a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; - as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica – Parecer nº 17/01 – CNE; - a Resolução 02/01 – CNE; - a Deliberação 02/03 – CEE – PR.

Classe Especial é uma sala de aula em escola do Ensino Regular, em espaço físico e modulação adequados, onde o professor especializado na área da deficiência mental utiliza métodos, técnicas, procedimentos didáticos e recursos pedagógicos especializados e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos, conforme série/ciclo/ etapas iniciais do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries). A ação pedagógica da Classe Especial visa o acesso ao currículo da base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar por

uma parte diversificada, promovendo avaliação pedagógica contínua para a tomada de decisão quanto ao seu ingresso ou reingresso no Ensino Regular. (https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/instrucao032004deside.pdf)

Parecer CEE/Bicameral Nº 128/2018 - que juntamente com o **Parecer CEE/CEIF/CEMEP Nº 07/2014** organizam as Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, os estudos dos Subsídios para organização Administrativa e Pedagógica da Escola Especializada, de acordo com as novas orientações da **Deliberação n.o 02/2018 - CEE/PR** e do Referencial Curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações, além de principiar reflexões sobre o Currículo Funcional.

Trata-se de apreciação do Relatório Circunstanciado da Avaliação da Implementação da Organização Administrativa e Pedagógica das Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, aprovada por este Conselho Estadual de Educação, por meio do Parecer CEE/CEIF/CEMEP nº 07/14, de 07/05/14, para oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental – anos iniciais (1º e 2º anos), da Educação de Jovens e Adultos – Fase I e da Educação Profissional, e adequação na implementação da organização administrativa e pedagógica.

(https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CEE-PR_3192_pa_bicameral_128_18.pdf?query=Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica)

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2012 – SUED/ SEED prevê a oferta de PAE ou PAEE aos estudantes com deficiência física neuromotora (DFN).

O Professor de Apoio à Comunicação Alternativa é um profissional especializado, que atua no contexto da sala de aula, nos estabelecimentos de Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, onde o apoio se fundamenta na mediação da comunicação entre o aluno, grupo social e o processo de ensino e aprendizagem, cujas formas de linguagem oral e escrita se diferenciam do convencionado.

(https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/instrucao0022012suedseed.pdf)

A INSTRUÇÃO Nº 003/2012 – SEED/SUED

Estabelece normas para atuação do profissional tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais–Libras/Língua Portuguesa-TILS nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual.

O tradutor e intérprete de Libras/Língua Portuguesa-TILS é o profissional bilíngue que oferece suporte pedagógico à escolarização de alunos surdos matriculados na Educação Básica, da rede regular de ensino, por meio da mediação linguística entre aluno(s) surdo(s) e demais membros da comunidade escolar, de modo a assegurar o desenvolvimento da proposta de educação bilíngue (Libras/Língua Portuguesa).

2. DA OFERTA

Terão direito à mediação de profissional tradutor e intérprete, no processo ensino-aprendizagem, alunos surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação e uso corrente nas situações

cotidianas, regularmente matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede regular, nos diferentes níveis e modalidades da Educação Básica. (https://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-02/instrucao0032012libras.pdf)

A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2016, orienta a oferta aos estudantes com diagnóstico médico de transtorno do espectro autista.

Professor de Apoio Educacional Especializado é um profissional com habilitação comprovada para atuar nas instituições de ensino da Educação Básica e na Educação de Jovens e Adultos, da Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, para atender os estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista, com comprovada necessidade relacionada à sua condição de funcionalidade para a escolarização e não relacionada à condição de deficiência, sendo agente de mediação do aprendizado e escolarização.

(https://educacao.mppr.mp.br/arquivos/File/informativos/2016/instr_norma_n_001_2016_sued_seed_pr.pdf)

2- PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - PNE E PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - PME

O Plano Nacional de Educação (PNE) é a lei brasileira Nº 13.005/2014, que estabelece diretrizes e metas para o desenvolvimento nacional, estadual e municipal da educação, para execução decenal entre 2015 e 2025. O Plano vincula os entes federativos às suas medidas, e os obriga a tomar medidas próprias para alcançar as metas previstas. O atual PNE traça 20 metas para a educação do país a nível nacional.

Desta forma o Município de Balsa Nova aprovou em 2015 por meio da Lei nº 866/2015 alterado pela Lei nº 1190/2021 o Plano Municipal de Educação contemplando as 20 metas com suas estratégias, instituindo uma comissão de monitoramento e avaliação do PME de acordo com o Decreto nº 26/2022 atualizado de acordo com a necessidade de substituição de membros, para que no decorrer do ano sejam analisadas e pontuadas quais metas estão atingidas e o que é necessário

para atingir na totalidade, inclusive cabe citar que dentre as metas está a temática de Educação Especial, abaixo citamos.

META 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

3- NORMATIVAS/DOCUMENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE (SMECE) DE Balsa Nova

No âmbito do atendimento educacional especializado da rede municipal de ensino, são utilizadas diferentes estratégias e recursos orientativos. Para fins de organização e sistematização das principais normativas afetas ao atendimento educacional especializado e a inclusão apresentamos abaixo de maneira ordenada e atualizada os documentos referência:

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2023- SMECE

Estabelece os procedimentos de Atendimento Domiciliar aos alunos da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino, impossibilitados de frequentar as aulas em razão de tratamento de saúde, que implique permanência prolongada em ambiente domiciliar.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 06/ 2023-SMECE

Estabelece as diretrizes sobre a atuação do Professor de Apoio nas instituições municipais de Balsa Nova.

Orientações

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte organiza as orientações de acordo com as Normativas/Legislações do NRE, da própria SMECE, programas aderidos, convênios firmados, projetos desenvolvidos e o faz em numeração crescente, indicando o número e o ano da orientação.

Para encontrar as orientações, basta entrar no site da Prefeitura > clicar na aba Prefeitura > Secretarias > Secretaria de Educação Cultura e Esporte > Página “Instruções normativas”

https://www.balsanova.pr.gov.br/pagina/262_Instrucoes-Normativas.html

4- HORÁRIO FLEXIBILIZADO

É o direito do estudante público-alvo da educação especial, ter seu horário de estudo na instituição de ensino flexibilizado.

Para proceder à flexibilização do tempo de escolaridade, a escola deverá considerar as características próprias de desenvolvimento do estudante, as habilidades, competências e as intervenções ainda não consolidadas e elencadas no PEI.

A flexibilização deverá ser registrada por meio de relatório elaborado pelo regente da turma, juntamente com especialista da escola e profissionais do AEE e referendado em conselho de classe, de modo a evitar a excessiva distorção idade/ano de escolaridade para que o percurso escolar do estudante junto aos seus pares etários seja respeitado. Esse documento deve ser arquivado na pasta do estudante.

Dentre as ações de trabalho no PEI do aluno, o professor, poderá em comum acordo com a família realizar a flexibilização de horário aos alunos com deficiência. Por exemplo: alunos que ficam muito agitados e nervosos com o fluxo de alunos na entrada ou saída da aula, estes podem entrar um pouco mais tarde e saírem um pouco

mais cedo - entre 5 a 10 minutos. Da mesma forma poderá realizar nos atendimentos de Sala de Recursos Multifuncional.

Ao preencher o PEI o Professor/Educador deverá pensar em quais metas e estratégias de ensino serão priorizadas para o referido aluno para que supere as dificuldades. Exemplos: acompanhamento individualizado em sala de aula.

5- ADEQUAÇÃO E ADAPTAÇÃO CURRICULAR

As Adequações Curriculares constituem possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos, para isso, faz-se necessário a adaptação do currículo regular, visando torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Um currículo dinâmico, que atenda a todos os educandos, com a planificação pedagógica e a ações docentes fundamentadas em critérios como: o aprendizado mínimo dos alunos, a metodologia, as formas de organização do ensino

Dentre as premissas da adequação e adaptação estão a oportunidade aos alunos com necessidades educacionais especiais a participação integral em um ambiente de oportunidades educacionais com resultados favoráveis.

Adaptações Curriculares, são modificações do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele, de forma a acomodar TODOS os alunos. As adaptações são classificadas em níveis como Pequeno e Grande Porte.

Pequeno porte: modificações menores que o professor consegue realizar com facilidade no seu planejamento. São pequenos ajustes nas atividades da sala de aula e representa a maioria das adaptações realizadas nas instituições de ensino.

Grande porte: são as que modificam o Projeto Político Pedagógico da Instituição e podem ser desde organizativas (aquelas destinadas às mudanças no espaço físico,

espaços para práticas) ou pedagógicas curriculares (relativos aos objetivos e conteúdos o que ensinar).

6- COMO AVALIAR O ALUNO?

6.1- Atividades e avaliações adaptadas

O grande desafio da escola é trabalhar com a adaptação do currículo e elaborar atividades adaptadas para seus alunos com algum tipo de deficiência, na perspectiva de que todos são capazes de aprender. Os alunos devem ser atendidos em suas especificidades, não se deve pensar que todos aprendem da mesma maneira, mas sim de formas diferenciadas.

É nesse contexto que a adaptação do currículo e de atividades se concretizam na escola, baseando-se na Lei nº 9.394 – Art.59, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Somente com uma boa avaliação do desenvolvimento integral desse aluno, parceria com pais, terapeutas, professor do atendimento educacional especializado e coordenação pedagógica, a escola poderá elencar o que é mais importante que o aluno aprenda nesse momento, dentro de um determinado conteúdo/competência de um Componente Curricular e definir os objetivos educacionais de maneira clara e assertiva para ele.

O professor regente é o principal agente dessa adaptação, pois ele tem o conhecimento acerca do conteúdo que ensina e quais são os tópicos essenciais para trabalhar com os alunos. No início do ano letivo, assim que o professor receber um aluno público-alvo da educação especial, deverá adaptar o currículo de seu Componente Curricular, levando em consideração a capacidade do aluno aprender.

A adaptação de uma atividade ocorre quando o aluno com deficiência necessita de um formato diferente de atividades dos demais alunos, dentro da adaptação curricular, já planejada. Essa atividade adaptada pode ser em determinada disciplina ou nas quais apresentarem dificuldades para o aprendizado do aluno, permitindo uma

melhor acessibilidade cognitiva, sensorial, física e que dê autonomia para aprendizagem de determinado conteúdo.

A adaptação de atividades precisa ser pensada como estratégias que irão viabilizar, com diferentes recursos e de acordo com as necessidades e interesses do aluno o seu conhecimento e desenvolvimento, elaboradas pelo professor regente e pelo professor do atendimento educacional especializado.

6.2- Adaptação e modificação de técnicas e instrumentos.

A adaptação/ modificação de procedimentos deverá ocorrer em todas as etapas da educação, ou seja, desde a reflexão sobre qual metodologia é mais eficaz para o ensino de determinado aluno, até o aspecto avaliativo (quando o desempenho do estudante é medido e o professor tem a possibilidade de repensar sua prática pedagógica).

Adaptar e modificar é refletir, primeiramente, acerca do objetivo da educação, de uma aula específica e depois repensar sobre as potencialidades/ dificuldades dos estudantes, com perguntas como: o que meu aluno consegue aprender? O que ele precisa aprender? Como ele terá acesso a tal saber?

Faz-se necessário explicitar os passos dados, as metodologias usadas, citando o perfil de aprendizagem dos estudantes, de modo a aprimorar o que deu certo em dado momento e coletar informações para a continuidade do percurso estudantil. É nessa parte em que a adaptação de materiais (def. visual, def. auditiva/surdez...) é realizada.

6.3- Temporalidade

O tempo que o aluno do Atendimento Educacional Especializado (AEE) leva para desenvolver uma atividade, é diferente do aluno típico. O ajuste temporal previsto

para atividades ou conteúdo, a alteração no período para alcançar determinados objetivos, são condições essenciais para o desenvolvimento dos educandos.

É indispensável que os profissionais que atuam com o AEE respeitem o tempo dos estudantes e que toda a organização leve em consideração esses aspectos.

6.4- Adaptações de acesso ao currículo

São modificações nos elementos físicos (acessibilidade), materiais de ensino (adaptação de materiais) e na metodologia do professor (com relação ao seu preparo para trabalhar com os alunos). Adaptações nos elementos do currículo: evidenciam formas de ensinar e avaliar.

6.5- Relatórios do processo de avaliação do aluno especial

Os relatórios são uma descrição do que foi observado no decorrer do período avaliativo, desde o conhecimento prévio até as novas aprendizagens adquiridas (considerando os objetivos previstos em cada etapa de ensino e a capacidade que o aluno tem de aprender).

Outra questão essencial dos relatórios, são os estímulos que o aluno recebeu ao longo de sua trajetória escolar, ou seja, a forma como o professor trabalhou determinado conteúdo, determinado projeto e a resposta do aluno em relação àquela ação. Não é possível afirmar categoricamente que o estudante não atingiu dada meta, que não é sociável e definir aprioristicamente os limites de cada um.

Os relatórios das Salas de Recursos Multifuncionais e da Escola Especial são realizados de forma semestral, no caso das Classes Especiais são elaborados trimestralmente. Conforme modelo **ANEXO I- Modelos de relatório do AEE.**

6.6- Educação Infantil e 1º ano - Trimestral

A ORIENTAÇÃO CONJUNTA nº 06/2023 – DEDUC/DPGE/SEED define critérios de utilização pedagógica da funcionalidade do campo “**Ensino-Aprendizagem**” no Sistema Estadual de Registro Escolar – SERE, no processo de transição de estudantes da Educação Infantil para 1º ano do Ensino Fundamental. Orienta ainda a realização do **relatório (Parecer Descritivo)** de aprendizagem dos alunos desde o Berçário, Infantil I, Infantil II, Infantil III, Infantil IV e Infantil V, conforme **ANEXO II - Modelo de parecer descritivo CMEI**

7- PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI

O Plano Educacional Individualizado tem o objetivo de acompanhar o processo de inclusão do(a) estudante matriculado na Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino e EJA Especial, permite ainda obter um registro que possibilite a apresentação de uma avaliação psicoeducacional, bem como do planejamento, estratégias de intervenção e resultados esperados. O PEI tem caráter documental servindo como registro pedagógico e plano de ação individual, que é estabelecido a partir das potencialidades e necessidades individuais de cada estudante, constitui direito fundamental do aluno, conforme consta na Lei Brasileira de Inclusão - LBI.

7.1- Do Percorso Escolar - Importância do PEI

O Plano Educacional Individual (PEI) é documento obrigatório para o acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem do estudante público da educação especial.

Considera-se público da Educação Especial, para efeito da elaboração do Plano Educacional Individual (PEI) os estudantes que apresentam deficiência.

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental e intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Física - Paralisia Cerebral, Mielomeningocele, Doenças Neuromusculares, Lesão Medular, Lesões Encefálicas Adquiridas, Malformações Congênitas entre outros.

Deficiência Intelectual - Síndrome de Down, Síndrome do X frágil, Erros Inatos de Metabolismo (Fenilcetonúria, Hipotireoidismo congênito etc.), Síndrome Williams, Síndrome de Angelman entre outros.

TGD - Transtorno Global de Desenvolvimento - Autismo Infantil, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativos da Infância, Psicoses Infantis.

Deficiência Sensorial - Cegueira, Baixa Visão, Surdo cegueira, Deficiência Auditiva, Surdez.

Transtorno do Espectro Autista (TEA): Considera-se pessoa com TEA aquela que apresenta quadro de alterações no desenvolvimento Neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras.

Distúrbios de Aprendizagem: Aqueles distúrbios que, como o nome já evidencia, impõe limitações ao aprendizado. São exemplos de distúrbios: Dislexia, Discalculia, Disortografia, Disgrafia, Transtorno do Processamento Auditivo Central, Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade.

Altas Habilidades/Superdotação: Considera-se pessoa com Altas Habilidades/Superdotação aquela que demonstra potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança,

psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse.

Obs. O rol de deficiências/ distúrbios não é taxativo, ou seja, qualquer aluno que é público-alvo da educação especial, cujo laudo não esteja entre os dispostos no presente documento, deverão ser analisados individualmente, visando sua plena inclusão.

7.2- Cuidados e manejos com o aluno em momentos de crises

Temos que entender que existem dois tipos de crise (e ainda existe a birra)

- 1- Quando a pessoa começa a chorar ou se agredir do nada. De repente ela bate em si mesma ou em outra pessoa;
- 2- Quando a pessoa é contrariada.

Dentro dos transtornos mentais e crises nervosas que podem acontecer, alunos que apresentam deficiências ou alguns transtornos, por exemplo, podem apresentar agitação motora extrema, irritabilidade e em determinados casos, comportamento agressivo.

No caso do autismo, isso pode ocorrer quando o paciente recebe muitas informações sensoriais ao mesmo tempo, o que promove o aumento do seu nível de estresse. Isso porque, muitas vezes, eles têm dificuldade em se expressar em determinadas situações sociais que não compreendem, além do que podem ser bastante sensíveis a barulhos e contatos com outras pessoas.

7.3- Distrações nas crises.

Essa incidência de surtos nervosos vai depender do caso e do nível em que o autista se enquadra, ou seja, se ele é severo e/ou se está ligado a condições

psiquiátricas como a própria esquizofrenia, Transtorno Obsessivo Compulsivo e o Transtorno Opositivo Desafiador.

Se houver episódio de crise, o profissional deve evitar se exaltar com o aluno, é preciso tentar manter ao máximo a voz calma e acolhedora. É muito importante também levá-lo a locais silenciosos e calmos, onde ele se sinta confortável e seguro. Também vale utilizar brinquedos e atividades recreativas que o distraiam e tranquilizem. As pessoas precisam de atenção para elas poderem desabafar. É importante que elas consigam falar ou se expressar como puderem. Se uma pessoa entra em crise, tenha paciência, não julgue, ajude.

Não obrigar a criança a fazer o que ela não quer, se houver realmente necessidade, prepare ela antes. Se necessário, o profissional que está atendendo o aluno no momento da crise, deverá contê-lo (segurá-lo) para que o mesmo não coloque em risco a segurança dos outros alunos que estão no mesmo ambiente e também sua própria segurança. Um exemplo de preparação para o aluno especial é o Painel de rotinas, em que o professor/educador desenvolve um painel de rotinas (muito usado com os alunos autistas). Isso reduz o estranhamento e o comportamento surpresa. Autistas e outros alunos especiais, dependem da previsibilidade para melhor se organizarem.

É fundamental que o aluno tenha um acompanhamento profissional multidisciplinar, que a família seja orientada acerca da necessidade de seguir as recomendações feitas por esses profissionais (desde tomar remédios receitados até outras adaptações).

É essencial ressaltar, ainda, que a ajuda especializada, o diagnóstico precoce, não só do autismo como também de outras condições, e o tratamento correto podem prevenir surtos e crises.

Obs. Evitar **ambientes barulhentos**, caóticos ou muito cheios; dificultar o acesso a objetos pontiagudos/perigosos e buscar o auxílio de profissionais especializados, para suporte adequado durante e após o episódio e também para entender o que pode ter desencadeado o surto.

8- FUNDAMENTOS TEÓRICOS NORMATIVOS DO AEE

8.1- Classe Especial

A Classe Especial é uma sala de aula no Ensino Fundamental anos iniciais (1º ao 5º ano), disponibilizada a alunos que apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem, em consequência da deficiência intelectual e múltiplas deficiências, que demandam ajuda e apoio intensos e contínuos. O professor especializado utiliza estratégias pedagógicas diferenciadas e, quando necessário, equipamentos e materiais didáticos específicos. A ação pedagógica visa o acesso ao currículo desenvolvido para alunos do Ensino Fundamental - anos iniciais, com flexibilização curricular de metodologias, conteúdos, objetivos, avaliação e temporalidade. Os conteúdos trabalhados deverão envolver tanto as áreas do conhecimento (linguagem oral e escrita e conceitos matemáticos), quanto às do desenvolvimento cognitivo, sócio afetivo-emocional e motor.

8.2- Sala de Recursos Multifuncional

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I, é ofertada na Educação Básica no ensino fundamental e na Educação de Jovens e Adultos. É um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica, que complementa a escolarização de alunos com deficiência intelectual, deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação onde o professor de Educação Especial, por meio de estratégias pedagógicas e intervenções específicas, tem como objetivo propiciar condições para o desenvolvimento cognitivo, sócio

afetivo-emocional e motor desse grupo de alunos, com vistas a subsidiar os conceitos e conteúdos defasados no processo de aprendizagem, um espaço escolar com equipamentos, móveis e materiais didáticos voltados para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Atualmente o Município conta com SRM (Sala de Recursos Multifuncional) tipo I para atendimento de alunos com Deficiência Visual de acordo com a **Instrução Normativa N° 15/2018 - SUED/SEED**, conta também com SRM (Salas de Recursos Multifuncional) tipo V atendendo aos alunos do Ensino Fundamental anos Iniciais de acordo com a **ORIENTAÇÃO nº 004/2018- DEE** - (Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos) e **INSTRUÇÃO N° 09/2018–SUED/SEED** nas áreas da deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e para os estudantes com transtornos funcionais específicos.

9- TRANSPORTE ESCOLAR ESPECIAL - DINÂMICA DE TRANSPORTE REGULAR E ESPECIAL

9.1- Transporte escolar

O Município de Balsa Nova segue a Lei Estadual do Paraná nº 14.584, de 22 de dezembro de 2004 e Resolução nº 777/2013-GS/SEED, através do Programa Estadual do Transporte Escolar (PETE), tendo como objeto o transporte escolar dos alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na Rede Municipal de Educação, é regulamentado pela Lei Municipal nº 428/2005 e pelo Decreto Municipal nº 10/2013 e funciona com rotas preestabelecidas para atender os estudantes, a partir de um ponto o mais próximo possível de suas residências para suas escolas e vice-versa.

Têm direito ao transporte escolar público os alunos da Educação Básica, da zona rural e urbana, matriculados na Rede Estadual e que residam a uma distância

igual ou superior a 2.000 m das escolas em que estão matriculados, exceto os alunos com justificativa de risco no trajeto, dificuldade de locomoção ou outro.

Para ser usuário do PETE, o estudante deve:

- Residir no município de Balsa Nova;
- Ter mais de 4 anos de idade;
- Estar matriculado na modalidade de Educação Especial na escola especial do município;
- Enquadrar-se na condição de pessoa com deficiência, por apresentar impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial.

Os veículos adaptados para uso exclusivo da instituição de ensino, tem a capacidade mínima de 25 lugares, com idade máxima de fabricação de 15 anos, com assentos adaptáveis para colocação de cadeiras para portadores de necessidades especiais, todos com cinto de segurança, plataforma elevatória para embarque e desembarque de passageiros com mobilidade reduzida, padronização de cores, poltrona do motorista com deslocamento lateral e saída de emergência conforme legislação vigente, além do controle de velocidade e autorização vigente do transporte escolar expedida pelo DETRAN. Conta também com monitores em todos os veículos.

A Escola Municipal na Modalidade de Educação Especial Dra. Zilda Arns Neumann - Educação Infantil, Ensino Fundamental - conta com um total de 07 alunos residentes na zona urbana e 33 residentes na zona rural estes citados, utilizam transporte escolar, apenas 03 não utilizam, por morarem próximo da escola.

10- FORMAÇÃO CONTINUADA

10.1- Equipe do AEE/Equipes Educacionais

A Secretaria Municipal de Educação deverá oportunizar formação continuada ao menos duas vezes por ano, de forma presencial ou online ou sempre que se fizer necessário. Os profissionais ainda deverão procurar se aperfeiçoar em assuntos específicos conforme demanda. Vide instrução normativa 03/2023- SMECE

10.2- Demais Profissionais da escola/CMEI

A Secretaria Municipal de Educação deverá oportunizar formação continuada de forma presencial ou online ou sempre que se fizer necessário. Os profissionais ainda deverão procurar se aperfeiçoar em assuntos específicos conforme demanda.

11- REFERENCIAL TEÓRICO A AVALIAÇÃO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS (NEE):

A necessidade de avaliar sempre se fará presente, não importando a norma ou padrão pela qual se baseie o modelo educacional. Não há como fugir da necessidade de avaliação de conhecimentos, muito embora se possa, com efeito, torná-la eficaz naquilo a que se propõe: a melhora de todo o processo educativo. LUCKESI (2002).

Avaliar é um ato extremamente complexo, cuja responsabilidade não é competência única do professor, mas sim de todos os elementos integrantes do processo educacional (alunos, pais e administradores). Essa centralização no professor apenas consolida o modelo econômico mundial e suas relações de poder, plenamente exercidas nas escolas (SOUZA, 1991). O aluno deve ser avaliado com ênfase nas suas potencialidades e não em suas limitações e/ou deficiências. A avaliação tem por intuito entender como o aluno aprende e quais as possíveis lacunas e/ou desvios no processo de aquisição de conhecimentos. Por ser uma prática complexa, caracteriza-se como um dos momentos mais difíceis do trabalho docente

ao envolver procedimentos que requerem uma ação conjunta de todos que, direta ou indiretamente, a ela estão ligados.

A avaliação deve indicar os caminhos a percorrer para um melhor processo ensino-aprendizagem, embora ainda se encontre muitas vezes dicotomizada, em momentos estanques, sem retorno imediato para a continuidade dessa missão. (FERREIRA, 2009). Neste contexto político-educacional, a avaliação das necessidades educacionais dos alunos com deficiência, é elemento fundamental para subsidiar sua aprendizagem e assessorar o acompanhamento da escolarização desse aluno nas classes comuns, através da oferta dos recursos necessários para viabilizar o seu sucesso educacional.

Os instrumentos de avaliação devem informar o desenvolvimento atual da criança, a forma como ela enfrenta determinadas situações de aprendizagem, os recursos e o processo que faz uso em determinada atividade. Conhecer o que ela é capaz de fazer, mesmo que com a mediação de outros, permite a elaboração de estratégias de ensino próprias e adequadas a cada aluno em particular. (Oliveira, Poker, 2003; Oliveira, Leite, 2000). O conceito de “necessidades educativas especiais”, empregado no início de 1960, apresenta quatro características principais: afeta um conjunto de alunos; é um conceito relativo; refere-se principalmente aos problemas de aprendizagem dos alunos na sala de aula e supõe a previsão de recursos suplementares.

Com o intuito de esclarecer acerca do fato de que, limitados por suas particularidades, os alunos com necessidades educacionais especiais, no decorrer do tempo, mostraram necessidades educativas distintas, em maior ou menor grau de dificuldade. Todavia, este conceito torna-se relativo, se levado em conta a influência do ambiente e o contexto da aprendizagem no momento da avaliação da dificuldade do aluno (COLL, MARCHESI E PALÁCIOS, 2004).

A suspeita da presença de um aluno com necessidades educativas especiais (NEE) geralmente ocorre na sala comum pelo professor regente, ao perceber as dificuldades do estudante em seu desenvolvimento e desempenho nas tarefas cotidianas da sala. Assim, o professor comunica à equipe pedagógica, para análise e

providências. No contexto da pesquisa, o processo de avaliação psicoeducacional é de responsabilidade da equipe de coordenação da Educação Especial, que fará a avaliação diagnóstica.

A avaliação torna-se inclusiva, na medida em que permite identificar necessidades dos alunos, de suas famílias, das escolas e dos professores. Mas, identificá-las apenas, não basta. É preciso construir propostas e tomar as providências que permitam concretamente satisfazê-las (MEC/SEESP, 2001). A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou para transformá-lo.

A avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão. Através deste instrumento identificam-se as características de aprendizagem do aluno com a finalidade de escolher o tipo de trabalho mais adequado a tais características (LUCKESI, 2002). Uma das mais importantes características da avaliação diagnóstica é o seu aspecto preventivo, já que ao conhecer as dificuldades dos alunos no início do processo educativo, é possível prever suas reais necessidades e trabalhar em prol de seu atendimento (LUCKESI, 2002).

A avaliação deve ser compreendida como um processo dinâmico de permanente interação entre educador e educando no apontamento e no desenvolvimento de conteúdos de ensino aprendizagem, na seleção e aplicação de suas metodologias, bem como no diagnóstico da realidade social, visando a mudança comportamental do aluno e do seu compromisso com a sociedade (HAYDT, 2000).

O diagnóstico poderá ser direcionado nos seguintes sentidos: determinar a existência de comportamento de entrada do aluno, que sejam pré-requisitos para o alcance dos objetivos formulados; determinar o domínio de certos objetivos por parte do aluno, que possibilitem o ensino de assuntos de nível mais elevado; classificar os alunos de acordo com seus interesses, aptidões e traços da personalidade (MARTINS, 1988).

Avaliar e diagnosticar um distúrbio de aprendizagem e para fazê-lo de modo preciso e eficiente há que se ter a participação de equipe interdisciplinar, com

utilização de diferentes instrumentos para avaliação. Porém, uma vez realizada essa constatação, cabe à equipe investigar a sua causa e, para tanto, deve-se lançar mãos de todos os instrumentos diagnósticos necessários para esse fim (COOL E MARTIN, 2006). Esse tipo de avaliação permite identificar até que ponto o aluno desenvolveu determinadas capacidades contempladas nos objetivos gerais da etapa do processo ensino aprendizagem (COOL E MARTIN, 2006).

A avaliação diagnóstica é um processo no qual se analisa a situação do aluno com dificuldade dentro do contexto da escola, da sala de aula, da família; ou seja, é uma exploração problemática do aluno frente à produção acadêmica. A avaliação diagnóstica, sempre deve ser realizada dentro de uma proposta pedagógica na perspectiva de que o aluno deverá apropriar-se criticamente de conhecimentos e habilidades necessárias à sua formação cidadã. (LUCKESI, 2003, p.82).

Para efetivação de uma avaliação diagnóstica são aplicados os seguintes instrumentos abaixo:

11.1- Realização da anamnese

A anamnese é uma entrevista com os pais ou responsáveis pela criança/adolescente, onde são resgatados, principalmente, os dados da gestação, nascimento, desenvolvimento motor, linguagem oral, vida escolar, dentre outras informações importantes que auxiliarão o profissional no processo de avaliação.

Anamnese significa ana = trazer de volta, recordar anamnese = memória, e é realizada através da técnica da entrevista. A anamnese é definida como a primeira fase de um processo, no qual se coletam dados. É uma técnica direcionada aos pais ou responsável, que pode ser aplicada em diferentes momentos, tanto antes quanto após a entrevista inicial com o aluno, dependendo da necessidade; permitindo a obtenção e análise de dados por se tratar de uma investigação profunda e detalhada.

Através da anamnese serão reveladas informações do passado e presente do aluno, juntamente com as variáveis existentes em seu meio.

Segundo Weiss (2003, p.61), o objetivo da anamnese é “[...] colher dados significativos sobre a história de vida do aluno.” Constitui-se em um instrumento muito útil para o processo diagnóstico, pois auxilia na investigação do objeto focal e as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem do sujeito. (SAFRA, 2001).

11.2- Entrevista inicial com o aluno

A entrevista inicial contribui para o esclarecimento das razões do atendimento e de que forma isso irá ocorrer. Trata-se de um momento importante para estabelecer um bom relacionamento que, conseqüentemente, irá favorecer um clima de confiança e tranquilidade e é um procedimento realizado fora da sala de aula. A avaliação da entrevista inicial com o aluno permite verificar a atitude dele diante do interesse em estabelecer um vínculo e ajudar a equipe da escola. Além disso, possibilita aprofundar o conhecimento da situação do indivíduo e proporcionar uma visão prévia das suas necessidades com o fim de reconstruir a história de vida do aluno (SARA PAÍN, 1995).

11.3- Avaliação pedagógica

Ficha de individual de aluno- O objetivo deste documento consiste em possibilitar o levantamento de informações importantes a respeito do processo de aprendizagem e das condições em que ocorre, bem como da eficácia e dos fracassos identificados no contexto educacional. Trata-se de um instrumento útil para que os professores tenham subsídios mais específicos para avaliar os eixos principais de seu

componente curricular, bem como o comportamento e as habilidades de interação em sala de aula e em outros ambientes escolares.

Assim, a coleta de informações sobre os fatores que possivelmente contribuem para a não aprendizagem do aluno e as estratégias que o professor adota para diminuir as dificuldades acadêmicas do mesmo. Essa etapa envolve a análise do planejamento das atividades pelo professor, das produções dos alunos e o resultado das avaliações. Contudo, existe uma ferramenta que vai direto ao ponto e permite um conhecimento mais estreito dos problemas didáticos: é a observação feita na sala de aula. “Mais que o instrumento, importa o tipo de conhecimento que põe à prova, o tipo de perguntas que se formula, o tipo de qualidade (mental ou prática) que se exige e as respostas que se espera obter conforme o conteúdo das perguntas ou problemas que são formulados” (MENDEZ, 2002, p.98).

11.4- Escala Optométrica Decimal De Snellen

A escala optométrica decimal de Snellen serve para medir a acuidade visual para longe, ou seja, a percepção de forma e posição a uma distância de seis metros. As figuras E em negro, em diferentes posições são alinhadas sobre uma carta branca, diminuindo seu tamanho de cima para baixo, numa proporção direta de distância e tamanho baseados em uma escala decimal que varia de 0,1 a 1. Considerando a amplitude do campo visual, os indivíduos com campo maior do que 5 graus e menor do que 10 graus ao redor do ponto central de fixação devem ser colocados na categoria três e aqueles cujo campo visual não ultrapasse os 5 graus ao redor do ponto central de fixação na categoria quatro, quando não está afetada a agudeza visual central.

A deficiência visual pode ser considerada pela baixa acuidade visual ou campo visual restrito.

11.5- Avaliação de Transtornos Globais do Desenvolvimento

A avaliação deve integrar o processo didático de ensino/aprendizagem de forma constitutiva, subsidiando-o em sua construção bem-sucedida, isto é, a avaliação colocada a serviço da aprendizagem, não como um elemento aferidor externo, mas na interação humana caracterizada pela criatividade, individualidade, heterogeneidade e auto regulação. Dessa forma, a adaptação ao conteúdo escolar é realizada pelo próprio aluno e atesta a sua emancipação intelectual (SÁNCHEZ GAMBOA, 1996).

No que diz respeito à avaliação do aluno com transtorno global do desenvolvimento, a escola precisa superar as concepções meramente classificatórias. A avaliação passa a assumir um caráter diagnóstico, processual e contínuo e implica à escola interagir nos processos de aprendizagem dos alunos, vinculando a prática da avaliação da aprendizagem ao seu projeto pedagógico e à sua visão epistemológica. Trata-se de uma visão formativa de avaliação, além do rendimento, entendido como o que o aluno aprendeu na escola, considerando-se todas as suas aquisições, as intenções demonstradas, o desenvolvimento de suas habilidades independentemente de que as tenha conseguido na escola ou fora dela.

No caso de avaliação do aluno TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), há que se ter o cuidado de que o conteúdo da avaliação corresponda ao conteúdo escolar, observado não só em provas ou exames, mas no que o aluno demonstra no dia a dia, por meio de suas produções cognitivas, atitudinais e procedimentais. O registro diário torna-se um aliado importante neste processo de avaliação, pois ele conterà as ações desenvolvidas, as intervenções propostas e a resposta dada pelo aluno, sejam com mediação ou sem (Belisário Jr. e Cunha, 2010).

11.6- Avaliação psicológica

Esta avaliação é realizada somente pelo psicólogo, que se utiliza de testes psicométricos para encontrar o Quociente de Inteligência – QI. Para o diagnóstico da deficiência intelectual é considerado o escore aproximado de dois desvios padrão abaixo da média. Para ser considerado público-alvo da Escola Especializada, o estudante deverá apresentar, nesta avaliação, um escore muito abaixo da média. Bassedas (1996) entende que o diagnóstico psicológico consiste num processo de análise da situação do estudante com dificuldades dentro do contexto da escola e da sala de aula, com o objetivo de orientar e instrumentalizar os professores no processo de ensino e de aprendizagem. Nessa proposta, tanto o psicólogo quanto o professor trabalham juntos, sendo corresponsáveis pelo processo de conhecimento e avaliação das dificuldades dos estudantes. O psicólogo, pode ainda, avaliar a dinâmica familiar, os conflitos emocionais, a autoestima e formas de aprender do estudante, relacionando as observações e resultados com os apontamentos realizados pelos profissionais que compõem a equipe multiprofissional.

11.7- Relatórios das avaliações

Relatório de avaliação psicoeducacional no contexto escolar

O relatório da avaliação pedagógica no contexto escolar se constitui na descrição de todo o trabalho realizado pelos profissionais envolvidos no processo avaliativo, após discussão e análise qualitativa das informações coletadas. Deve apresentar linguagem clara e objetiva, evidenciando a natureza e a extensão da dificuldade apresentada pelo aluno e seu perfil de desenvolvimento. A avaliação psicoeducacional no contexto escolar é um conjunto de procedimentos realizados, com intuito de investigar o processo de ensino aprendizagem e propor intervenções pedagógicas eficazes para o desenvolvimento do aluno.

Entende-se que o processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar, deve oferecer informações relevantes para conhecer as necessidades educacionais

dos alunos, seu contexto escolar, familiar e social, bem como avaliar as condições de ensino-aprendizagem e subsidiar mudanças na ação pedagógica do professor, na gestão escolar e na indicação dos apoios pedagógicos adequados.

As intervenções indicadas a partir dos resultados obtidos durante todo o processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar, têm como objetivo orientar o processo educacional do aluno, atender às características individuais do mesmo, assim como ajudar na reorganização da prática docente. O relatório de avaliação pedagógica no contexto escolar deverá ser datado e assinado por todos os profissionais envolvidos no processo avaliativo. Depois de tomadas as providências necessárias, arquivar uma cópia na pasta individual do aluno. (SEED/SUED, 2011).

Após a aplicação de todos esses instrumentos, deve-se sempre levantar informações extra e intra escola para identificar as possíveis deficiências do aluno, para que no final o psicólogo com o apoio da equipe pedagógica produza um relatório que indicará ou não a presença da necessidade de atendimento na sala de recursos multifuncional/Classe Especial/Escola Especial. A partir deste diagnóstico é que iniciam as intervenções com objetivo de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem do aluno que foi avaliado.

As informações obtidas através dos relatórios descritivos e de observações permitiram conhecer, descrever, compreender, explicar, prever e formular encaminhamentos e orientações para prevenir possíveis distorções ou disfuncionalidades, possibilitando assim uma tomada de decisões que se dá no coletivo da escola. A avaliação das informações obtidas nesta etapa é de suma importância para o planejamento dos demais processos que envolvem toda a comunidade e o contexto escolar para garantir o desenvolvimento do aluno.

A partir do relatório psicoeducacional é possível o aprimoramento de estudos, a elaboração de material didático específico e a intervenção junto a um grupo de professores com o intuito de favorecer as mudanças pretendidas. Os resultados atingidos indicam, ainda, a necessidade de buscar outros caminhos de acordo com as peculiaridades da realidade vivenciada na escola e na comunidade em que ela se insere, dando continuidade ao tipo de ação aqui desencadeada (MEC/SEESP, 2001).

De posse de todos os instrumentos de avaliação, o profissional de psicologia deverá produzir o seu relatório de avaliação psicoeducacional no contexto escolar. É

necessária a intervenção de outros profissionais, de psicólogos, de fonoaudiólogos, e demais especialistas. Outra possibilidade é unir o acompanhamento psicopedagógico a um desses profissionais ou a mais de um. É importante ressaltar que em alguns casos os pais e ou a família também devem passar por algum processo terapêutico. Através de atividades variadas pretende-se vencer os obstáculos que se impõem ao processo de aprendizagem para que o aluno possa retomá-lo com maior autonomia e sucesso.

12- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

A alimentação nas escolas é elaborada por nutricionistas, que acompanham o cardápio, com foco na promoção de uma dieta balanceada e saudável. É importante que as crianças com restrições alimentares sejam identificadas para que recebam adequadamente as dietas, conforme suas necessidades específicas. Assim, os profissionais da saúde possuem papel imprescindível na identificação das crianças com necessidades alimentares especiais, bem como no encaminhamento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que ofertará cardápios adaptados às necessidades desses alunos, elaborados por nutricionista responsável.

O profissional de saúde deve elaborar um documento pertinente com diagnóstico claro, observando a completude das informações, o qual deve ser entregue ao Diretor da escola, responsável pela articulação com o nutricionista do PNAE.

Para realizar a matrícula das crianças com necessidade alimentar especial, recomenda-se que o atendimento na escola seja centrado na coordenação pedagógica, pois ela deve acolher o responsável pelo aluno, receber o atestado médico e conferir se esse está completo. Somente depois disso é feito o encaminhamento para o nutricionista.

Sendo assim, a comunicação entre pais, profissionais de saúde e escola/CMEI é fundamental. O encaminhamento de um documento elaborado pelo médico sobre as necessidades alimentares especiais da criança pode ser veiculado pelos pais até a escola/CMEI, onde os profissionais locais terão a oportunidade de providenciar a dieta especificada.

III-ASPECTOS OPERACIONAIS

1- COMO FAZER A AVALIAÇÃO PSICOEDUCACIONAL NO CONTEXTO ESCOLAR

A avaliação psicoeducacional é um conjunto de procedimentos realizados no contexto escolar, com intuito de investigar o processo de ensino-aprendizagem para entender a origem dos problemas de aprendizagem e propor intervenções pedagógicas, favorecendo o aprendizado do educando. Ela envolve uma análise profunda das habilidades e dificuldades de aprendizagem, bem como dos fatores psicológicos que podem influenciar o desempenho acadêmico.

Importante destacar abaixo os aspectos que podem contribuir para informar, auxiliar e orientar o processo de avaliação psicoeducacional no contexto escolar, no intuito de tornar entendimento das situações de aprendizagem sob o enfoque da identificação dos alunos que apresentam deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos funcionais específicos, entendidos estes como: dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtornos de déficit de atenção e hiperatividade.

Desta forma, é de fundamental importância que pedagogos e professores especialistas em Educação Especial e demais profissionais que atuam nas escolas da rede comum de ensino, busquem o conhecimento teórico complementar nos livros citados na referência com vistas ao auxílio na realização da avaliação psicoeducacional no contexto escolar.

Uma vez formalizada a entrega dos documentos via ofício protocolado, no sistema, será considerando a prioridade dos casos indicados pela direção da escola/CMEI, a equipe técnica realiza a análise inicial da documentação encaminhada priorizando a ordem de chegada e/ou necessidade apresentada em cada caso.

A equipe agenda um horário com a família na unidade educacional para a realização da anamnese e demais informações que se façam pertinentes, de acordo com a disponibilidade de agenda da família.

Após a anamnese é agendada a data e horário para realização do atendimento ao educando. No caso dos alunos, as testagens são realizadas no horário de aula regular, podendo ser na instituição de ensino ou em outro local de acordo com a testagem psicológica aplicada.

Finalizada a fase de avaliação do educando pela equipe psicoeducacional e estabelecida a comunicação para orientar a equipe pedagógica/direção, sobre a adoção de procedimentos pedagógicos e/ou de saúde para favorecer o diagnóstico e a intervenção precoce. Na sequência é formalizada a data de reunião com a família para as devolutivas e encaminhamentos, entregando uma cópia da avaliação aos pais/responsáveis mediante assinatura do Termo de Entrega (anexo) da avaliação e estes documentos deverão ser arquivados na pasta do aluno como parte da documentação escolar do mesmo.

Durante a exposição das considerações aos responsáveis, deve-se ter cautela com o modo como vai ser exposto, lembrando que se trata de um momento delicado e singular. Cada família pode apresentar uma reação diferenciada, portanto a habilidade com as palavras, o acolhimento das emoções e o reconhecimento de que muitas famílias possivelmente passarão pelas fases da negação, idealização e depois acolhimento das orientações técnicas. Parte do trabalho da equipe da escola é compreender o momento em que a família se encontra, seus recursos e dinâmicas de funcionamento, os limites e possibilidades e de que forma a escola e as demais instituições podem apoiá-lo nesse processo.

Público alvo das avaliações:

- 1- Educação Infantil.
- 2- Ensino Fundamental I.
- 3- Escola na Modalidade de Educação Especial.

Posterior à realização da avaliação, serão realizadas duas reuniões para as devolutivas:

1ª Reunião: pela equipe da AEE da SMECE, com os genitores ou responsáveis legais e diretora e/ou pedagoga da escola, para a entrega dos relatórios, detalhando os pontos, os instrumentos e metodologia utilizados, desempenho do aluno, indicação de encaminhamentos pedagógicos utilizados no âmbito da escola e para a rede de serviços.

2ª Reunião: pela equipe da escola/CMEI, com a entrega dos relatórios para o professor/educador do ensino regular, da Sala de Recursos Multifuncional, Classe Especial e Escola Especial, com detalhamento dos pontos observados, visando realizar as devidas orientações em prol do desenvolvimento do aluno, no que se refere a áreas cognitivas, socioafetivas, emocionais e sensório-motor e demais afins.

Independente do encaminhamento para atendimentos extra escolares ou os acima indicados, possivelmente os alunos encaminhados para avaliação psicoeducacional demandam a elaboração do seu PEI.

2- COMO ATENDER O ALUNO ESPECIAL NO ENSINO REGULAR

Explicativos das Metas e estratégias de ensino descritas no PEI da Sala Regular

I- Acompanhamento individualizado em sala de aula

A escola deve prestar atenção a cada aluno, entender suas necessidades únicas e auxiliar de modo que faça sentido para eles na sala de aula. Dessa forma, quando acompanhamos o aluno individualmente, conseguimos saber que tipo de atividade resultará em aprendizagem e quais terão menor relevância.

II-Auxílio nos registros do caderno e correções

O aluno da Educação Especial tem dificuldade, por vezes, não só em registrar os conteúdos, mas em entender a lógica desse registro. Sendo assim, cabe ao professor que o acompanha, interpretar a intencionalidade das atividades propostas pelo professor regente e indicar meios/ mecanismos para que o estudante consiga sintetizar o que foi apresentado na aula. Se o aluno não puder copiar e nem registrar, cabe ao profissional que o acompanha realizar a adaptação de tal conteúdo para o entendimento do aluno.

III-Observação quinzenal dos registros dos cadernos e agenda

Observar se o aluno teve algum atendimento com profissionais de saúde, se passou a tomar um novo remédio ou se teve algum evento na família que possa afetar seu dia a dia em sala de aula. Verificar a evolução pedagógica do estudante e replanejar, tendo como referência o trabalho realizado na quinzena e a variação metodológica necessária para superar as dificuldades pendentes.

IV-Monitoramento da entrega de trabalhos e lições de casa

Verificar se o aluno entrega as atividades, se os recados na agenda são assinados pelos pais, dentre outros aspectos.

V- Prazo estendido para entrega de lições de casa

Analisar as atividades propostas, ver se são pertinentes para serem realizadas pelo aluno e considerar o tempo que será necessário para tal realização.

VI- Adaptação das lições de casa

Refletir acerca de que em casa o aluno não terá o acompanhamento do tutor para a realização das atividades. Nesse sentido, é necessário confeccionar atividades que ele consiga fazer sozinho ou com a ajuda dos responsáveis.

VII- Menor volume de adaptação das lições de casa

Considerando o conceito de Currículo Priorizado, estipular aprendizagens essenciais, o que é indispensável ao estudante- sempre com a questão: o que meu estudante é capaz de aprender, dada sua maturidade intelectual/ capacidade cognitiva/psicomotora e sua escolarização?

VIII-Linguagem objetiva direcionada ao estudante

O aluno alvo da Educação Especial, por vezes tem dificuldade com uma linguagem simbólica ou com questões que divagam excessivamente. É fundamental compreender o aluno individualmente e ver a forma de comunicação eficaz: seja por meio de painel de rotina, quadros, dentre outros.

IX-Retomada para reforço escolar com conteúdo de Língua Portuguesa

Sempre utilizando uma nova metodologia, com recursos diversos. Para isso, estude as informações sobre o aluno e desenvolva seu trabalho focado nele.

X-Retomada para reforço escolar com conteúdo de Matemática

Sempre utilizando uma nova metodologia, com recursos diversos e focados em material concreto.

XI- Incentivo à participação oral em debates e respostas de questionamentos

Incentivar o aluno para a autonomia, para conversar com os professores, com os colegas de sala, a ajudar a levar material do professor e proporcionar pequenas responsabilidades aos estudantes.

XII- Uso de recursos audiovisuais durante as aulas

Verificar qual é o estilo de aprendizagem dos alunos e que recursos são eficazes para desenvolver o aprendizado. Utilizar recursos audiovisuais variados, visando ilustrar os conceitos trabalhados em sala de aula. Exemplo de recursos: chromebook, Tela interativa, projetores, celulares, dentre outros.

XIII- Uso de imagens nos slides de aula

Utilizar, na medida do possível, imagens que ilustram as informações contidas nos textos. Exemplo: mapas conceituais, charges, tirinhas e correlatas.

XIV- Uso de Giz colorido no quadro

A criança tende a ser sensível aos estímulos visuais, daí que o uso de giz colorido facilita a diferenciação entre um conteúdo e outro. Dispor as informações no quadro de modo organizado, incentivando a criança a também aprender a organizar o caderno.

XV- Uso de materiais concretos nas aulas de Matemática (Ábaco, material Dourado, entre outros).

Sabendo que a criança terá dificuldades em pensar abstratamente (antes da idade de 12 anos), é essencial usar os materiais concretos para desenvolver a aprendizagem e não somente nas aulas de matemática, mas em todos os componentes curriculares.

XVI- Jogos pedagógicos e trabalhos orientados em grupo na sala de aula

Usar a gamificação: tanto jogos de tabuleiro, tradicionais, quanto jogos eletrônicos, dentre outros. É fundamental direcionar cada atividade proposta, estabelecendo os objetivos de aprendizagem, já que a intencionalidade é o pré-requisito para desenvolver qualquer trabalho.

XVII- Organização da rotina escolar no quadro

A organização da rotina escolar é essencial para vedar o comportamento surpresa. O aluno especial, via de regra, necessita de tempo para se organizar em qualquer atividade. Organizar é prever, é estipular ações necessárias para o desenvolvimento das atividades a serem realizadas no dia e, com isso, direcionar os estudantes.

XVIII- Organização das lições de casa no quadro

Corrigir as atividades de casa no quadro, no início de cada aula. Ao enviar uma nova atividade para a casa, deixar claro o que é preciso fazer e como será feito. Pedir para o aluno (ou o profissional que o acompanha, quando o estudante não consegue registrar) anotar na agenda sobre as orientações das lições.

XIV- Revisão de provas e momento tira dúvidas

Esclarecer o que será avaliado. Marcar a data das provas e fazer revisão do conteúdo avaliado na data imediatamente anterior ao dia da avaliação.

XV- Provas com imagens contextualizadas aos textos

Utilizar instrumentos avaliativos diferenciados na elaboração das provas, com questões que permitam incluir uma avaliação que contemple os distintos tipos de aprendizagem. Colocar imagens que ilustrem as informações descritas.

XVI- Textos reduzidos para melhor foco

Ser mais objetivo com os textos; ver que informações são indispensáveis ao estudante. A escolha da complexidade do texto parte da dificuldade/ capacidade dos alunos, ou seja, se faz necessário reduzir ou ampliar de acordo com a capacidade de compreensão/cognitiva do estudante.

XVII- Textos reduzidos com destaque de palavras-chaves

Selecionar quais são as palavras centrais e trabalhar o significado das mesmas. Relacionar a palavra

com a vida do aluno (quando possível).

XVIII- Avaliação adaptada com enunciados breves e objetivos

Da mesma forma que os textos precisam ser reduzidos/ simplificados, também se faz necessário utilizar avaliações que levem em consideração as dificuldades/ capacidades dos alunos.

XIX- Avaliação adaptada com menor quantidade de questões

O aluno da educação especial não deve ser avaliado da mesma forma que o aluno típico, já que o tempo de resolução das atividades é maior e a forma de compreensão é diferente. Se possível for, utilizar apenas as questões essenciais para o ensino e aprendizagem.

XX- Avaliação adaptada com personagens e balões de fala

Sempre que possível, usar personagens para permitir que os textos sejam compreendidos. A leitura de imagens tende a ser mais fácil para os estudantes do que simplesmente aprender as letras.

XXI- Avaliação adaptada com lembretes (pequena retomada de conteúdo)

Contextualizar a avaliação; deixar trechos em que remetam para as respostas das questões.

XXII- Prazos estendidos para entrega de atividades, atividades avaliativas, trabalhos

Se o aluno da educação especial demora mais para realizar as atividades avaliativas, este necessitará de mais tempo para entregar o que lhe foi proposto.

XXIII- Uso de tecnologias assistivas para registros avaliativos

Verificar quais são as metodologias assistivas que o aluno necessita para que possa se comunicar e compreender sobre determinado assunto. Por exemplo: aparelho para surdez, andadores, entre outros.

XXIV- Tempo estendido para a realização de atividade em sala de aula

De acordo com as orientações dos itens anteriores: ou reduzir a complexidade da atividade proposta.

XXV- Tempo estendido para a realização de cópia no quadro

Respeitar o tempo que o estudante demora para realizar a cópia no quadro. (Caso o ritmo do aluno da educação especial comprometa o bom andamento das atividades com os demais alunos, providenciar cópias impressas ou solicitar o auxílio do professor de apoio).

XXVI- Conversas individuais com o estudante sobre rotina e organização de estudos

A orientação individual é quase sempre mais efetiva do que a orientação em grupo. O ambiente da sala de aula por vezes reforça comportamentos inadequados e por isso é essencial (principalmente com o aluno da educação especial), antecipar os encaminhamentos voltados ao ensino e a aprendizagem ou mesmo aqueles ligados aos aspectos comportamentais.

XXVII- Leitura do enunciado nas avaliações

Desenvolver o hábito de ler o enunciado das questões. Traduzir jargões técnicos para o universo semântico do aluno (aquilo que ele entende).

XXIII- Ensalamento dinamizado (sentar em diferentes posições)

Cuidar para que a disposição das carteiras não se torne um fator que gere estresse e outros problemas. A mudança de lugar das carteiras, a mobilidade, tudo

XXIX- Organização da carteira próximo ao professor

O aluno da educação especial deve sentar em uma carteira próxima a do professor, mesmo que tenha um professor de apoio.

XXX- Aula interativa com perguntas e respostas

Cuidar para não expor um conteúdo sem a participação do aluno. A aula pode ser maravilhosa, mas sem a integração dos alunos, não fará sentido. O estudante tem que ser instigado o tempo todo,

XXXI- Aula dinamizada dentro do espaço escolar (área verde, pátio, jardim)

De modo planejado, dinamizar a aula em outros espaços, visando fornecer novas experiências aos estudantes.

XXXII- Registro das atividades por meio de fotos (portfólio)

É essencial registrar algumas atividades dos alunos da educação especial, principalmente para que os professores dos próximos anos possam ter uma noção acerca do desenvolvimento do aluno, de quais atividades são pertinentes.

XXXIII- Necessidades específicas do transporte escolar

Verificar quais são as adaptações necessárias para que o aluno público alvo da educação especial

consiga frequentar a escola; analisar se o mesmo dependerá de algum tutor/ acompanhante e demais ações essenciais para sua segurança.

XXXIV- Utilização de PACs

PACS (Picture Archiving and Communication System) que, basicamente, é organizar as informações referente ao aluno e permitir o compartilhamento das mesmas em tempo real. Por exemplo: criar um drive com os dados do estudante, com imagens de trabalhos desenvolvidos e compartilhar com a equipe multiprofissional que o atende (médicos, fonoaudiólogos, psicólogos, dentre outros). Tal compartilhamento será feito a critério da escola/ CMEI,

XXXV- E outros recursos

Acrescentar outros recursos que julgar necessários para o desenvolvimento do estudante, já que o rol sugestivo nos itens anteriores não é taxativo. Em outras palavras: utilizar ferramentas que julgar necessárias para acompanhar o aluno, levando sempre em conta a análise in loco e o embasamento técnico.

3- POSSÍVEL ALUNO DE INCLUSÃO: PASSO A PASSO A SER FEITO PELA ESCOLA- ENSINO FUNDAMENTAL I

Os encaminhamentos deverão seguir os passos e critérios especificados abaixo:

1° passo: Observação e relato da situação do aluno à equipe pedagógica pela professora regente (sinais de alerta, alguma dificuldade que extrapola a comumente encontrada no aluno típico);

O referido relatório deverá ser preenchido na íntegra, descrevendo todos os aspectos observados para que o aluno seja encaminhado para a avaliação psicoeducacional, datado e assinado pelo Professor de forma impressa e entregue na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte por meio de ofício protocolado.

2° passo: Análise dos registros da escola, acerca das possíveis necessidades educacionais especiais do aluno;

Investigar quais informações são pertinentes acerca do aluno, desde laudos e exames médicos (informações armazenadas na secretaria da escola) até os dados provenientes do período que o aluno está em sala de aula, das atividades que desenvolve, de como se comporta, dentre outros fatores.

3º passo: Autorização dos pais/ responsáveis para a avaliação psicoeducacional;

O termo de ciência que os responsáveis assinaram para que o aluno seja avaliado, deverá ser assinado e acompanhado pelo ofício da Diretora e encaminhado aos demais serviços e atendimentos necessários ao seu desenvolvimento, também serão descritos no PEI do aluno.

4º passo: Diante da negativa dos responsáveis (disposta no 3º passo), acionar a equipe multiprofissional para convencer a família acerca da necessidade dos encaminhamentos. Caso haja negativa dos genitores e/ou responsáveis, a equipe gestora da escola deverá acionar o Conselho Tutelar para garantir o direito das crianças e adolescentes;

Por vezes a família desconhece acerca dos procedimentos necessários para garantir que o aluno público alvo da educação especial se desenvolva como um todo e por isso rejeita algumas solicitações da equipe da escola/ equipe multiprofissional que atende o infante. Caberá à equipe escolar orientar os pais e, caso não consiga fazer o convencimento necessário para a inclusão do estudante, acionar a rede de proteção para que intervenha.

5º passo: Ofício da Diretora ou Pedagoga da Instituição

O ofício encaminhado pela Instituição de Ensino deve descrever o motivo do encaminhamento, data, assinatura do diretor ou do pedagogo, bem como a indicação de alunos que serão avaliados pela equipe do AEE.

A avaliação psicoeducacional somente será realizada após todos os documentos acima elencados tenham sido devidamente preenchidos, assinados, datados e protocolados. Caso a diretora esteja de licença ou ausente da escola por outro motivo, a pedagoga poderá encaminhar o ofício.

6º passo: Realização da anamnese com os pais e/ou responsáveis;

A ser desenvolvida pelo psicólogo da SMECE, conforme critérios técnicos recomendados pelo Conselho Federal de Psicologia.

7º passo: Realização da testagem psicológica e pedagógica;

A psicóloga da SMECE é quem faz a testagem psicológica e a testagem pedagógica pode ser feita tanto pela pedagoga da instituição de ensino, quanto pela equipe pedagógica da SMECE.

8º passo: Elaboração dos relatórios da anamnese e dos testes;

Via de regra, quem faz os testes e a anamnese, é responsável por elaborar os relatórios.

9º passo: Devolutiva para a escola e família;

Concluído todo o processo, caberá aos profissionais da SMECE que atuaram na avaliação psicoeducacional, dar a devida devolutiva para a família e para a escola, informando quais serão os próximos encaminhamentos com a criança: se será atendida por algum especialista, se demandará de auxílio de um professor da educação especial ou outras ações pertinentes ao caso.

10º passo: Realização dos encaminhamentos pedagógicos e para saúde/outros;

Após a conclusão da avaliação psicoeducacional e com base nesses dados, encaminhar a criança para os profissionais indicados ao caso. **IMPORTANTE:** pode ser que a avaliação psicoeducacional constate apenas defasagens no aspecto pedagógico, ou seja, defasagens que deverão ser trabalhadas dentro da escola, sem recorrer aos profissionais da saúde.

11º passo: Matrícula na Sala de Recursos Multifuncional/Classe Especial/Escola Especial/ Apoio Escolar (caso seja necessário);

A avaliação psicoeducacional avaliará se o aluno necessita ser inserido em uma das classes descritas no caput deste passo. A SMECE deliberará a questão com o corpo técnico e com as escolas que oferecem as referidas modalidades de ensino, visando sempre o desenvolvimento e bem-estar do aluno.

12º passo: Elaboração e sistematização do PEI: pela professora do Ensino Regular e da Sala de Recursos.

Seguindo os modelos de PEIs disponibilizados. Restando dúvidas, acionar o suporte pedagógico da SMECE para elucidação das mesmas.

4- POSSÍVEL ALUNO DE INCLUSÃO: PASSO A PASSO A SER FEITO PELO CMEI

1º passo: Observação em sala de aula, hora do lanche e lazer/brincadeiras (realizada pela equipe do AEE da SMECE);

Observar como a criança socializa, como desenvolve o que lhe é proposto, sua relação com os colegas, com as educadoras, entre outros aspectos que julgar relevante.

2º passo: Elaboração de relatórios;

Elaborar o relatório acerca do que foi observado no item anterior. Ver sugestão de modelo de relatório no anexo I.

3º passo: Ofício da Diretora ou pedagoga da Instituição

O ofício encaminhado pela Instituição de Ensino deve descrever o motivo do encaminhamento, data, assinatura do diretor, bem como a indicação de alunos que serão avaliados pela equipe do AEE.

A avaliação psicoeducacional somente será realizada após todos os documentos acima elencados tenham sido devidamente preenchidos, assinados, datados e protocolados. Caso a diretora esteja de licença ou ausente do CMEI por outro motivo, a pedagoga poderá encaminhar o ofício.

4º passo: Elaboração do relatório pela psicóloga da SMECE.

Via de regra, quem faz a observação é responsável por elaborar os relatórios.

5º passo: Devolutiva para os pais/responsáveis.

Concluído todo o processo, caberá aos profissionais da SMECE que atuaram na observação, dar a devida devolutiva para a família e para a CMEI, informando quais serão os próximos encaminhamentos com a criança: se será atendida por algum especialista, se demandará de auxílio de um professor da educação especial ou outras ações pertinentes ao caso.

6º passo: Encaminhamentos pedagógicos e de saúde;

Após a conclusão do relatório pedagógico e com base nesses dados, encaminhar a criança para os profissionais indicados ao caso. **IMPORTANTE:** pode ser que a avaliação psicoeducacional constate apenas defasagens no aspecto pedagógico, ou seja, defasagens que deverão ser trabalhadas dentro da escola, sem recorrer aos profissionais da saúde.

7º passo: Diante da negativa dos responsáveis (em relação aos encaminhamentos previstos no item anterior), acionar a equipe multiprofissional para convencer a família acerca da necessidade dos encaminhamentos. Caso haja negativa dos genitores e/ou responsáveis, a equipe gestora da escola deverá acionar o Conselho Tutelar para garantir o direito das crianças e adolescentes;

Por vezes a família desconhece acerca dos procedimentos necessários para garantir que o aluno público alvo da educação especial se desenvolva como um todo e por isso rejeita algumas solicitações da equipe da escola/ equipe multiprofissional que atende o infante. Caberá à equipe escolar orientar os pais e, caso não consiga fazer o convencimento necessário para a inclusão do estudante, acionar a rede de proteção para que intervenha.

8º passo: Elaboração e sistematização do PEI: pela professora do Ensino Regular e da Sala de Recursos.

Seguindo os modelos de PEIS disponibilizados. Restando dúvidas, acionar o suporte pedagógico da SMECE para elucidação das mesmas.

5- COMO CONSTRUIR O PEI (EXPLICAÇÃO GERAL)

O PEI deve ser construído pelos professores regentes e o profissional especializado envolvidos no processo de escolarização do estudante, sendo o Especialista da Educação Especial o responsável por articular e garantir a sua construção. Na ausência desse profissional na escola, o gestor escolar deve indicar o pedagogo da instituição para essa articulação.

O PEI deve ser construído com base no histórico de vida do estudante, dos laudos apresentados no ato da matrícula, avaliação diagnóstica pedagógica, planejamento, acompanhamento e avaliação final.

O professor precisa observar as necessidades educacionais do aluno, avaliar as áreas de conhecimento em que ele tem mais facilidade ou dificuldade, adequar o espaço físico e o currículo escolar ao estudante, encontrar os conteúdos e as

habilidades necessárias para aumentar a autonomia e que precisam ser aprimoradas para cada aluno.

A forma de ensinar também é fundamental. O professor e os responsáveis pela educação da criança precisam focar em formas de ensino acessíveis e aulas claras e objetivas. É importante ter estratégias de ensino, métodos e materiais adequados para que o aluno possa compreender e melhorar as suas habilidades. O ambiente escolar também deve ser adaptado e adequado para que o aluno participe das aulas. Em outras palavras, o PEI é uma proposta de organização do atendimento integral do aluno, que compreende os aspectos biopsicossocial, que direciona a forma pedagógica do professor, para que ele possa fomentar o desenvolvimento do potencial dos alunos. Para isso, é possível seguir algumas etapas.

- 1- Identificação do aluno.
- 2- Documentação.
- 3- Dados escolares.
- 4- Necessidades educacionais especiais.
- 5- Termo de compromisso de ciência e autorização dos pais.
- 6- Encaminhamento para matrícula em Sala de Recurso Multifuncional e Classe Especial (caso necessário)
- 7- Possíveis intervenções pedagógicas e suportes necessários.
- 8- Estudo de caso para possível indicação de profissional de apoio escolar ou professor especializado (PAEE e PAC).

Criar metas e objetivos: ter metas de curto, médio e longo prazo e acompanhar as mesmas dentro de um cronograma, avaliando para ver se elas foram alcançadas. É importante avaliar o que cada estudante precisa aprender.

Avaliação: o progresso do ensino pode ser avaliado a cada ano ou até mesmo semestralmente. Sempre que for preciso, os profissionais devem alterar o programa de ensino e a escola precisa dar suporte e ter uma estrutura adequada. Os materiais e recursos pedagógicos precisam estar de acordo com as necessidades específicas de cada criança.

O PEI deve acompanhar o estudante nos casos de transferência, a fim de subsidiar a continuidade dos trabalhos pedagógicos na escola que receberá sua matrícula.

O Modelo do Plano Educacional Individual constante neste documento é o modelo padrão e de uso obrigatório nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Balsa Nova.

6- COMO FAZER RELATÓRIOS DO AEE NAA EDUCAÇÃO INFANTIL

Obs. Verifique se descreveu a contento todos os itens a seguir:

1- Breve Histórico

(Relato breve sobre o arranjo familiar, histórico de vida e escolar do estudante.)

2-Habilidades, Interesses e Afinidades:

Registro breve de interesses, habilidades e afinidades. Ex: Estudante possui habilidades de coordenação e pintura; gosta de brincar de massinha e desenhos animados, demonstra interesse em atividades coletivas, etc....

3-Avaliação de Sondagem Educador ou Professor Regente

Descrever os aspectos relacionados a cada área e/ou habilidade abaixo. Mencione se ela demanda apoio e descreva o nível e o tipo de ajuda necessária. Inclua outros aspectos e observações que julgar necessário.

4-Habilidades de autonomia e vida diária

Mencione se ela demanda apoio nos seguintes aspectos e descreva o nível e o tipo de ajuda necessária. Lava as mãos com autonomia? Utiliza o banheiro com autonomia? Faz uso de fralda? Escova os dentes com autonomia? Identifica pertences pessoais? Guarda pertences pessoais com autonomia? Se alimenta com autonomia?

5- Habilidades de comunicação

Atende a comandos coletivos? Atende a comandos individuais? Permanece no ambiente durante as atividades? Descreva essa permanência. Utiliza linguagem verbal para se comunicar? Utiliza comunicação alternativa/aumentativa para se comunicar?

6-Habilidades de socialização

Elabora e responde perguntas? Participa de atividades em grupo? Inicia interação com profissionais da escola/CMEI? Mantém interação com profissionais da escola/CMEI? Inicia interação com colegas da sala? Mantém interação com colegas da sala? Ajuda o professor/educador quando solicitado? Atende a solicitações feitas por colegas? Apresenta auto agressão física ou verbal? (Agressão a si mesmo). Apresenta hetero agressão física ou verbal? (Agressão aos outros).

7-Habilidades pré-acadêmicas

Apresenta coordenação: olho, mão? Realiza propostas de emparelhar objetos, discriminando objetos diferentes/relacionando aqueles idênticos? Realiza propostas de emparelhar figuras, imagens/palavras? Realiza a pega correta de riscantes? Realiza a pega correta da tesoura?

8-Aspectos cognitivos:

Descreva o desenvolvimento das funções: percepção, atenção, memória, linguagem e raciocínio. Envolva-se nas atividades propostas? Envolva-se em tarefas que exigem esforço mental prolongado? Compreende atividades que exigem raciocínio lógico?

9-Aspectos motores e físicos:

Descreva sobre o desenvolvimento da lateralidade, orientação espaço-temporal. Demonstra habilidade relacionada a sua faixa etária. Ex: engatinhar, andar. Se locomove sozinho? Realiza atividades que exigem coordenação motora fina? Realiza atividades que envolvem coordenação motora ampla?

10-Habilidades Socioemocionais

Descrever aspectos relacionados a habilidades sociais e emocionais. Mencione padrões de comportamento apresentados pela criança. Importante lembrar que não devem ser feitas inferências

dos possíveis motivos, mas somente a descrição de comportamentos ou dificuldades. Como a criança reage a frustrações?

7- MODELO DE PEI PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUAL – PEI
Educação Infantil CMEI e Infantil IV e V

DADOS DO (A) ESTUDANTE

1. Nome: _____
2. Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: ____ Sexo: Feminino () Masculino ()
3. Responsável pelo estudante/parentesco: _____
4. Ano de escolaridade: _____
5. Deficiência informada: _____
6. Faz uso contínuo de medicamento? Para quê? Causa efeitos colaterais? Quais?

Especificidades do estudante:**Diagnóstico:** _____

(*escrever conforme consta no laudo**) Casos que estejam em avaliação ou em hipótese diagnóstica escrever:
 em avaliação.)

Profissional:

Nome: _____**Acompanhamento de profissionais externos:**

- Especialidade | Nome: | Contato: _____
- Especialidade | Nome: | Contato: _____

DADOS INSTITUCIONAIS

1. Período do Plano: _____ a _____
2. SRM: _____ Duração do Atendimento: _____
3. Frequência do Atendimento Semanal: 1 vez () 2 vezes () 3 vezes ()
4. Nome da Instituição _____
 Endereço: _____
5. Composição do Atendimento:
 () Sala de Recursos Multifuncional () Prof. de Libras () Prof. de Braille

() Prof. Intérprete sala regular () Prof. PAEE () outros: _____

6. A Escola possui acessibilidade física:
() Sim () Não

7. Possui Sala de Recursos Multifuncional: () Sim () Não - Escola encaminhada:

8. Professor(a): _____

9. Diretor(a): _____

10. Pedagogo(a): _____

11. Responsáveis pela elaboração PEI: (cargo, nome)

CARGO	NOME
Especialista	
Professor de Apoio (quando houver)	
Guia Intérprete (quando houver)	
Professor de Sala de Recursos (quando houver)	
Regente(s) de turma/aula	
Psicólogo	
Fonoaudiólogo	
Terapia Ocupacional	

CONSIDERAÇÕES DA FAMÍLIA

Breve Histórico

(Relato breve sobre o arranjo familiar, histórico de vida e escolar do estudante.)

Habilidades, Interesses e Afinidades:

Registro breve de interesses, habilidades e afinidades. Ex: Estudante possui habilidades de coordenação e pintura; gosta de brincar de massinha e desenhos animados, demonstra interesse em atividades **coletivas, etc.**

AVALIAÇÃO E SONDAÇÃO DO PROFESSOR (A) REGENTE
--

Descrever os aspectos relacionados a cada área e/ou habilidade abaixo. Mencione se ela demanda apoio nos seguintes aspectos e descreva o nível e o tipo de ajuda necessária. Inclua outros aspectos e observações que julgar necessário.

Habilidades de autonomia e vida diária

Mencione se ela demanda apoio nos seguintes aspectos e descreva o nível e o tipo de ajuda necessária. Lava as mãos com autonomia? Utiliza o banheiro com autonomia? Faz uso de fralda? Escova os dentes com autonomia? Identifica pertences pessoais? Guarda pertences pessoais com autonomia? Se alimenta com autonomia?

Habilidades de comunicação

Atende a comandos coletivos? Atende a comandos individuais? Permanece no ambiente durante as atividades? Descreva essa permanência. Utiliza linguagem verbal para se comunicar? Utiliza comunicação alternativa/aumentativa para se comunicar?

Habilidades de socialização

Elabora e responde perguntas? Participa de atividades em grupo? Inicia interação com profissionais da escola/CMEI? Mantém interação com profissionais da escola/CMEI? Inicia interação com colegas da sala? Mantém interação com colegas da sala? Ajuda o professor/educador quando solicitado? Atende a solicitações feitas por colegas? Apresenta auto agressão física ou verbal? (Agressão a si mesmo). Apresenta hetero agressão física ou verbal? (Agressão aos outros).

Habilidades pré-acadêmicas

Apresenta coordenação olho mão? Realiza propostas de emparelhar objetos, discriminando objetos diferentes/relacionando idênticos? Realiza propostas de emparelhar figuras, imagens/palavras? Realiza a pega correta de riscantes? Realiza a pega correta da tesoura?

Aspectos cognitivos:

Descreva o desenvolvimento das funções: percepção, atenção, memória, linguagem e raciocínio. Envolve-se nas atividades propostas? Envolve-se em tarefas que exigem esforço mental prolongado? Compreende atividades que exigem raciocínio lógico?

Aspectos motores e físicos:

Descreva sobre o desenvolvimento da lateralidade, orientação espaço-temporal. Demonstra habilidade relacionada a sua faixa etária, ex: engatinhar, andar. Locomove-se sozinho? Realiza atividades que exigem coordenação motora fina? Realiza atividades que envolvem coordenação motora ampla?

Habilidades Socioemocionais

Descrever aspectos relacionados a habilidades sociais e emocionais. Mencione padrões de comportamento apresentados pela criança. Importante lembrar que não devem ser feitas inferências dos possíveis motivos, mas somente a descrição de comportamentos ou dificuldades. Como a criança reage a frustrações?

PLANEJAMENTO

O planejamento deve ser flexível e adaptado às necessidades de cada criança, reconhecendo que cada estudante é único e possui características e habilidades individuais. Nesse sentido, é fundamental considerar as especificidades de cada criança ao elaborar o planejamento, levando em conta seus interesses, ritmo de aprendizagem, e necessidades particulares. Sendo realizados por semana.

O Plano de Atendimento Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta essencial para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade, garantindo atendimento personalizado às necessidades específicas de cada estudante. Nesse contexto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na Educação Infantil, estruturada em cinco campos de experiências, oferece um importante referencial para o desenvolvimento do PEI.

CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

OBJETIVOS E METAS DE APRENDIZAGEM

Considerando que, na Educação Infantil, as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças têm como eixos estruturantes as interações e a brincadeira, assegurando-lhes os direitos de **conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se**, a organização curricular da Educação Infantil na BNCC está estruturada em cinco campos de experiências, no âmbito dos quais são definidos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Os campos de experiências constituem um arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural. A definição e a denominação dos campos de experiências também se baseiam no que dispõem as DCNEI em relação aos saberes

e conhecimentos fundamentais a ser propiciados às crianças e associados às suas experiências. Considerando esses saberes e conhecimentos, os campos de experiências em que se organiza a BNCC são:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física.

Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfiguram, permanentemente, a cultura e potencializam suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais

interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apropriando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído

de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstam também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos, investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

PLANEJAMENTO

ESTUDANTE:	TURMA: a _____	DATA: _____
PERÍODO DO ATENDIMENTO		
COMPETÊNCIAS:	PROFESSOR(A):	
AS:		

TRIMESTRE:			
CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS. Descreve a metodologia de trabalho e os materiais a serem utilizados para que o estudante adquira a habilidade ou aprendizado

***CORREÇÃO DE RUMOS:** Os conteúdos trabalhados e não assimilados pelo estudante, deverão ser constantemente avaliados e revistos ao longo do trimestre, de forma que possam ser apresentadas novas propostas didático-pedagógicas, possibilitando a consolidação da habilidade/aprendizado.

Cientes:

Balsa Nova, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Professor/Educador

Assinatura Professor da Sala Recursos Multifuncional

Assinatura Pedagogo(a)

Diretor(a)

Assinatura dos Pais/Responsáveis

Relatório Pedagógico DESCRITIVO de até uma lauda, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o semestre:

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG,

Assumo o compromisso da frequência regular do meu filho(a) _____, nos estudos de complementação/superação da educação no Atendimento Educacional Especializado – AEE da Educação Infantil, nos dias e horários estabelecidos pela escola, bem como, dar o apoio necessário e comparecer à instituição de ensino quando solicitado.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do Responsável

8- MODELO DO PEI DO ENSINO REGULAR

**PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUAL – PEI
ENSINO REGULAR**

DADOS DO (A) ESTUDANTE

1. Nome: _____

—

2. Data de nascimento: ____ / ____ / ____ SEXO: Feminino () Masculino ()

3. Responsável pelo
estudante/parentesco: _____

4. Ano de escolaridade: _____

5. Deficiência informada: _____

6. É acompanhado por um profissional fora da escola? Qual especialidade?

7. Faz uso contínuo de medicamento? Para quê? Causa efeitos colaterais? Quais?

8. Possui alguma necessidade específica: _____

9. Tipo de atendimento:

() Guia Intérprete

() Professor de BRAILE

() Intérprete de LIBRAS

() Sala de Recursos Multifuncional

() Professor de apoio

() Outro. Qual? _____

10. Utiliza recurso de Acessibilidade?
Descreva: _____

11. Como gosta de se divertir?

12. Necessita de transporte adaptado?

() Sim () Não

13. Nome do motorista? _____

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO – PEI

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão – LBI,

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem” e ainda “planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva”.

O Plano Educacional Individualizado tem o intuito de acompanhar o processo de inclusão do (a) estudante matriculado na Sala de Recursos Multifuncional - SRM, de modo a obter um registro que possibilite a apresentação de uma avaliação psicoeducacional, bem como da apresentação do planejamento, estratégias de intervenção e resultados esperados. O PEI tem caráter documental, e serve como registro pedagógico e plano de ação individual que é estabelecido a partir das potencialidades e necessidades individuais de cada estudante.

Metas e estratégias de ensino priorizadas para o aluno para que supere as dificuldades

	Necessário	Não necessário
Acompanhamento individualizado em sala de aula?		
Auxílio nos registros do caderno e correções?		
Observação quinzenal dos registros dos cadernos e agenda?		
Monitoramento da entrega de trabalhos e lições de casa?		
Prazo estendido para entrega de lições de casa, adaptação das lições de casa?		
Menor volume adaptação das lições de casa?		
Linguagem objetiva direcionada ao estudante?		
Retomada de conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática?		
Incentivo à participação oral em debates e respostas de questionamentos?		
Uso de recursos audiovisuais durante as aulas?		
Uso de imagens nos slides de aula?		
Uso de Giz colorido no quadro?		
Uso de materiais concretos nas aulas de Matemática (Ábaco, material Dourado, entre outros)?		
Jogos pedagógicos e trabalhos orientados em grupo na sala de aula?		
Organização da rotina escolar no quadro?		
Organização das lições de casa no quadro?		
Revisão de provas e momento tira dúvidas?		
Avaliações com imagens contextualizadas aos textos?		
Textos reduzidos para melhor foco?		

Textos reduzidos com destaque de palavras-chaves?		
Avaliações adaptadas com enunciados breves e objetivos?		
Avaliações adaptadas com personagens e balões de fala?		
Avaliações adaptadas com lembretes (pequena retomada de conteúdo)?		
Prazos estendidos para entrega de atividades, atividades avaliativas, trabalhos?		
Uso de tecnologias assistivas para registros avaliativos?		
Tempo estendido para a realização de atividade em sala de aula?		
Tempo estendido para a realização de cópia no quadro?		
Tempo estendido para a realização de avaliações?		
Conversas individuais com o estudante sobre rotina e organização de estudos?		
Leitura do enunciado nas avaliações?		
Ensalamento dinamizado (sentar em diferentes posições)?		
Organização da carteira próximo ao professor?		
Aula interativa com perguntas e respostas?		
Aula dinamizada dentro do espaço escolar (área verde, pátio, jardim)?		
Registro das atividades por meio de fotos (portfólio)?		
Necessidades específicas do transporte escolar?		
Utilização de PACs		
E outros recursos		

COMUNICAÇÃO NECESSÁRIA PARA O ESTUDANTE
--

Especificar outras intervenções que se façam necessárias:

ESTUDO DE CASO (Com base na Avaliação Psicoeducacional, Anamnese, Avaliação

ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DO PROBLEMA:

METODOLOGIA:

RESOLUÇÃO DO PROBLEMA:

DATA: _____

PARECER DA EQUIPE SE HOVER NECESSIDADE DE TUTOR PAE OU PAEE:

ASSINATURA DA EQUIPE DO ESTUDO DE CASO:

Diagnóstica e Laudo)

REGISTRO DOS COMBINADOS COM OS PAIS/RESPONSÁVEIS

Data: _____ Assinatura _____ dos Profissionais: _____ –
--

Data	Assinatura dos Participantes	Cargo s	Encaminhamentos	Orientações/Informes
Início do 1º Trimestre				
Início do 2º Trimestre				
Início do 3º Trimestre				

ORGANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

1. Período do Plano: _____ a _____ -
2. Duração do Atendimento: _____ (minutos / horas)
3. Frequência do Atendimento: 1 vez () 2 vezes () 3 vezes ()
4. Tipo de Alimentação: _____ Tem restrições alimentar: _____

PLANO DE AULA – AEE Período: / / TRIMESTRE: _____

ADAPTADO DE ACORDO COM A PROPOSTA PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

REGISTRO DAS AUSÊNCIAS / JUSTIFICATIVAS

DATA	MOTIVO	ENCAMINHAMENTO

AVALIAÇÃO FINAL (TÉRMINO DO _____º TRIMESTRE)**ALCANÇADO / ÁREA:**

Língua Portuguesa	<p>Escrita autônoma e compartilhada ;</p> <p>Escrita compartilhada ;</p> <p>Produção de texto oral;</p>	<p>4- Comunicação ;</p> <p>9- Empatia e cooperação;</p>	(EF02LP13) Planejar e produzir bilhetes e cartas, em meio impresso e/ou digital, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa e o tema/assunto/finalidade do texto.	<p>Apresentar ao estudante meios de comunicação , como troca de conversa usando figuras e/ou desenhos;</p> <p>Identificar se o aluno é alfabetizado, se é capaz de escrever;</p> <p>Pedir que ele escolha alguém para se comunicar, por exemplo, solicitar que ele elogie alguém que admire da escola ou da família;</p> <p>Construir bilhetes e/ou cartas para comunicação .</p>	<p>Envelope e/ou cartolina;</p> <p>Tesoura;</p> <p>Cola;</p> <p>Celular e/ou outra mídia;</p>	<p>Usando o critério observação, para averiguar se o aluno conseguiu se comunicar e em que medida;</p> <p>Se usa a linguagem escrita;</p> <p>Se participa oralmente das atividades, questionando, explicando...</p>
ÁREA DO CONHECIMENTO	OBJETO DO CONHECIMENTO	COMPETÊNCIA GERAL BNCC	HABILIDADES	METODOLOGIA	MATERIAL	AValiação

RELATÓRIO PEDAGÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE / SEMESTRAL

Descreva o desenvolvimento:

Cientes:

Data: _____ / _____

Data: _____ / _____

Data: _____ / _____

Assinatura do Prof. AEE: _____

Assinatura Prof. Sala Regular: _____

Assinatura dos Pais/Responsáveis: _____

TERMO DE CONSCIÊNCIA

Eu _____, RG, _____

Assumo o compromisso da frequência regular do meu filho(a) _____, nos estudos de complementação/superação da educação no Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos Multifuncionais, nos dias e horários estabelecidos pela escola, bem como, dar o apoio necessário e comparecer à instituição de ensino quando solicitado.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do Responsável

9-MODELO DO PEI CLASSE ESPECIAL/ ESCOLA ESPECIAL/ ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOMICILIAR

Plano Educacional Individualizado (PEI)
Classe Especial/ Escola Especial / Atendimento Educacional Domiciliar.

DADOS ESTUDANTE
Nome completo: _____
Data de nascimento: ____/____/____ Sexo: () F () M
Filiação: _____ _____ _____ Responsável pelo (a) aluno (a) _____
Endereço do responsável _____ _____ _____
Telefone responsável: _____
Em caso de emergência, a quem contatar? (telefone, SMS, Whatsapp e outros) _____ _____

DADOS INSTITUCIONAIS
Escola: _____

Turno: _____ Turma: _____ Ano de Escolaridade: _____ Público-Alvo da Educação Especial: () Deficiência Intelectual () Deficiência Visual () Deficiência Múltipla () Deficiência Física () Deficiência Auditiva/Surdez () Surdo cegueira () Transtorno Global do Desenvolvimento/Transtorno do Espectro Autista Observações() Outros: _____ _____
Modalidade do Atendimento: Escola Especial () Classe Especial () Atendimento Educacional Domiciliar()
Serviços de apoio: Intérprete de libras () professor de braile () Outros: _____ _____
Nome dos (as) Profissionais da Instituição Escolar:
Diretor (a) _____
Pedagogo (a) _____
Professor (a) _____
Professor de aulas especiais (a) _____
Professor de apoio (a) _____
Outros(a) _____

Entrevista com o Responsável
I - Informações do aluno:
a) Como foi o desenvolvimento do aluno? (Gestação, nascimento, desenvolvimento da fala, motor e sócio afetivo). _____

b) Como se dá a comunicação: () Verbal () Não –Verbal-- Especifique:
c) Apresenta dificuldade de locomoção? () Sim () Não
Em caso positivo, qual a adaptação necessária?
d) Apresenta autonomia e independência nas atividades do cotidiano (faz uso de fralda, se alimenta sozinho (a), autonomia no uso do banheiro)? () Sim () Não
Exemplifique: _____
e) Tem interesse por brinquedos, vídeos, filmes, lazer, música e outros? () Sim () Não Exemplifique:
f) Como é a relação com os familiares e demais pessoas?

g) Com que idade iniciou sua vida escolar? (frequência, convivência, interesse)

h) Compreende e respeita regras, atende a pedidos?

II - Informações referentes à saúde:
a) Há registro de hospitalizações, cirurgias ou doenças graves? () Sim () Não
Motivo?

b) Tem algum tipo de alergia? () Sim () Não
Especifique:

c) Existem recomendações quanto à alimentação? (Tipo de alimento, restrições, modo de comer e beber)

d) Apresenta quadro convulsivo? () Sim () Não
Em caso positivo, como se manifesta e com que frequência?
Quais as recomendações?
e) Faz uso de medicação? () Sim () Não
Motivo:

f) Realiza algum tipo de atendimento clínico, terapêutico ou atividades extracurriculares?

Especialidade	Profissional	Dia	Horário	Contato

Está de acordo que os profissionais da escola e da SMECE, poderão fazer contato com os demais profissionais que atendem o aluno, para o desenvolvimento do trabalho pedagógico? () Sim () Não
g) Possui o Benefício de Prestação Continuada? () Sim () não
Deficiência: _____
Possui laudo médico? () Sim () Não _____
Já passou por reabilitação? () Sim () Não
Local: _____ _____ _____

ASPECTO DE AGRESSIVIDADE

- () Apresenta Auto agressividade
() Apresenta Heteroagressividade
Apresenta apatia
- () Apresenta indisciplina
() Apresenta desobediência às regras ()
e/ou combinados

Obs.: _____

VI. ASPECTOS PSICOMOTORES OBSERVADOS:

ASPECTOS PSICOMOTORES	APRESENTA	APRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
Esquema corporal – Conhece as partes e funções do corpo?				

Nomeia as partes do corpo?				
Consciência corporal – Sabe do uso específico de cada membro do corpo para a realização de atividades, mesmo nos casos em que haja limitações de movimento. Ex.: escreve com adaptação utilizando os pés, mas tem conhecimento que o membro comumente utilizado para esta atividade é a mão.				
Expressão corporal – Realizar gestos expressivos (susto, grito, tristeza, raiva)?				
Imagem corporal - Relação do próprio corpo com o espaço e as pessoas. Ex.: olhar no espelho e perceber o contorno do corpo.				
Tônus Hipertônico – Apresenta rigidez muscular elevada?				
Tônus Hipotônico - Apresenta flacidez muscular elevada?				
Coordenação motora ampla – Controla os movimentos amplos do corpo? Ex.: correr, andar, rolar, pular, engatinhar, agachar.				
Coordenação motora fina – Controla os pequenos músculos para exercícios refinados?				

Ex: recortar, colar, encaixar, pintar, pentear, jogar bola.				
Equilíbrio dinâmico – Ex.: andar na ponta dos pés, correr com copo cheio de água na mão, andar de joelhos.				
Equilíbrio estático – Sustenta-se em diferentes situações? Ex.: ficar em pé parado com os olhos fechados, ficar em pé sobre um pé, ficar de cócoras.				
Lateralidade – Tem capacidade motora de percepção integrada dos dois lados do corpo (direito e esquerdo)?				
Percepção gustativa – Tem a capacidade de distinguir sabores? Ex.: reconhecer alimentos pelo gosto, distingue e expressa do que determinado alimento é feito.				
Percepção olfativa – Tem a capacidade de distinguir odores? Ex.: discriminação de duas frutas ou mais, identificar odores agradáveis e desagradáveis.				
Percepção tátil – Sente as variações de pressão, temperatura, noções de peso, sem a ajuda da visão? Ex.: reconhecer diferentes texturas, identificar formas.				
Percepção visual – Identifica formas geométricas, junta objetos iguais, compara objetos, monta cenas, diz o que				

falta em desenhos, realiza sequencias?				
Postura – Posição ou atitude do corpo ligada ao movimento. Ex.: sentar, deitar, ficar de pé.				

ASPECTOS PEDAGÓGICO-COGNITIVOS	APRESENTA	APRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
Memória de Curto Prazo – lembra-se de acontecimentos cotidianos ocorridos num período de até 6 horas?				
Memória de Longo Prazo – lembra-se de fatos ocorridos ao longo da vida e os utiliza no cotidiano? Ex.: reconhecer letras e números, pessoas.				
Memória Auditiva – memoriza o que escuta?				
Memória Visual – memoriza o que vê?				
Percepção Auditiva – escuta e interpreta os estímulos sonoros?				
Percepção Corporal – tem consciência do próprio corpo?				
Percepção Espacial – compreende as dimensões do entorno e dos objetos?				
Percepção Tátil – reconhece formas, texturas, tamanhos pelo tato?				

Percepção Temporal – Tem a capacidade de situar-se em função da sucessão dos acontecimentos? Ex.: ontem, hoje, amanhã, antes, durante, após, hora, semana, mês.				
Percepção Visual - enxerga e interpreta os estímulos visuais (claro, escuro, cores, formas, objetos)?				
Atenção Alerta – Responde imediatamente a um estímulo apresentado?				
Atenção Alternada – realiza atividade proposta e conversa ao mesmo tempo?				
Atenção Seletiva – concentra-se em uma atividade ignorando os demais estímulos?				
Atenção Sustentada – concentra-se por um longo período de tempo na atividade proposta?				
Raciocínio Lógico Abduativo – busca novas ideias e conhecimentos que possam validar uma conclusão? Ex.: Pela manhã observo o telhado e ele está molhado. Logo, a noite deve ter chovido.				
Raciocínio Lógico Dedutivo – parte de um fato geral para um particular, concluindo-o? Ex.: Todas as maçãs daquela caixa são				

verdes. Essas maçãs são daquela caixa. Logo, essas maçãs são verdes.				
<p>Raciocínio Lógico Intuitivo – parte de um fato específico para o geral, concluindo-o? A conclusão nem sempre será verdadeira.</p> <p>Ex.: Klaus é alemão de olhos azuis, Peter é alemão de olhos azuis, Tom é alemão de olhos azuis, Joseph é alemão de olhos azuis. Logo todo alemão tem olhos azuis.</p>				

ASPECTOS PEDAGÓGICO-COGNITIVOS	APRESENTA	APRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
<p>Pensamento Analítico – separa o todo em partes com as mesmas características?</p> <p>Ex.: Em uma caixa de brinquedos separa bolas, bonecas e carrinhos.</p>				
<p>Pensamento Criativo – baseado em seus conhecimentos cria ou modifica algo existente?</p>				
<p>Pensamento Crítico – examina, analisa ou avalia?</p>				
<p>Pensamento de Síntese – sintetiza, resume</p>				

histórias ou fatos em poucas palavras?				
Pensamento Questionador – propõe perguntas e busca respondê-las?				
Pensamento Sistemico – considera vários elementos e os relaciona? Ex.: Separa o material escolar do material de higiene pessoal.				
Compreende Ordens Simples? Ex.: Sentar, levantar, sair, entrar.				
Compreende Ordens Complexas? Ex.: Transmitir um recado à alguém.				
Relata situações vividas por ele?				

1. Apresenta intenção comunicativa:

Sim Não

2. Utiliza a comunicação:

- para fazer comentários , expressa-se com clareza;
- expressa-se espontaneamente;
- expressa-se para necessidades básicas;
- possui vocabulário amplo;
- participa de interações orais em sala, respeitando turnos de fala;
- realizar pequenas narrativas

3. Recursos utilizados pelo estudante para Comunicação Suplementar Alternativa:

- Alfabeto Móvel
- Alta Tecnologia
- Baixa Tecnologia

- Figuras Avulsas
- Fotos
- Numerais
- Não Faz uso de nenhum recurso suplementar para a comunicação
- Pictograma
- Prancha de Comunicação
- Prancha Temática

4. Expressa-se por/como/com:

- Gestos caseiros
- Língua de Sinais Brasileira - Libras Palavras
- Sons
- Demonstra timidez ao se expressar Descreve gravuras
- Ecolalia
- Expressa-se com clareza Expressa-se muito rápido
- Expressa-se pelo som final das palavras Frases completas
- Frases curtas
- Gagueira
- Lentidão na fala Nomeia objetos omite fonemas
- Distorce fonemas
- Conversa espontaneamente
- Reconta histórias
- Repete a fala dos adultos
- Demonstra entender o que é proposto Tom de voz baixo
- Tom de voz alto

5. Escrita:

- Garatujas
- Escrita pré-silábica
- Escrita silábica
- Escrita silábica-alfabética
- Escrita alfabética
- Diferencia desenho da escrita e dos números
- Identifica rótulos
- Conhece algumas letras
- Conhece todas as letras
- Identifica letras iguais
- Reconhece a letra inicial do seu nome
- Reconhece seu nome em frases
- Reconhece o nome dos pais e colegas
- Escreve nome de familiares e amigos
- Observa e relaciona parte dos nomes
- Procura formar palavras e tenta ler
- Escreve frases
- Escreve textos
- Letra cursiva
- Letra impressa

- Letra legível
- Relaciona letras de vários tipos e tamanhos
- Tenta atribuir um sentido num texto por meio de pistas
- Escreve com apoio/adaptação
- Recusa escrever dizendo que não sabe

6. Leitura

- Lê palavras simples
- Lê palavras complexas
- Lê frases
- Lê textos
- Leitura global (compreensão, inferência, comparação)
- Segue com o dedo na leitura da palavra, da esquerda para direita
- Compreende que os sinais, impressos (?,.!) correspondem a entonação da fala
- Leitura fonética (silabada) com dificuldade no entendimento da palavra
- É capaz de imitar a leitura a partir de um texto conhecido oralmente (música/parlenda/poesia)
- Não lê

7. Estruturação Espaço/Temporal

- Demonstra ter noção de espaço (sala de aula, casa, escola, etc.);
- Demonstra noção de tempo (manhã, tarde e noite);
- Demonstra noção de tempo (hoje, ontem, amanhã);
- Demonstra noção de tempo (semana, meses, e anos);
- Demonstra capacidade de organização de história em sequência, através de gravuras;

8. Atenção e Concentração

- Detém muito tempo na execução das tarefas
- É disperso e muda o foco da atenção de uma atividade para outra
- É apático, necessitando de muito estímulo para o término das atividades
- É agitado, não concluindo as atividades propostas
- Sua atenção é constante e permanente
- Escuta com atenção textos de diferentes gêneros lidos pelo professor

9. Coordenação Visomotora

- Atira? Pega? Solta? Preensão palmar? Pinça? Rasga? Dobra? Modela?
- Recorta linha reta
- Recorta linha curva
- Pega corretamente a caneta, tesoura, lápis, borracha
- Abre zíper

10. Memória Visual

- Interpreta gravuras
- Interpreta jogos de memória, monta quebra-cabeças e jogos de encaixe
- Identifica figuras iguais

11. Memória Auditiva

- Identifica os vários tipos de sons (vozes de animais, gotejamento, chuva, ventania, etc...)
- Tem dificuldades de lembrar informações adquiridas oralmente
- Percebe estímulos sonoros

12. Raciocínio Lógico

- Apresenta noção de seriação (maior para o menor, do menor para o maior)
- Relaciona a quantidade com o numeral
- Conta oralmente
- Tem noção de quantidade
- Realiza adição
- Realiza multiplicação
- Realiza divisão
- Identifica figuras geométricas
- Relaciona objetos iguais
- Resolve situações problema, utilizando diferentes formas de resolução
- Identifica e escreve até: 5 10 50 100 ou mais

13- Movimento e Artes

- Desloca-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular, rolar, dançar, etc..
- Produz trabalhos de artes, utilizando diversas formas de expressão como desenhos, pintura, colagem, modelagem
- Identifica cores
- Possui gosto, cuidado e respeito pelo processo de produção e criação

IX. PLANEJAMENTO TRIMESTRAL: EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

ESTUDANTE:	TURMA:
PROFESSOR (A):	
TRIMESTRE:	

AVALIAÇÃO					
Etapa	Valor	Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade	Metodologia utilizada (descrever como foi realizada a avaliação)	Qual o diagnóstico pedagógico do estudante nessa habilidade? (descreva potenciais e desafios)
1º Trimestre			() muito suporte () alta compreensão () pouco suporte () pouca compreensão		
			() muito suporte () alta compreensão () pouco suporte () pouca compreensão		
			() muito suporte () alta compreensão () pouco suporte () pouca compreensão		
2º Trimestre			() muito suporte () alta compreensão () pouco suporte () pouca compreensão		

			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
3º Trimestre			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		

Relatório Pedagógico DESCRITIVO, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o semestre:

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG _____

Assumo o compromisso da frequência regular do meu filho(a) _____, nos estudos de complementação/superação da educação no Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos Multifuncionais, nos dias e horários estabelecidos pela escola, bem como, dar o apoio necessário e comparecer à instituição de ensino quando solicitado.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do Responsável

TERMO DE DESISTÊNCIA/ABDICAÇÃO

Eu, _____, responsável pelo aluno (a) _____, informo que fui orientado(a) que meu filho(a) vem apresentando necessidades educacionais de apoio especializado desde _____, desta forma foram realizada avaliação psicoeducacional ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação nos quais a Pedagoga e Psicóloga realizaram e encaminharam para a Sala de Recursos Multifuncional no qual é direito de meu filho(a) para que sejam trabalhados as questões elencadas na avaliação, no que se refere a _____, concentração, raciocínio lógico matemático, interpretação de texto, etc, durante o tempo necessário para que o mesmo de desenvolva de forma plena e que a Instituição de Ensino, juntamente com o Conselho Tutelar, farão ação para garantir o direito garantido em lei, mesmo assim desisto do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais neste ano letivo, em virtude de

Balsa Nova, ____ de _____ de 20 ____.

Assinatura do Responsável

**TERMO DE COMPROMISSO PARA MATRÍCULA NA SALA DE
RECURSOS MULTIFUNCIONAL**

Eu,

_____,
responsável pelo aluno(a) _____,
informo que fui orientado(a) que meu filho (a) apresenta necessidades
educacionais de apoio especializado desde _____.

Declaro que foi realizada a avaliação Psicoeducacional ofertada pela
Secretaria Municipal de Educação, na qual a Equipe Multidisciplinar realizou a
avaliação psicoeducacional e o encaminhamento para a Sala de Recursos
Multifuncionais.

Reconheço que a frequência regular na sala de recursos como direito de
aprendizagem para que sejam trabalhadas questões elencadas na avaliação
psicoeducacional, _____ no _____ que _____ se _____ refere
a _____.

_concentração, raciocínio lógico matemático, interpretação de texto, entre outros, durante o tempo necessário para o desenvolvimento integral de seu potencial.

Fui informado que a Instituição de Ensino, juntamente com a Equipe Técnica Multidisciplinar, o Conselho Tutelar atuarão para defender e garantir o direito de Aprendizagem, garantindo no ordenamento jurídico brasileiro.

Tenho ciência que a omissão, negligência e inobservância dos compromissos familiares acordados poderá incidir em comunicação ao MPPR para providências relativas ao exercício do poder familiar frente possíveis violações de direitos.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____.

Assinatura do Responsável

10- MODELO DO PEI SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL**PROPOSTA DA REDE MUNICIPAL DE Balsa Nova****1- DADOS DOS ALUNOS**

1. Nome completo do estudante: _____

2. Data de nascimento: ____ / ____ / ____ Idade: ____ Sexo: Feminino ()
Masculino ()

3. Responsável pelo estudante/parentesco: _____

4. Ano de escolaridade: _____

5. Deficiência informada:

6. É acompanhado por um profissional fora da escola? Qual especialidade?

7. Faz uso contínuo de medicamento? Para quê? Causa efeitos colaterais? Quais?

8. Possui alguma necessidade específica:

9. Tipo de atendimento:

- () Guia Intérprete
() Professor de BRAILE
() Intérprete de LIBRAS
() Sala de Recursos Multifuncional
() Professor de apoio
() Outro. Qual?

10. Utiliza recurso de Acessibilidade? Descreva:

11. Como gosta de se divertir?
12. Necessita de transporte adaptado? () Sim () Não
13. Nome do motorista? _____

INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS.

1. Período do Plano: _____ a _____
2. SRM: _____ Duração do Atendimento: _____
3. Frequência do Atendimento Semanal: 1 vez () 2 vezes () 3 vezes ()
4. Nome da Instituição: _____
5. Endereço: _____
6. Composição do Atendimento: () Sala de Recursos Multifuncional () Prof. de Libras () Prof. de Braille () Pof. intérprete sala regular () Prof. PAEE () outros: _____
7. A Escola possui acessibilidade física: () Sim () Não
8. Possui Sala de Recursos Multifuncional: () Sim () Não - Escola encaminhada: _____
9. Professor(a): _____
10- Diretor(a): _____
10. Pedagogo(a): _____

11. Responsáveis pela elaboração PEI: (cargo, nome)

CARGO	NOME
Especialista	
Professor de Apoio (quando houver)	
Guia Intérprete (quando houver)	
Professor de Sala de Recursos (quando houver)	
Regente(s) de turma/aula	
Psicólogo	
Fonoaudiólogo	
Terapia Ocupacional	

III. CONSIDERAÇÕES DA FAMÍLIA:

IV. HISTÓRICO DE ESCOLARIZAÇÃO

1. Com que idade o aluno começou a frequentar a escola? _____
2. Onde e como foi o percurso escolar? _____
3. Frequenta Educação Integral? _____

V. LIMITES E AGRESSIVIDADE.

- () Apresenta Auto-agressividade
 () Apresenta Heteroagressividade
 regras e/ou combinados () Apresenta apatia
- () Apresenta indisciplina
 () Apresenta desobediência às

Obs.: _____

VI. ASPECTOS PSICOMOTORES OBSERVADOS:

ASPECTOS PSICOMOTORES	APRESENTA	APRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
Esquema corporal – Conhece as partes e funções do corpo? Nomeia as partes do corpo?				
Consciência corporal –Sabe do uso específico de cada membro do corpo para a realização de atividades, mesmo nos casos em que haja limitações de movimento. Ex.: escreve com adaptação utilizando os pés, mas tem conhecimento que o membro comumente utilizado para esta atividade é a mão.				
Expressão corporal – Realizar gestos expressivos (susto, grito, tristeza, raiva)?				
Imagem corporal - Relação do próprio corpo com o espaço e as pessoas. Ex.: olhar no espelho e perceber o contorno do corpo.				
Tônus Hipertônico – Apresenta rigidez muscular elevada?				

Tônus Hipotônico - Apresenta flacidez muscular elevada?				
Coordenação motora ampla – Controla os movimentos amplos do corpo? Ex.: correr, andar, rolar, pular, engatinhar, agachar.				
Coordenação motora fina – Controla os pequenos músculos para exercícios refinados? Ex.: recortar, colar, encaixar, pintar, pentear, jogar bola.				
Equilíbrio dinâmico – Ex.: andar na ponta dos pés, correr com copo cheio de água na mão, andar de joelhos.				
Equilíbrio estático – Sustenta-se em diferentes situações? Ex.: ficar em pé parado com os olhos fechados, ficar em pé sobre um pé, ficar de cócoras.				
Lateralidade – Tem capacidade motora de percepção integrada dos dois lados do corpo (direito e esquerdo)?				
Percepção gustativa – Tem a capacidade de distinguir sabores? Ex.: reconhecer alimentos pelo gosto, distingue e expressa do que determinado alimento é feito.				
Percepção olfativa – Tem a capacidade de distinguir odores? Ex.: discriminação de duas frutas ou mais, identificar odores agradáveis e desagradáveis.				
Percepção tátil – Sente as variações de pressão, temperatura, noções de peso, sem a ajuda da visão? Ex.: reconhecer diferentes texturas, identificar formas.				
Percepção visual – Identifica formas geométricas, junta objetos iguais, compara objetos, monta cenas, diz o que falta em desenhos, realiza sequências?				

Postura – Posição ou atitude do corpo ligada ao movimento. Ex.: sentar, deitar, ficar de pé.				
--	--	--	--	--

VII. ASPECTOS PEDAGÓGICOS/COGNITIVOS OBSERVADOS:

ASPECTOS PEDAGÓGICO-COGNITIVOS	APRESENTA	APRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
Memória de Curto Prazo – lembre-se de acontecimentos cotidianos ocorridos num período de até 6 horas?				
Memória de Longo Prazo – lembre-se de fatos ocorridos ao longo da vida e os utiliza no cotidiano? Ex.: reconhecer letras e números, pessoas.				
Memória Auditiva – memoriza o que escuta?				
Memória Visual – memoriza o que vê?				
Percepção Auditiva – escuta e interpreta os estímulos sonoros?				
Percepção Corporal – tem consciência do próprio corpo?				
Percepção Espacial – compreende as dimensões do entorno e dos objetos?				
Percepção Tátil – reconhece formas, texturas, tamanhos pelo tato?				
Percepção Temporal – Tem a capacidade de situar-se em função da sucessão dos acontecimentos? Ex.: ontem, hoje, amanhã, antes, durante, após, hora, semana, mês.				

Percepção Visual - enxerga e interpreta os estímulos visuais (claro, escuro, cores, formas, objetos)?				
Atenção Alerta – Responde imediatamente a um estímulo apresentado?				
Atenção Alternada – realiza atividade proposta e conversa ao mesmo tempo?				
Atenção Seletiva – concentra-se em uma atividade ignorando os demais estímulos?				
Atenção Sustentada – concentra-se por um longo período de tempo na atividade proposta?				
Raciocínio Lógico Abduativo – busca novas ideias e conhecimentos que possam validar uma conclusão? Ex.: Pela manhã observo o telhado e ele está molhado. Logo, a noite deve ter chovido.				
Raciocínio Lógico Dedutivo – parte de um fato geral para um particular, concluindo-o? Ex.: Todas as maçãs daquela caixa são verdes. Essas maçãs são daquela caixa. Logo, essas maçãs são verdes.				
Raciocínio Lógico Intuitivo – parte de um fato específico para o geral, concluindo-o? A conclusão nem sempre será verdadeira. Ex.: Klaus é alemão de olhos azuis, Peter é alemão de olhos azuis, Tom é alemão de olhos azuis, Joseph é alemão de olhos azuis. Logo todo alemão tem olhos azuis.				

ASPECTOS PEDAGÓGICO-COGNITIVOS	APRESENTA	PRESENTA COM AJUDA	NÃO APRESENTA	NÃO OBSERVADO
Pensamento Analítico – separa o todo em partes com as mesmas características? Ex.: Em uma caixa de brinquedos separa bolas, bonecas e carrinhos.				
Pensamento Criativo – baseado em seus conhecimentos cria ou modifica algo existente?				
Pensamento Crítico – examina, analisa ou avalia?				
Pensamento de Síntese – sintetiza, resume histórias ou fatos em poucas palavras?				
Pensamento Questionador – propõe perguntas e busca respondê-las?				
Pensamento Sistemático – considera vários elementos e os relaciona? Ex.: Separa o material escolar do material de higiene pessoal.				
Compreende Ordens Simples? Ex.: Sentar, levantar, sair, entrar.				
Compreende Ordens Complexas? Ex.: Transmitir um recado a alguém.				
Relata situações vividas por ele?				

VIII. COMUNICAÇÃO E LINGUAGEM

1. Apresenta intenção comunicativa:

Nos itens VI e VII, caso o estudante apresente 50% ou mais de marcações “Não Apresenta” e “Não Observado” descreva as habilidades que ele demonstra:

2. Utiliza a comunicação:

- para fazer comentários , expressa-se com clareza;
- expressa-se espontaneamente;
- expressa-se para necessidades básicas;
- possui vocabulário amplo;
- participa de interações orais em sala, respeitando turnos de fala;
- realizar pequenas narrativas

3. Recursos utilizados pelo estudante para Comunicação Suplementar Alternativa:

- Alfabeto Móvel
- Alta Tecnologia
- Baixa Tecnologia
- Figuras Avulsas
- Fotos
- Numerais
- Não Faz uso de nenhum recurso suplementar para a comunicação
- Pictograma
- Prancha de Comunicação
- Prancha Temática

4. Expressa-se por/como/com:

- Gestos caseiros
- Língua de Sinais Brasileira - Libras Palavras
- Sons
- Demonstra timidez ao se expressar Descreve gravuras

- Ecolalia
- Expressa-se com clareza Expressa-se muito rápido
- Expressa-se pelo som final das palavras Frases completas
- Frases curtas
- Gagueira
- Lentidão na fala Nomeia objetos Omite fonemas
- Troca fonemas
- Distorce fonemas
- Conversa espontaneamente
- Reconta histórias
- Repete a fala dos adultos
- Demonstra entender o que é proposto Tom de voz baixo
- Tom de voz alto

5. Escrita:

- Garatujas
- Escrita pré-silábica
- Escrita silábica
- Escrita silábica-alfabética
- Escrita alfabética
- Diferencia desenho da escrita e dos números
- Identifica rótulos
- Conhece algumas letras
- Conhece todas as letras
- Identifica letras iguais
- Reconhece a letra inicial do seu nome
- Reconhece seu nome em frases
- Reconhece o nome dos pais e colegas
- Escreve nome de familiares e amigos
- Observa e relaciona parte dos nomes
- Procura formar palavras e tenta ler
- Escreve frases
- Escreve textos
- Letra cursiva
- Letra impressa
- Letra legível
- Relaciona letras de vários tipos e tamanhos
- Tenta atribuir um sentido num texto por meio de pistas
- Escreve com apoio/adaptação
- Recusa escrever dizendo que não sabe

6. Leitura

- Lê palavras simples
- Lê palavras complexas
- Lê frases
- Lê textos
- Leitura global (compreensão, inferência, comparação)
- Segue com o dedo na leitura da palavra, da esquerda para direita
- Compreende que os sinais, impressos (?,..!) correspondem a entonação da fala

- Leitura fonética (silabada) com dificuldade no entendimento da palavra
- É capaz de imitar a leitura a partir de um texto conhecido oralmente (música/parlenda/poesia)
- Não lê

7. Estruturação Espaço/Temporal

- Demonstra ter noção de espaço (sala de aula, casa, escola, etc.);
- Demonstra noção de tempo (manhã, tarde e noite);
- Demonstra noção de tempo (hoje, ontem, amanhã);
- Demonstra noção de tempo (semana, meses, e anos);
- Demonstra capacidade de organização de história em sequência, através de gravuras;

8. Atenção e Concentração

- Detém muito tempo na execução das tarefas
- É disperso e muda o foco da atenção de uma atividade para outra
- É apático, necessitando de muito estímulo para o término das atividades
- É agitado, não concluindo as atividades propostas
- Sua atenção é constante e permanente
- Escuta com atenção textos de diferentes gêneros lidos pelo professor

9. Coordenação Visomotora

- Atira? Pega? Solta? Preensão palmar? Pinça? Rasga? Dobra? Modela?
- Recorta linha reta
- Recorta linha curva
- Pega corretamente a caneta, tesoura, lápis, borracha
- Abre zíper

10. Memória Visual

- Interpreta gravuras
- Interpreta jogos de memória, monta quebra-cabeças e jogos de encaixe
- Identifica figuras iguais

11. Memória Auditiva

- Identifica os vários tipos de sons (vozes de animais, gotejamento, chuva, ventania, etc...)
- Tem dificuldades de lembrar informações adquiridas oralmente
- Percebe estímulos sonoros

12. Raciocínio Lógico

- Apresenta noção de seriação (maior para o menor, do menor para o maior)
- Relaciona a quantidade com o numeral
- Conta oralmente
- Tem noção de quantidade
- Realiza adição
- Realiza multiplicação
- Realiza divisão

- Identifica figuras geométricas
 Relaciona objetos iguais
 Resolve situações problema, utilizando diferentes formas de resolução
 Identifica e escreve até: 5 10 50 100 ou mais

13. Movimento e Artes

- Desloca-se com destreza progressiva no espaço ao andar, correr, pular, rolar, dançar, etc..
 Produz trabalhos de artes, utilizando diversas formas de expressão como desenhos, pintura, colagem, modelagem
 Identifica cores
 Possui gosto, cuidado e respeito pelo processo de produção e criação

IX. PLANEJAMENTO TRIMESTRAL: EXEMPLO DE PREENCHIMENTO

ESTUDANTE:		TURMA:	
PROFESSOR(A):			
TRIMESTRE:) z c	ÁREA DO CONHECIMENTO:	
Objeto de Conhecimento:			
Objetivo geral:			
Qual o conteúdo será trabalhado na disciplina?	Qual a habilidade a ser construída/desenvolvida?	Descreva a metodologia de trabalho e os materiais a serem utilizados para que o estudante adquira a habilidade ou aprendizado.	Qual habilidade/aprendizado adquirida pelo(a) estudante no final deste bimestre em cada conteúdo?

Etapa	Valor	Nota alcançada	Grau de autonomia para realizar a atividade	Metodologia utilizada (descrever como foi realizada a avaliação)	Qual o diagnóstico pedagógico do estudante nessa habilidade? (descreva potenciais e desafios)
1º Trimestre			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
2º Trimestre			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
3º Trimestre			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		
			<input type="checkbox"/> muito suporte <input type="checkbox"/> alta compreensão <input type="checkbox"/> pouco suporte <input type="checkbox"/> pouca compreensão		

XI. RELATÓRIO PEDAGÓGICO DO DESENVOLVIMENTO DO ESTUDANTE

Relatório Pedagógico DESCRITIVO de até uma lauda, elencando os aspectos cognitivos, sociais, comunicacionais e motores de desenvolvimento do estudante durante o semestre:

--

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG _____

Assumo o compromisso da frequência regular do meu filho(a) _____, nos estudos de complementação/superação da educação no Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos Multifuncionais, nos dias e horários estabelecidos pela escola, bem como, dar o apoio necessário e comparecer à instituição de ensino quando solicitado.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do Responsável

TERMO DE DESISTÊNCIA/ABDIÇÃO

Eu, _____, responsável pelo aluno (a)

_____, informo que fui orientado(a) que meu filho(a) vem apresentando necessidades educacionais de apoio especializado desde _____, desta forma foram realizadas avaliações psicoeducacionais ofertadas pela Secretaria Municipal de Educação nos quais a Pedagoga e Psicóloga realizaram e encaminharam para a Sala de Recursos Multifuncional no qual é direito de meu filho(a) para que sejam trabalhadas as questões elencadas na avaliação, no que se refere a _____, concentração, raciocínio lógico matemático, interpretação de texto, etc., durante o tempo necessário para que o mesmo desenvolva de forma plena e que a Instituição de Ensino, juntamente com o Conselho Tutelar, farão ação para garantir o direito garantido em lei, mesmo assim desisto do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncionais neste ano letivo, em virtude de

Balsa Nova, ____ de _____ de 20____.

Assinatura do Responsável

TERMO DE COMPROMISSO PARA MATRÍCULA NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Eu, _____
_____, responsável pelo aluno(a) _____,

informo que fui orientado(a) que meu filho (a) apresenta necessidades educacionais de apoio especializado desde _____.

Declaro que foi realizada a avaliação Psicoeducacional ofertada pela Secretaria Municipal de Educação, na qual a Equipe Multidisciplinar realizou a avaliação psicoeducacional e o encaminhamento para a Sala de Recursos Multifuncionais.

Reconheço que a frequência regular na sala de recursos como direito de aprendizagem para que sejam trabalhadas questões elencadas na avaliação psicoeducacional, _____ no _____ que _____ se _____ refere a _____
concentração, raciocínio lógico matemático, interpretação de texto, entre outros, durante o tempo necessário para o desenvolvimento integral de seu potencial.

Fui informado que a Instituição de Ensino, juntamente com a Equipe Técnica Multidisciplinar, o Conselho Tutelar atuarão para defender e garantir o direito de Aprendizagem, garantindo no ordenamento jurídico brasileiro.

Tenho ciência que a omissão, negligência e inobservância dos compromissos familiares acordados poderá incidir em comunicação ao MPPR para providências relativas ao exercício do poder familiar frente possíveis violações de direitos.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Responsável

11- MODELO DE PEI DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL ALTAS HABILIDADES/ SUPERDOTAÇÃO

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL. ALTAS HABILIDADES / SUPERDOTAÇÃO.

DADOS DO (A) ESTUDANTE

Nome completo do estudante:

Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____ Sexo: Feminino () Masculino ()

Responsável pelo estudante/ parentesco: _____ _____ Ano/ escolaridade: _____
ALTAS HABILIDADES em (de acordo com a classificação de Howard Gardner): <input type="checkbox"/> Lógico-matemática; <input type="checkbox"/> Linguística <input type="checkbox"/> Interpessoal; <input type="checkbox"/> Intrapessoal; <input type="checkbox"/> Físico-cinestésica; <input type="checkbox"/> Espacial; <input type="checkbox"/> Musical; <input type="checkbox"/> Outra (Especificar): _____
É acompanhado por algum especialista? Qual especialidade? _____ Profissional que identificou as Altas Habilidades (especialidade):
Faz uso contínuo de medicamentos? Se sim, qual? (Especificar) _____ Causa efeitos colaterais? (Especificar) _____ _____ _____ _____
Possui alguma necessidade específica? _____
Tipo de atendimento: <input type="checkbox"/> Centro de atendimento especializado _____ <input type="checkbox"/> Sala de Recursos Multifuncional _____ <input type="checkbox"/> Outros _____ Centros de interesse dos alunos: <input type="checkbox"/> Atividades esportivas; <input type="checkbox"/> Atividades de desenho/ linguagem artística; <input type="checkbox"/> Linguagens; <input type="checkbox"/> Lógica e Matemática; <input type="checkbox"/> Ciências da Natureza; <input type="checkbox"/> Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; <input type="checkbox"/> Sociabilidade; <input type="checkbox"/> Capacidade de liderança; <input type="checkbox"/> Outros _____ _____

DADOS DA INSTITUIÇÃO

1- Período do plano _____ a _____
2- SRM/ AH/ SD _____
Duração do Atendimento: _____ - _____
3- Frequência do Atendimento Semanal: 1 vez () 2 vezes () 3 vezes ()
4- Nome da Instituição: _____
5- Endereço: _____
6- Composição do Atendimento ()Sala de Recursos Multifuncional AH/ SD ()Outros _____
1- A Escola possui acessibilidade física: ()Sim ()Não; <ul style="list-style-type: none"> • Possui Sala de Recursos Multifuncional: ()Sim ()Não • Possui Sala de Recursos Multifuncional para Altas Habilidades e Superdotação: ()Sim ()Não
2- Nome da Escola encaminhada.
2.1- Professor _____
2.2- Diretor _____
2.3- Pedagogo (a) _____
2.4- Responsável pela elaboração do PEI (cargo/ nome) _____

CARGO	NOME
Especialista	
Professor de Apoio (quando houver)	
Guia Intérprete (quando houver)	
Professor de Sala de Recursos (quando houver)	

Professor de Sala de Recursos de AH/SD	
Regente(s) de turma/aula	
Psicólogo	
Fonoaudiólogo (se houver necessidade)	
Terapia Ocupacional (se houver necessidade)	

ENTREVISTA COM O RESPONSÁVEL

a) Como foi o desenvolvimento do aluno? (Gestação, nascimento, desenvolvimento da fala, motor e socioafetivo).

b) Como se dá a comunicação: () Verbal () Não –Verbal

Especifique: _____

c) Apresenta dificuldade de locomoção? () Sim () Não

Em caso positivo, qual a adaptação necessária?

d) Apresenta autonomia e independência nas atividades do cotidiano?

() Sim () Não

Exemplifique: _____

e) Tem interesse por brinquedos, vídeos, filmes, lazer, música e outros? () Sim () Não

Exemplifique:

f) Como é a relação com os familiares e demais pessoas?

g) Com que idade iniciou sua vida escolar? Observações importantes:

TERMO DE COMPROMISSO

Eu _____, RG, _____

Assumo o compromisso da frequência regular do meu filho(a) _____, nos estudos de complementação/superação da educação no Atendimento Educacional Especializado – AEE na Sala de Recursos Multifuncionais com Altas Habilidades e Superdotação, nos dias e horários estabelecidos pela escola, bem como, dar o apoio necessário e comparecer à instituição de ensino quando solicitado.

Balsa Nova, _____ de _____ de 20_____

Assinatura do Responsável

ATENDIMENTO EDUCACIONAL

Necessidades identificadas:

Áreas de interesses ou talentos:

Recursos pedagógicos necessários

Recursos pedagógicos disponíveis:

Número de atendimentos previstos/semana _____

Número de atendimentos realizados/mês _____

Período de plano da aplicação de Atendimento Educacional

Especializado: _____

PLANO EDUCACIONAL

Responsável do estudante:

Data: _____ / _____ / _____

Professor (a):

Pedagoga:

Diretora: _____

12- TRABALHO NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL- SRM

Na Sala de Recursos Multifuncional o profissional de educação (Professor com especialização em Educação Especial), tem por objetivo ofertar um conjunto de ações pedagógicas aos estudantes com Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos, Altas Habilidades, matriculados nas escolas da rede municipal de ensino, com intuito de eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização e desenvolver ainda mais as potencialidades dos alunos.

Considera-se Sala de Recursos Multifuncionais, o espaço organizado com material didático, profissionais da educação especializados em Educação Especial, recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade, objetivando a oferta do Atendimento Educacional Especializado.

A Sala de Recursos Multifuncionais deverá estar devidamente autorizada pela Secretaria de Estado de Educação (SEED), e registrada na Vida Legal da Instituição de Ensino com vigência válida.

Cada Sala de Recursos Multifuncionais SRM (20h/s) poderá atender até 20 estudantes. Sendo divididos em tantas turmas (cronograma) quantas forem necessárias para organização do atendimento pedagógico. O estudante só poderá ser matriculado em uma única turma e esta deverá ser registrada no Sistema Estadual de Registro Escolar/SERE, conforme cronograma.

O trabalho pedagógico da Sala de Recursos Multifuncionais - SRM deve ser articulado com a proposta pedagógica da escola e realizado por meio de cronograma, em grupo e/ou individual, conforme as especificidades e necessidades de aprendizagem do estudante, no período contrário da escolarização.

O estudante deverá receber o maior número de atendimentos e carga horária possível (cronograma), atendendo a sua necessidade específica de aprendizagem, podendo frequentar mais de duas horas/aula no dia, conforme necessidade pedagógica do estudante e a organização da Instituição de Ensino.

12.1- Ações do Professor da SRM

Ao professor especialista que atua na SRM, caberá as seguintes atribuições:

- definição e cumprimento do cronograma, em parceria com o pedagogo (e, sempre que possível), levando em consideração às necessidades do estudante;
- Organização das atividades do atendimento do estudante na Sala de Recursos Multifuncionais;
- Elaboração e aplicação da avaliação pedagógica no contexto escolar para elaboração do plano de atendimento educacional especializado.

O Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos é ofertado no contraturno da escolarização, para estudantes efetivamente matriculados nas escolas da rede municipal de ensino. Cada escola é responsável pela matrícula dos estudantes na Sala de Recursos Multifuncionais, em casos em que a escola não ofereça esse atendimento, o pedagogo deverá orientar os responsáveis do aluno na escola mais próxima a procurar pelo atendimento educacional especializado.

A matrícula do estudante deverá ser registrada no Sistema Estadual de Registro Escolar/ SERE, de acordo com o cronograma de cada turma que compõe a Sala de Recursos Multifuncionais - SRM.

12.2- Casos em que são matriculados na Sala de Recursos Multifuncional

Atualmente o Público Alvo de alunos em que se enquadram para atendimento é conforme a Instrução Normativa **ORIENTAÇÃO nº 004/2018- DEE** (Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Transtornos Funcionais Específicos) **INSTRUÇÃO Nº 06/2016 SEED/SUED** (Estabelece critérios para o Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais no Ensino Fundamental - Deficiência Visual) **demais orientações e Instruções normativas serão seguidas assim que surgirem casos específicos.**

Os estudantes com altas habilidades/superdotação também são público-alvo da sala de recursos. As regras estão dispostas na Instrução Nº 010/2011-SUED/SEED.

12.3- Casos em que são matriculados na Classe Especial

Para ingresso na Classe Especial a que ser considerada a DELIBERAÇÃO Nº 02/2016 Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná. Instrução Nº 03/04 - Estabelece critérios para o funcionamento da CLASSE ESPECIAL de 1º ao 4º anos do Ensino Fundamental, na área da Deficiência Mental.

12.4- Casos em que são matriculados na Escola na modalidade de Educação Especial

Para ingressar na Escola de Modalidade de Educação especial o aluno precisa passar por algumas avaliações pedagógicas, além de ter posse de um laudo onde conste seu CID, conforme INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2019 – SEED/DPGE, que instrui sobre os procedimentos para efetivação das Matrículas nas Instituições de Ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica e nas Escolas de Educação Básica - modalidade Educação Especial e ainda de acordo com o documento da Secretaria de Estado da Educação superintendência da Educação Departamento de Educação Especial, intitulado, ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA DAS ESCOLAS ESPECIALIZADAS DO ESTADO DO PARANÁ e ainda **Parecer CEE/Bicameral Nº 128/2018** - que juntamente com o **Parecer CEE/CEIF/CEMEP Nº 07/2014** organizam as Escolas de Educação Básica, na Modalidade Educação Especial, os estudos dos Subsídios para organização Administrativa e Pedagógica da Escola Especializada, de acordo com as novas orientações da **Deliberação nº 02/2018 - CEE/PR** e do Referencial Curricular do Paraná: Princípios, direitos e orientações, além de principiar reflexões sobre o Currículo Funcional.

12.5- Grupos de atendimento multiprofissional

O Trabalho deverá ser desenvolvido por todos os profissionais de apoio em grupos ou individualmente, em prol do desenvolvimento do aluno no que se refere a áreas do desenvolvimento (cognição, socioafetivo, emocional e sensório-motor).

12.6- Sala de Apoio escolar/Reforço escolar

Identificadas as necessidades educacionais do aluno pela instituição de ensino ou equipe avaliadora estes devem ser atendidos de acordo com a disponibilidade das escolas/ CMEIs, com a possibilidade de ofertar atendimento de sala de apoio e reforço escolar. Estas devem ser realizadas de forma a desenvolver o aluno integralmente, atuando na dificuldade pontual do mesmo, podendo ser com professor/educador que dispuser de tempo livre na instituição.

12.7- Encaminhamentos para a rede de atendimento multisetorial

À medida que a equipe de avaliação psicoeducacional, identificar casos em que sejam necessários atendimento dos demais equipamentos da Rede, estes serão encaminhados para as devidas providências.

12.8- Casos para o Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar (CT) é um órgão criado desde 1990 para garantir o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), atuando como um dispositivo de defesa e proteção dos direitos. Considerando que o Conselho Tutelar exerce as funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos, aplicando as medidas protetivas pertinentes a cada caso (conforme artigo 131 ao 135 do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990), a Equipe de Avaliação encaminhará o caso via e-mail para o Conselho Tutelar, com cópia para os integrantes do Protocolo Pilar e aguardará a resposta da ação de encaminhamento findando ou sendo enviado a outras providências necessárias, inclusive ao Ministério Público ou à Promotoria do Paraná.

Independente dos casos identificados na Avaliação Psicoeducacional, as Instituições de Ensino nas quais estão inseridas as Classes Especiais e Sala de Recursos Multifuncional e também a Escola Especial, devem acionar o Conselho Tutelar quando uma situação sai do controle escolar, dos conhecimentos técnicos e pedagógicos da escola.

13- TRABALHO EM REDE: COMO ARTICULAR E COMO ATENDER

13.1- Secretaria Municipal de Saúde

Fluxo para atendimento psicológico:

- Agendar consulta médica na Unidade Básica de Saúde diretamente com o enfermeiro;
- A consulta será agendada e o solicitante entra em contato com o familiar da criança informando data e horário da consulta clínica na UBS. Na sequência será realizada a estratificação de risco em saúde mental pelo enfermeiro e encaminhado para atendimento psicológico.

Encaminhamento para psiquiatria e/ou fisioterapia:

- Agendar consulta médica na UBS (Unidade Básica de Saúde) diretamente com o enfermeiro;
- Enviar via e-mail formulário (em anexo doc. saúde) a consulta será agendada e o solicitante entra em contato com o familiar da criança informando data e horário da consulta clínica na UBS. Após consulta o paciente leva guia de solicitação até a Secretaria Municipal de Saúde ou UBS de referência para agendamento da especialidade.

Demais consultas com especialistas solicitadas pela Rede externa (Consórcio e/ou demais Hospitais de Referência) – O responsável leva a guia até a Secretaria Municipal de Saúde ou UBS de referência. Encaminhamento da Educação para o fluxo da (Saúde em anexo.).

13.2- Secretaria de Assistência Social

Nos casos identificados como demanda para a Assistência Social, os estudantes serão encaminhados a Assistente Social da Secretaria Municipal de Educação, o qual fará as devidas orientações, visitas domiciliares e posteriores encaminhamentos. Fluxo anexo

13.3- Atendimento Multiprofissional

O quadro de Profissionais que realizam atendimentos atualmente nas instituições são: Psicólogo, Assistente Social, porém cabe ressaltar sobre a importância da atuação dos demais profissionais, Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional, Fisioterapeuta, Psiquiatra e Neuropediatra.

Nesse cenário, a equipe multiprofissional tem papel essencial no alívio dos sintomas e na melhora da qualidade de vida. Cada profissional contribui com o seu conhecimento a fim de proporcionar ao paciente os melhores resultados em seu diagnóstico, tratamento e recuperação. Seu objetivo principal é possibilitar um olhar global sobre as dificuldades do paciente a fim de estabelecer o melhor plano de intervenção.

14- ACIONAMENTO DO SERVIÇO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PELOS DEMAIS EQUIPAMENTOS DA REDE

14.1- Aacionamento por profissionais de saúde

Fluxo para **atendimento psicológico** – Agendar consulta médica na UBS diretamente com o enfermeiro; enviar via e-mail formulário (em anexo), a consulta

será agendada e o solicitante entra em contato com o familiar da criança informando data e horário da consulta clínica na UBS. Na sequência será realizada a estratificação de risco em saúde mental pelo enfermeiro e encaminhado para atendimento psicológico.

Encaminhamento para **psiquiatria e/ou fisioterapia** - Agendar consulta médica na UBS diretamente com o enfermeiro; enviar via e-mail formulário (em anexo) a consulta será agendada e o solicitante entra em contato com o familiar da criança informando data e horário da consulta clínica na UBS. Após consulta o paciente leva guia de solicitação até a Secretaria Municipal de Saúde ou UBS de referência para agendamento da especialidade.

Demais consultas com especialistas solicitadas pela Rede externa (Consórcio e/ou demais Hospitais de Referência) – O responsável leva a guia até a Secretaria Municipal de Saúde ou UBS de referência.

Deverão solicitar à Secretaria Municipal de Educação via ofício os questionamentos a serem esclarecidos, encaminhados ou respondidos.

14.2- Acionamento por profissionais da Política de Assistência Social

Os encaminhamentos serão realizados através de ofícios e enviados para a Equipe da AEE.

14.3- Acionamento por profissionais da ATMP/Protocolo Pilar

Instituída através da Lei Federal nº 13.935/2019, e pela Lei Municipal nº 1236/2021, a equipe de Apoio Técnico Multiprofissional (ATMP/PILAR) teve sua instalação efetiva no dia 21 de março de 2022. Ainda no ano de 2022, foi construído o Protocolo Pilar, compilando as orientações dos Conselhos Federais de Psicologia

(CFP) e de Serviço Social (CRESS), para as boas práticas na atuação da referida equipe multiprofissional.

A equipe de Apoio Técnico Multiprofissional (ATMP/PILAR) é composta atualmente por um Psicólogo Educacional e uma Assistente Social. O trabalho é realizado de forma individual ou conjunta, sendo os resultados dos atendimentos os subsídios técnicos para a tomada de ação.

Os acionamentos desta equipe para a equipe do AEE são realizados quando percebidas as situações de necessidades avaliativas e de apoio educacional especializado, seja após uma avaliação complementar, um atendimento individualizado ao estudante, ou ainda, após a definição em estudo de caso.

É através dos estudos de caso, realizados nas sextas feiras no período da manhã, ou ainda, a qualquer momento quando for casos de urgências, que a troca de informações e definições de um plano de atendimento, que contemple as ações de ambas as equipes, visando a plena atenção às necessidades educacionais do estudante, que será efetivado o pleno atendimento ao estudante pelas equipes técnicas municipais. (Serão construídas pelas equipes em conjunto)

A definição do plano de atendimento constará na ata de reunião das equipes, e ainda, nos anexos do PEI do estudante, e nos planos individuais de atendimento da equipe ATMP/PILAR, onde será anotado o andamento do caso.

15- MEDICALIZAÇÃO NA ESCOLA/CMEI

A medicalização (como o radical da palavra indica) é um procedimento proveniente de uma prescrição médica, ou seja, é o profissional da medicina quem tem competência para receitar algum medicamento para a criança. Cabe à equipe da escola e demais profissionais de educação, fazer encaminhamentos para especialistas, quando constatar atitudes comportamentais e/ou defasagens de aprendizagem, que extrapolam o comportamento/ aprendizado típico esperado para a idade biológica e/ou ano/ ciclo que o aluno está inserido.

Resguardadas as atribuições de cada especialista que atende à criança e, caso o aluno necessite tomar alguma medicação, caberá ao responsável legal pelo infante (no ato da matrícula ou imediatamente após a receita de uma nova medicação) informar à equipe da escola/CMEI, primeiramente ao Secretário da Instituição de ensino (se for medicamento de uso contínuo ou prolongado) e após, informar a equipe gestora: pedagoga e/ou diretora, para estabelecer horário da medicação, quem ministrará o medicamento ao estudante, bem como os efeitos colaterais (se houver) a que a criança será submetida.

15.1- Administração de medicamentos

Na escola especializada com frequência muitos estudantes necessitam de medicamentos de uso contínuo e controlado, às vezes, a depender de horários e dosagem devem ser administrados no espaço escolar.

Considerando a Resolução 162/2005 – Secretaria de Estado da Saúde do Paraná, no título “Procedimentos Gerais e de Saúde”, item 22: Poderão ser administrados medicamentos de uso contínuo na escola, desde que autorizados e entregues pelos pais ou responsáveis e identificados com o nome da criança e posologia. Deverão ser mantidos fora do alcance das crianças.

No entanto, é preciso ficar claro que a medicação na escola deve ser uma exceção e seguir uma série de critérios e cuidados são importantes para garantir a segurança do estudante e respaldo à escola. A escola deverá orientar à família para adequar o horário das medicações, de modo que não sejam administradas no horário escolar.

Os pais/responsáveis deverão assinar o “Termo de Responsabilidade”, onde constam informações sobre o medicamento, dose e horário. A Escola deverá solicitar uma cópia da receita médica com o nome do estudante, do medicamento, do médico com seu respectivo CRM (número do Registro no Conselho de Medicina), dose e horários de administração, que deverá ficar arquivada na pasta individual do estudante, na secretaria da escola.

A família deverá entregar o medicamento “em mãos” para a equipe pedagógica da escola, na embalagem original, devidamente identificado com o nome do estudante, dose e horário de administração.

A escola deverá orientar a família para não enviar o medicamento na mochila do estudante, isso facilita o acesso ao medicamento e poderá promover a ingestão acidental.

O medicamento deverá ser armazenado em local seguro (fora do alcance de crianças), se possível em caixa de acrílico transparente ou caixas organizadoras, tampadas e protegidas da luz. Em hipótese alguma, deixar os medicamentos em locais como mesas do professor, pias, banheiros ou próximos materiais de limpeza.

A escola deverá eleger entre seus profissionais, aquele que ficará responsável pela administração de medicamentos. Este profissional deverá fazê-la apenas se compreender claramente a prescrição médica e conferir a dose, horário, nome do estudante e nome do medicamento. Sugere-se, para maior segurança, que a administração do medicamento seja realizada por uma dupla de profissionais para checagem de todos os dados.

Sempre que houver sobras de medicamentos, devolvê-las à família. Medicamentos que necessitam de preparo antes da administração (diluição em água,

por exemplo), deverão preferencialmente ser preparados pelos pais antes de entregar à escola.

Não é recomendada a administração de chás ou produtos feitos de plantas aos estudantes. Em outras palavras: evitar administrar remédios caseiros, sem comprovação científica, principalmente no ambiente escolar.

Medicamentos injetáveis como insulina, por exemplo, poderão ser administrados na escola, desde que estejam presentes a prescrição médica e o profissional responsável tenham recebido as orientações da família. Neste caso, a escola poderá solicitar orientação e/ou auxílio de um enfermeiro da unidade de saúde mais próxima. A mesma recomendação para os medicamentos inalatórios como bombinhas para a asma.

Estudantes que apresentam efeitos colaterais decorrentes do uso de medicamentos, como febre, diarreia, vômitos entre outros sintomas, não poderão permanecer na escola. Os pais deverão ser comunicados para que possam tomar as medidas necessárias.

Quando houver necessidade de troca de medicamentos, ajustes da dosagem prescritos pelo médico, o estudante poderá faltar às aulas, para readaptação, se necessário.

Todas as reuniões realizadas com a família, unidade de saúde e outros envolvidos deverão ser registradas em Ata, devidamente assinadas pelos participantes maiores de idade.

15.2- Troca de sonda

A troca de qualquer tipo de sonda é um procedimento complexo, pois envolve risco de infecção para o estudante que faz uso deste tipo de equipamento. Assim, a Lei Federal 7.498/86 regulamentada pelo Decreto 94.406/87 dispõe sobre o exercício profissional da Enfermagem, em seu artigo 11, inciso I, alínea “m”, em que define como ação privativa do Enfermeiro os cuidados de enfermagem de maior

complexidade técnica e que exijam conhecimento de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas.

Sendo assim: o profissional da escola não deve realizar procedimentos de troca ou limpeza de sonda. O manuseio da sonda deverá ser realizado pela família do estudante, ou profissional da unidade de saúde mais próxima.

<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>

15.3- Direito ao Diagnóstico de intervenção/providências

No processo de intervenção, atua diretamente sobre o indivíduo, seja: criança ou adolescente, procurando diagnosticar suas dificuldades e intervindo para a superação das mesmas. Inclui nesse processo a anamnese realizada com pais ou responsáveis, análise do material escolar, observação do desempenho da criança.

No decorrer da Avaliação Psicoeducacional, caso a equipe de Atendimento Educacional Especializado perceba ou a criança compartilhe alguma situação de violência, esta deverá ser registrada conforme ficha de encaminhamento do Protocolo Juventino. Conforme anexo

16- Estudos de Caso Profissional de Apoio Escolar - PAE ou Profissional de Apoio Educacional Especializado - PAEE

16.1- Com a equipe AEE

Nos casos recebidos, após o levantamento de necessidades em cada área de atuação em estudos de caso dentro do Protocolo Pilar, o caso é levado a estudo com a equipe do AEE. Esta atende situações de Avaliações Psicoeducacionais, avaliações Fonológicas, atendimentos de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, além do manejo de casos de inclusão em Classe Especial e Salas de Recursos Multifuncionais. A

investigação dos casos entre as equipes aprimora a resolução das demandas a serem atendidas.

O Estudo de Caso apresentado a seguir embasado na “ORIENTAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO DE CASO” do Departamento de Educação Especial - SEED/DEDUC/DEE 2021, é uma estratégia metodológica para abordar de modo singular, a multiplicidade de questões relacionadas aos estudantes com DFN (Deficiência Física Neuromotora) e com TEA (Transtorno do Espectro Autista).

A atuação ocorre de acordo com critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 02/2012, que prevê a oferta aos estudantes com deficiência Física Neuromotora (DFN) e pela Instrução Normativa nº01/2016, que orienta a oferta aos estudantes com diagnóstico médico de Transtorno do Espectro Autista (TEA), após Estudo de Caso, pedagógico e criterioso, mas não por indicação médica, bem como não de forma individual e permanente.

Demais alunos com laudos médicos que demandem atendimento de Profissional de Apoio. Se já tem laudo médico, deverá ser encaminhado para os devidos atendimentos, em consonância com a orientação do laudo e com a legislação educacional vigente.

Esta metodologia de coleta de informações, utilizada nas diferentes áreas do conhecimento, busca averiguar elementos do cotidiano frequentemente envolvendo uma situação complexa, para fins de acompanhamento, tratamento, bem como real necessidade do Profissional de Apoio aos estudantes deste contexto.

Os profissionais que farão o estudo de caso, serão os professores regentes e Sala de Recursos, Diretores, Pedagogos, Psicólogos e Assistentes Sociais.

16.2- Diretor

- Encaminhar ofício solicitando o estudo de caso, indicando os nomes de todos os alunos com TEA e DFN;
- Ouvir os pais, professores e relatar situações pertinentes dos alunos público alvo, e enviar o relatório individual juntamente com o ofício. Colocar no relatório:

16.3- Professor Regente

Realizar a observação em sala (material, comportamento, etc.);

Dialogar com os demais professores envolvidos no processo;

Características do estudante, familiares, estilo e ritmo de aprendizagem;

Comportamento e atitudes com os colegas;

Identificar a hipótese dos impasses (ambiente familiar, social, saúde, escolar);

Indicar aspectos positivos;

Indicar aspectos negativos;

16.3.1- Questionário a ser aplicado

Obs. Outras questões poderão ser acrescentadas

1. Informações sobre o estudante: idade, ano/série, escolaridade, tipo de deficiência, outros.

2. Informações apuradas sobre o estudante:

a. Gosta da escola?

b. Tem amigos?

c. Tem um colega preferido?

d. Quais as atividades que mais gosta de fazer?

- e. Que tarefas são mais difíceis para ele e por quê?
- f. Expressa suas necessidades, vontades e interesses, de que maneira?
- g. Solicita o auxílio aos professores?
- h. Considera importante vir à escola?
- i. Expressa a sua opinião sobre os apoios (material pedagógico, equipamentos e professores) que há na escola? Desejaria ter outros? Quais?

3. Informações coletadas sobre a escola:

- a. O estudante participa de todas as atividades e interage em todos os espaços da escola? Como?
- b. Se não participa, por quê?
- c. Das atividades propostas para a turma, quais o estudante realiza com facilidade e quais ele não realiza ou realiza com dificuldade? Por quê?
- d. Como é a participação do estudante nas atividades propostas à sua turma? Participa das atividades integralmente, parcialmente ou não participa?
- e. Quais são as necessidades específicas do estudante, decorrentes da deficiência?
- f. Quais são as barreiras impostas pelo ambiente escolar?
- g. Que tipo de atendimento educacional e/ou clínico o estudante já recebe e quais são os profissionais envolvidos?
- h. O que os professores pensam sobre interesses e expectativas do estudante, em relação a sua formação escolar?

i. Como é esse estudante do ponto de vista social, afetivo, cognitivo, motor, familiar e outros?

j. Qual a avaliação que os professores fazem sobre o desempenho escolar desse estudante?

k. Quais as preocupações apontadas pelos professores e quais os apoios que eles sugerem para que o estudante atinja os objetivos educacionais traçados para a sua turma?

l. Como a comunidade escolar percebe a interação do estudante com os seus colegas de turma?

m. Quais as expectativas escolares dos professores, em relação a esse estudante?

n. Quais são as principais habilidades e potencialidades do estudante, segundo os professores?

o. Qual motivo levou os professores a solicitarem os serviços do AEE, no turno, para esse estudante?

p. A escola dispõe de recursos de acessibilidade para o estudante, tais como: mobiliário, materiais pedagógicos, informática acessível, dentre outros?

q. Quais os recursos humanos e materiais que a escola não dispõe e que são necessários para esse estudante?

r. Quem avaliou os recursos utilizados por esse estudante? Eles atendem às suas necessidades?

s. Como é o envolvimento afetivo e social da turma com o estudante?

t. Qual é a opinião da escola (equipe pedagógica, diretor, professores, colegas de turma) sobre seu desenvolvimento escolar?

4. Informações coletadas sobre a família:

- a. Qual é a opinião da família sobre a vida escolar do estudante?
- b. A família se envolve com a escola?
- c. Participa de reuniões, de comemorações, entre outras atividades da escola?
- d. Qual a opinião sobre os direitos de seu filho no processo de inclusão escolar?
- e. A família identifica habilidades, necessidades e dificuldades na vida pessoal e escolar do estudante? Quais?
- f. Quais as expectativas da família, em relação ao desenvolvimento e à escolarização de seu filho?

16.4- Como fazer o Planejamento do Estudo de Caso:

Pesquisa e coleta de dados	
Apresentação do Problema	<ul style="list-style-type: none"> ● ouvir os motivos para a solicitação do atendimento no turno; ● registrar a argumentação do professor, do estudante e da família; ● realizar a observação na sala de aula do estudante para averiguar a sua interação com os colegas, professores e com a demanda pedagógica em sala de aula, além da organização e gestão da sala de aula pelos professores; ● observar o estudante nos demais espaços escolares como, por exemplo: no recreio, na biblioteca, no refeitório, dentre outros; ● realizar entrevistas com os professores das disciplinas e com a família e/ou responsáveis; fazer a avaliação pedagógica do estudante na Sala de Recursos Multifuncional (SRM).
Levantamento dos impasses e das hipóteses do problema	<ul style="list-style-type: none"> ● identificar o tipo do problema – a respeito dos aspectos: cognitivo; de linguagem; de contexto (ambiente escolar, familiar e cultural); de saúde mental; de desenvolvimento físico; afetivo; social; e de aprendizagem; ● identificar a origem do problema: escola; sala de aula; relação com os professores; família; material

	<p>pedagógico; aprendizagem; afetividade e sociabilidade; cognição; comunicação; locomoção etc.;</p> <ul style="list-style-type: none"> • perguntar, ainda, quem são as pessoas envolvidas no problema; • fazer relação entre as informações coletadas sobre as características do estudante e o seu meio, apoiando-se sobre diferentes aspectos e destacando os pontos fortes e as dificuldades referentes ao/à: desenvolvimento e funcionamento cognitivo; linguagem; e ambiente escolar (colegas e professores, ambiente na turma, gestão da classe, abordagens pedagógicas, avaliação da aprendizagem); • identificar as características familiares e do ambiente social, e as aprendizagens escolares; • identificar os estilos e os ritmos de aprendizagem, o desenvolvimento afetivo-social e as interações sociais; • identificar os comportamentos e atitudes do estudante em situação de aprendizagem (centrado na tarefa, respeito pela tarefa); desenvolvimento psicomotor e saúde. <p>As observações em sala de aula, as interações com o estudante e com os professores das diferentes disciplinas, a entrevista com os pais e a avaliação do estudante na SRM são relacionadas entre si, para que o professor compreenda melhor a origem do problema do estudante, no âmbito do AEE. Se necessário, pode-se precisar realizar uma pesquisa bibliográfica para ampliar os seus conhecimentos sobre a problemática do estudante.</p>
<p style="text-align: center;">Estudo, identificação do problema</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nesta etapa, o professor consegue identificar o tipo e a natureza do problema, a partir das informações obtidas com o estudante, por meio de avaliação pedagógica no espaço da SRM e no contexto escolar/familiar, na etapa. • O professor analisa o conjunto dos dados e as relações entre eles, estabelecidos na etapa 2. O professor estuda o que provoca a situação problemática vivida pelo estudante e formula suas hipóteses sobre a natureza do problema. • Se a situação for complexa a ponto de dificultar a elaboração de uma hipótese explicativa satisfatória, então o professor deve aprofundar sua pesquisa em busca de elementos que possam esclarecer melhor a situação-problema do estudante. Nessa busca pela ampliação do repertório de informação, poderá ser necessário requerer uma avaliação envolvendo outras áreas de conhecimento, como: Psicologia, Neurologia e/ou Psiquiatria, Fisioterapia etc. • O professor avalia se os conhecimentos de que dispõe são suficientes para entender o problema e propõe uma hipótese para solucioná-lo. Em caso afirmativo, ele deve escrever suas conclusões sobre os fatores que podem provocar os comportamentos que impedem o acesso aos conteúdos curriculares. • O professor deve indicar os aspectos que considera positivos no estudante ou em seu ambiente, os quais podem favorecer a aprendizagem e a interação em sala de aula.

<p style="text-align: center;">Solução do problema</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Após a construção de uma hipótese explicativa, o professor inicia o processo de solução do problema e questiona: <ul style="list-style-type: none"> - Que recursos humanos e materiais são necessários para resolver o problema? Onde encontrá-los? Eles estão disponíveis na sua comunidade? Quais os parceiros e colaboradores que podem contribuir? Onde encontrá-los? Que potencialidades do estudante e do seu meio social e familiar podem ajudar na solução do problema? ● Nesta etapa, o professor do AEE levanta as possibilidades que podem facilitar a elaboração e enriquecer o plano de atendimento, com as intervenções necessárias.
<p style="text-align: center;">Elaboração do plano de atendimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Para elaboração do plano de atendimento, o professor deve definir os objetivos a serem alcançados nas intervenções pedagógicas. ● O professor propõe ações colaborativas com os professores das disciplinas, e planejam juntos as atividades a serem desenvolvidas. Além disso, estabelece o período para o desenvolvimento do plano, bem como os resultados esperados. ● Após a elaboração do plano de atendimento, o professor avalia se este é coerente com a solução proposta para o problema, se é adequado para a realidade do estudante, se os conhecimentos em relação às necessidades do estudante foram suficientes para a sua adequada elaboração. ● Periodicamente, deve-se reavaliar o plano estabelecido, verificando se ele está surtindo os efeitos esperados e se necessita de ajustes.

Profissionais envolvidos no estudo de caso e procedimentos Pedagogo/a, Professor/a, Psicólogo/a, Assistente Social, Fonoaudiólogo/a, Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta.

17- SITUAÇÕES ATENDIDAS PELA AEE

17.1- Atendimento em grupo (de Psicomotricidade)

O objetivo do atendimento em grupo é o de promover a troca onde os mesmos exercitam suas capacidades de comunicação em busca de um objetivo, com o estabelecimento de interações entre todos os participantes, possibilitando o compartilhamento das experiências e reflexões sobre seus pensamentos e comportamentos.

A psicomotricidade no desenvolvimento da criança contribui para melhorar a coordenação motora, tarefas de praxia global e fina, que por sua vez ajudará na aprendizagem da leitura, escrita, concentração e raciocínio lógico.

A psicomotricidade é sustentada por três conhecimentos básicos: o movimento, o intelecto e o afeto. Sendo estruturada por três pilares: o querer fazer (emocional) – sistema límbico, o poder fazer (motor) – sistema reticular e o saber fazer (cognitivo) – córtex cerebral.

A psicomotricidade, como estimulação aos movimentos da criança, tem como meta: - Motivar a capacidade sensitiva através das sensações e relações entre o corpo e o exterior (o outro e as coisas), cultivar a capacidade perceptiva através do conhecimento dos movimentos e da resposta corporal.

17.2- Reuniões com Professores e Diretoras das Instituições

As reuniões deverão ocorrer sempre que houver necessidade e demanda, para dialogar sobre o repasse de informações da avaliação psicoeducacional, atualização das legislações vigentes e orientações gerais que se façam necessárias. No caso da reunião com Diretoras, será agendada no mínimo uma vez a cada trimestre.

17.3- Reuniões com as unidades educacionais pais e responsáveis

As reuniões com as unidades educacionais pais e responsáveis seguem o rito da necessidade, onde cada conjunto de casos, quando houver demandas, serão levadas a reuniões.

17.4- Reunião interna com a equipe da AEE

As reuniões com as equipes internas seguem o rito da necessidade, em que as demandas serão levadas para a Equipe de apoio Técnico Multiprofissional e a Equipe de Avaliação Psicoeducacional. (periodicidade, local, e pauta previamente definidas). Em quaisquer casos onde seja necessária a intervenção da equipe AEE, deve ser acionada a reunião ordinária interna. Estas reuniões serão realizadas uma vez ao mês, na última sexta-feira no período da manhã.

17.5- Reuniões com a gestão da SMECE

A reunião interna com a gestão deve ser acionada em quaisquer casos onde seja necessária a intervenção da gestão da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte nas decisões da equipe AEE.

17.6- Encaminhamentos

Os encaminhamentos aos demais equipamentos, para continuidade do atendimento, devem seguir a rotina estabelecida neste documento. em todas as hipóteses de encaminhamentos, devem ser esgotadas as possibilidades de atendimento a este educando no âmbito da SMECE. Para o encaminhamento, além de dados básicos preenchidos no formulário de encaminhamento, podem ser enviados outros dados sobre este educando, caso haja necessidade.

17.7- Instrumentais da equipe

17.7.1- Relatórios

Os relatórios configuram-se em documentos emitidos pelos profissionais ou pelo departamento. Os relatórios Social e Psicológico tem como função relatar pareceres de cada área técnica que compõe o serviço da AEE, para subsidiar os processos de aprendizagem do educando.

17.7.2- Relatório Psicológico

Conforme orientação do Conselho Federal de Psicologia, na Resolução CFP n.º 01/2009 o relatório psicológico é um documento que, por meio de uma exposição escrita, descritiva e circunstanciada, considera os condicionantes históricos e sociais da pessoa, grupo ou instituição atendida, podendo também ter caráter informativo. Visa a comunicar a atuação profissional da(o) psicóloga(o) em diferentes processos de trabalho já desenvolvidos ou em desenvolvimento, gerando orientações,

recomendações, encaminhamentos e intervenções pertinentes à situação descrita no documento, não tendo como finalidade produzir diagnóstico psicológico.

O relatório psicológico é uma peça de natureza e valor técnico-científico, devendo conter narrativa detalhada e didática, com precisão e harmonia. A linguagem utilizada deve ser acessível e compreensível à(ao) destinatária(o), respeitando os preceitos do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Ainda, deve ser construído com base no registro documental elaborado pela(o) psicóloga(o), em conformidade com a Resolução CFP n.º 01/2009 ou resoluções que venham a alterá-la ou substituí-la.

18- REFERÊNCIAS

Adequação Curricular. Disponível em:

<https://sites.google.com/site/aeelayde/adaptacao-curricular>. Acesso em: 15 de maio de 2023.

Adaptação Curricular e Diplomação de Alunos com Necessidades Educacionais Específicas. Andréa Poletto Sonza Assessoria de Ações Inclusivas COEN, 20/08/14, Disponível em: https://ifrs.edu.br/restinga/wp-content/uploads/sites/5/2018/04/orientacoes_sobre_ac_e_diplomacao_para_pnee.pdf Acesso em: 22 de maio de 2023.

AVANCI, J.Q; PINTO, L. W; ASSIS, S. G. **Notificações, internações e mortes por lesões autoprovocadas em crianças nos sistemas nacionais de saúde do Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 26, suppl. pp. 4895-4908. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-812320212611.3.35202019>. Acesso em novembro de 2022.

Balsa Nova, Câmara de Vereadores. **Lei ordinária nº 1236 de 2021. Regulamenta a lei federal nº 13935 de 11 de dezembro de 2019 para dispor sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social na rede pública de ensino do município de Balsa Nova.** Disponível em <<http://leismunicipa.is/aszuf>>. Acesso em 30 de agosto de 2023.

BARBOSA, Alexandre Lucas de Araújo, Anjos, Ana Beatriz Leite dos e Azoni, Cíntia Alves Salgado. **Impactos na aprendizagem de alunos da educação básica durante o isolamento físico social pela pandemia do COVID-19.** CoDAS [online]. 2022, v. 34, n. 4. e20200373. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-1782/20212020373>>. Acesso em 07 de dezembro de 2022.

BOLSONI-SILVA, Alessandra; PERALLIS, Claudya; NUNES, Patricia. **Problemas de comportamento, competência social e desempenho acadêmico: um estudo comparativo de crianças no ambiente escolar e familiar.** Temas psicol., Ribeirão Preto , v. 26, n. 3, p. 1189-1204, set. 2018 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2018000300003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 07 dezembro de 2022. <http://dx.doi.org/10.9788/TP2018.3-03Pt>.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em 7 de dezembro de 2022.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 15 de novembro de 2022.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. **Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm> Acesso em 2 de dezembro de 2022.

BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. **Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm> Acesso em 2 dezembro de 2022.

BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. **Resolução nº 3, de 16 de março de 2022. Institui condições para concessão e registro de psicóloga e psicólogo especialistas.** Disponível em <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-3-de-16-de-marco-de-2022-386760566>>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. **Psicólogos e Assistentes Sociais na rede pública de educação básica.** Disponível em <<https://site.cfp.org.br/publicacao/psicologas-e-assistentes-sociais-na-rede-publica-de-educacao-basica-orientacoes-para-regulamentacao-da-lei-13-935-de-2019/>>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

BRASIL, Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica.** Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/08/EducacaoBASICA_web.pdf>. Acesso em 04 de novembro de 2022.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação.** Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf> Acesso em 04 de novembro de 2022.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social. **Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo conselho federal de serviço social (CFESS).**

Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinio-technica.pdf>> acesso em 17 de novembro de 2022.

Brasil, Congresso Nacional. **Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.** Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/l13935.html>. Acesso em 30 agosto de 2023.

BRASIL, Conselho Federal de Serviço Social, **Sistematização e Análise de Registros da opinião Técnica Emitida pela/o Assistente Social.** Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opiniao-tecnica.pdf>>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

BRASIL, Blog GESSUAS, o que é Relatório Social e quais os tipos? Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opiniao-tecnica.pdf>. Acesso em 16 de novembro de 2022.

BRASIL, Blog GESSUAS, Conceito científico para visita domiciliar. Disponível em <https://www.google.com/search?q=conceito+cientifico+para+visita+domiciliar+servi%C3%A7>. Acesso em 17 de novembro de 2022.

CAVALCANTE DÉBORAH CARVALHO. Você sabia que crianças com necessidades alimentares especiais (NAE) podem receber alimentação especial na escola? Disponível em: <https://informasus.ufscar.br/voce-sabia-que-criancas-com-necessidades-alimentares-especiais-nae-podem-receber-alimentacao-especial-na-escola/>. Acesso em 29 de maio de 2023.

Conselho Federal de Fonoaudiologia. Resolução CFFa nº 309/2005. Dispõe sobre a atuação do Fonoaudiólogo na educação infantil, ensino fundamental, médio, especial e superior. Disponível em www.fonoaudiologia.org.br. Acesso em 23 de maio de 2023.

Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao> - CNE. Acesso em 23 de maio de 2023.

FRIEDBERG, R. D.; MCCLURE, J. M. **A prática de clínica de terapia cognitiva com crianças e adolescentes.** Porto Alegre: Artmed. 2004.

Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/unesp>. Acesso em 05 de maio de 2023.

Histórico Estadual. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>. Acesso em 23 de maio de 2023.

Lei Brasileira de Inclusão (LBI): entenda o que ela representa Disponível em: <https://equalweb.com.br/lei-brasileira-de-inclusao-lbi-entenda-o-que-ela-representa/> Acesso em 5 maio de 2023.

Lei das Diretrizes e Bases da Educação 9394/1996. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/direito/leis-diretrizes-bases-educacao-comentarios.htm>, Acesso em 5 de maio de 2023.

MEUR, A.; STAES, L. Psicomotricidade: educação e reeducação. São Paulo: Ed. Manole, 1991. PAN, M. A. G. de S. O direito à diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e a educação inclusiva. Curitiba: IBPEX, 2008.

O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) [organizadores Francisco de Assis Guedes de Vasconcelos, et al.]. - 2. ed. - Brasília : PNAE : CECANE- SC, 2012. 38 p.; il., grafs., tabs.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. Parecer CEE/CEIF/CEMEP 07/14. Curitiba: CEE, 2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Especial. Recursos pedagógicos na aprendizagem: subsídios e orientações. Curitiba: SEED/SUED/DEE, 1999.

PIAGET, J. Psicologia e Pedagogia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ROLIM NETO, M.L et al. **Depressão infantil e desenvolvimento psicocognitivo: descrição das relações de causalidade.** Rev. bras. crescimento desenvolv. hum., São Paulo, v. 21, n. 3, p. 894-898, 2011 .

Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822011000300016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 20 de novembro de 2022.

SALDANHA, C.C. et al. org. Avaliação de ingresso dos estudantes das escolas especializadas do Estado do Paraná / organizadores Cláudia Camargo Saldanha et al. – Curitiba : SEED – Pr., 2018. – 200 p.

Demais referências e citações de leis, dispostas nos elementos conceituais.

19-ANEXOS

19.1- ANEXO I- Modelo de relatório: Classe Especial e Escola na Modalidade Especial

<u>Turma- Instituição de Ensino</u>	
Professora/ educadora: E-mail-	
NOME DO (ALUNO)	
(1)-Aspectos Comportamentais <i>(Atitudes em sala de aula e ambiente escolar), se tem boa relação com os colegas e/ou professora) (Convívio Social) descrever situações específicas e ocorrências. Ações tomadas no momento da ocorrência.</i>	
(2) Aspectos sociais e familiares <i>(Se mora longe da escola; se a família participa ativamente da vida escolar do filho)</i>	
(3) Aluno da Educação Especial: <i>Identificar se possui laudo- especificar qual; Anotar que tipo de metodologia é mais eficaz com o estudante para desenvolver seu aprendizado.</i>	
4) Encaminhamentos de ações para o desenvolvimento da criança:	

<p>O que fez para ampliar as experiências da criança; mencionar ações desenvolvidas para auxiliar no desenvolvimento da criança; Pode relatar metodologias utilizadas para sanar dificuldades (utilização de espaços fora de sala de aula que proporcionam experiências enriquecedoras).</p>	<p style="text-align: center;">5) PROPOSTA DE INTERVENÇÃO</p> <p>Recomendações sobre como trabalhar com a criança, tanto metodológicas, quanto aos aspectos individuais (se precisa de algum atendimento especializado- no caso, se demanda de uma avaliação psicoeducacional).</p>
<p>(6) Desenvolvimento da criança nos respectivos campos de experiência:</p> <ul style="list-style-type: none"> -O eu, o outro e o nós. As crianças devem interagir entre si e com adultos para criar percepções sobre si mesmas e sobre os outros. -Corpo, gestos e movimentos. -Traços, sons, cores e formas. -Escuta, fala, pensamento e imaginação. -Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações. 	<p>OBS. Caso queiras fazer um relatório por extenso e sem tabela, basta usar os operadores apresentados, ou seja, começar o texto identificando o aluno, os aspectos comportamentais...</p>

19.2- ANEXO II- Modelo de parecer descritivo CMEI

<u>Turma- Instituição de Ensino</u>	
Professora/ educadora: E-mail-	
NOME DO (ALUNO)	
(1)-Aspectos Comportamentais (Atitudes em sala de aula e ambiente escolar), se tem boa relação com os colegas e/ou professora) (Convívio Social) descrever situações específicas e ocorrências. Ações tomadas no momento da ocorrência.	
(2) Aspectos sociais e familiares (Se mora longe da escola; se a família participa ativamente da vida escolar do filho)	
(3) Aluno da Educação Especial: Identificar se possui laudo- especificar qual; Anotar que tipo de metodologia é mais eficaz com o estudante para desenvolver seu aprendizado.	
4) Encaminhamentos de ações para o desenvolvimento da criança: O que fez para ampliar as experiências da criança; mencionar ações desenvolvidas para auxiliar no desenvolvimento da criança; Pode relatar metodologias utilizadas para sanar dificuldades (utilização de espaços fora de sala de aula que proporcionam experiências enriquecedoras).	
5) PROPOSTA DE INTERVENÇÃO Recomendações sobre como trabalhar com a criança, tanto metodológicas, quanto aos aspectos individuais (se precisa de algum atendimento especializado- no caso, se demanda de uma avaliação psicoeducacional).	

(6) Desenvolvimento da criança nos respectivos campos de experiência:

- O eu, o outro e o nós. As crianças devem interagir entre si e com adultos para criar percepções sobre si mesmas e sobre os outros.
- Corpo, gestos e movimentos.
- Traços, sons, cores e formas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

OBS. OBS. Caso queiras fazer um relatório por extenso e sem tabela, basta usar os operadores apresentados, ou seja, começar o texto identificando o aluno, os aspectos comportamentais...

19.3- ANEXO III- Formulário de solicitação para serviços/especialidades de saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE Balsa Nova
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE - CAMS

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO PARA SERVIÇOS/ESPECIALIDADES DE SAÚDE

PACIENTE / USUÁRIO:
DATA DE NASCIMENTO:
CPF / CNS:
RESPONSÁVEL FAMILIAR:
ENDEREÇO DA FAMÍLIA:
TELEFONE:

NECESSIDADES IDENTIFICADAS:

OBJETIVO DO ENCAMINHAMENTO:

AÇÕES JÁ REALIZADAS:

DATA:

PROFISSIONAL SOLICITANTE:

ASSINATURA:

CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DE SAÚDE- CAMS 3636-1189 – AVENIDA GETÚLIO VARGAS,167

